



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação
Curso em Planejamento Territorial
Mestrado Profissional



**ASSOCIATIVISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA-BA:
TRAÇANDO REDES DE SOLIDARIEDADES E CONSTRUINDO
TERRITORIALIDADES**

ARIANE MATOS DE CARVALHO

Feira de Santana – Ba
2018

ARIANE MATOS DE CARVALHO

**ASSOCIATIVISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA-BA:
TRAÇANDO REDES DE SOLIDARIEDADES E CONSTRUINDO
TERRITORIALIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - Mestrado Profissional - da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito de obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Feira de Santana – Ba
2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

C321a Carvalho, Ariane Matos de
Associativismo rural no município de Teofilândia-BA: traçando redes
de solidariedades e construindo territorialidades / Ariane Matos de
Carvalho. - 2018.
170 f.: il.

Orientador: Agripino Souza Coelho Neto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2018.

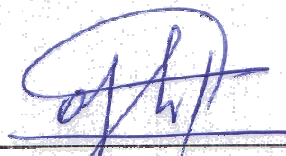
1. Planejamento territorial. 2. Territorialidade – Teofilândia (BA).
3. Territórios. 4. Associações comunitárias rurais. I. Coelho Neto, Agripino
Souza, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU:711

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLANTERR - MESTRADO PROFISSIONAL

ARIANE MATOS DE CARVALHO

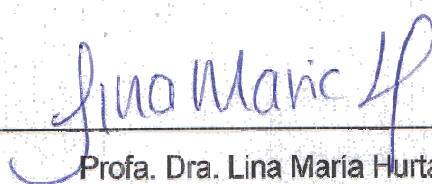
ASSOCIATIVISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BA: TRAÇANDO
REDES DE SOLIDARIEDADES E CONSTRUINDO TERRITORIALIDADES



Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto
PLANTERR/UEFS



Profa. Dra. Edinusia Moreira Carneiro Santos
UEFS



Profa. Dra. Lina Maria Hurtado Gómez
UFS

Aprovado em 05 de setembro de 2018

Feira de Santana/BA
2018

Especialmente à minha mãe Maria do Carmo Matos Carvalho (*in memoriam*).

À Carlos de Carvalho, meu pai.

À Hércules Ferreira, meu esposo.

À Carlos Alberto, meu filho.

AGRADECIMENTOS

Os dois anos e meio de duração dessa jornada foram extremamente intensos. A dedicação aos estudos e reflexões aliados a momentos extremamente difíceis de minha vida pessoal, fizeram dessa jornada ainda mais dolorosa. Mas como nunca estamos sós nessa caminhada, contei com diversas pessoas e verdadeiros anos que me apoiaram e contribuíram significativamente para que pudesse chegar ao término desse percurso.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos espíritos de luz por me permitirem vivenciar esses momentos de crescimento, profissional e pessoal. Agradeço por ter me dado forças o suficiente para seguir.

Agradeço imensamente a minha mãe Maria do Carmo, mais conhecida como Bilia. Ela foi, é e sempre será a minha base, o meu porto seguro, meu maior exemplo de mulher, de guerreira e de ser humano acima de tudo. Apesar de, no decorrer desse percurso, não mais se fazer presente no plano físico, continua sendo a minha inspiração e me apoiando, onde ela estiver, para que possa ser cada vez mais independente e feliz. E como ela sempre dizia: “Você precisa acreditar mais em você Ariane!” Pois é mãe, estou tentando acreditar mais por você que amo infinitamente.

Agradeço também ao meu pai, Carlos, que não me deixou desistir dessa jornada, que me apoiou em todos os momentos, mesmo sem entender muito bem do que se tratava, mas sabia que era importante e que me traria bons frutos, o do conhecimento.

Agradeço ao meu esposo, Hercules, por estar sempre ao meu lado, me apoiando, me cobrando para que eu pudesse produzir, mas acima de tudo pela compreensão e carinho que teve comigo durante esse período, pois muitas vezes fui ausente, impaciente e extremamente chorona. Obrigada meu amor por estar ao meu lado!

Agradeço a minha tia Margarete, pela dedicação a mim e aos meus, o que possibilitou me dedicar aos estudos sem me preocupar com os afazeres de

casa no dia a dia. Agradeço as minhas amigas Maria Elaine, Maristela e Ana Bárbara por estarem sempre torcendo pelo meu sucesso.

No percurso acadêmico encontramos várias pessoas que passam a fazer parte de nossa vida, pela afinidade, pelas lutas em comum e pelos objetivos. Por isso, a turma 4 do PLANTER foi especial. Não era possível observar nenhuma sobreposição de colegas, a interação e colaboração era constante e indiscriminada. Agradeço a toda a turma pela solidariedade para comigo no momento mais difícil da minha existência, pela força e incentivo a todo instante. Em especial, agradeço aos colegas Carlos, Elaine, Edmare, Cristiane, Roquenei e Lino pelo companheirismo impresso nas relações estabelecidas.

A construção do conhecimento é facilitada quando encontramos professores qualificados e humanos em nossa trajetória. Por isso, agradeço a professora Acácia pelo carinho, humanização e pelos puxões de orelha nos momentos certos, a professora Jocimara pela paciência e apoio no decorrer desse percurso, a professora Nacelice pelo aprendizado adquirido nas discussões sobre ordenamento territorial e ao professor Onildo pela dedicação e construção coletiva do entendimento sobre políticas públicas que conseguimos adquirir. A todos vocês, obrigada por contribuírem para o meu aprimoramento intelectual e humano.

Agradeço ao Prof. Agripino Coelho Neto pela confiança depositada em mim, desde o período da graduação e por ter aceitado ser meu orientador me auxiliando nessa longa e difícil jornada, construindo aprendizagens significativas para o meu aprimoramento profissional no qual buscou estimular sempre a minha autonomia intelectual e respeitando os meus direcionamentos acadêmicos, deixando-me livre para o processo criativo, mas sem abrir mão do rigor acadêmico necessário.

Agradeço também as professoras Edinusia Moreira e Lina Hurtado que aceitaram contribuir com o meu trabalho fazendo parte da banca de avaliação desse trabalho. Agradeço-lhes pelas contribuições feitas durante o período de

qualificação, nas quais foram de extrema importância para o ajuste da escrita e o direcionamento do raciocínio.

Não posso deixar de agradecer aos ex secretários de Agricultura do município de Teofilândia – Ba: Sergio Meireles e a Thiago Thomaz (*in memorian*), aos quais me forneceram as informações das associações comunitárias que estavam ativas e sempre se mostraram dispostos a contribuir para a realização desse trabalho.

Aos representantes das associações comunitárias rurais, que sempre me receberam com carinho e atenção, dispostos a contribuir com o trabalho, mobilizando os associados para responderem os questionários e valorizando a pesquisa perante a comunidade. A todos vocês a minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram nessa trajetória, que torceram para que conseguisse chegar ao término de mais uma etapa acadêmica, tendo a certeza que a estrada da construção do conhecimento é infinita e que este caminho é apaixonante.

[Se tu choras por ter perdido o sol,
as lágrimas te impedirão de ver
as estrelas].

(Antonie de Saint-Exupéry)

RESUMO

O município de Teofilândia – Ba localizado no semiárido baiano, apresenta características que não diferem de forma significativa do Território do Sisal como um todo, pois apresenta a maior parte de sua população é residente do espaço rural historicamente marcado por contradições, conflitos e exclusão social. Essas facetas foram sendo apropriadas e difundidas através de uma representatividade de um espaço frágil, associado à fome e a miséria com pouca visibilidade ou ações efetivas do poder público. No entanto, é possível observar um número expressivo de associações comunitárias rurais presentes no Território do Sisal e neste município em particular, que apontam para uma luta pela garantia de maior participação política e de direitos que possibilitem à população sobreviver no campo. A luta por esses direitos, perpassa pelo estabelecimento de relações complexas e diversificadas das associações comunitárias rurais com demais entidades, estabelecendo redes com atuações multiterritoriais, nas quais estabelecem relações em diversas escalas (local, territorial, estadual e nacional) utilizando-se de complexas e diversas estratégias de articulação para conseguir angariar benefícios para a população rural, que por vez, é acionada como atores sintagmáticos desse processo. Desta forma, a presente dissertação tem por objetivo analisar como as associações comunitárias rurais do município de Teofilândia – Ba contribuem para a construção de territorialidades, utilizando-se de redes de solidariedades para o fortalecimento das mesmas. Buscando um entendimento maior dessa realidade, buscamos articular as categorias de associativismo, território, territorialidades e redes como ferramentas para entender a natureza desse processo, investigando as interações e apropriações derivadas dessa realidade.

Palavras-chave: associativismo, territorialidades, redes, associações comunitárias rurais.

ABSTRACT

The municipality of Teofilândia - Ba, located in the semi - arid region of Bahia, presents characteristics that do not differ significantly from the Territory of Sisal as a whole, since most of its population is a resident of rural areas historically marked by contradictions, conflicts and social exclusion. These facets were appropriated and diffused through a representation of a fragile space, associated with hunger and misery with little visibility or effective actions of the public power. However, it is possible to observe a significant number of rural community associations present in the Territory of Sisal and in this particular municipality, which point to a struggle for the guarantee of greater political participation and of rights that allow the population to survive in the countryside. The struggle for these rights involves the establishment of complex and diversified relations of rural community associations with other entities, establishing networks with multi-territorial actions, in which they establish relations at different scales (local, territorial, state and national) using complex and several strategies of articulation to obtain to obtain benefits for the rural population, that at the same time, is triggered like syntagmatic actors of this process. The purpose of this dissertation is to analyze how rural community associations in the municipality of Teofilândia - Ba contribute to the construction of territorialities, using solidarity networks to strengthen them. Seeking a greater understanding of this reality, we seek to articulate the categories of associativism, territory, territorialities and networks as tools to understand the nature of this process, investigating the interactions and appropriations derived from this reality.

Key words: associativism, territorialities, networks, rural community associations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Territórios de Identidade da Bahia – 2011.....	61
Figura 02	Representação esquemática de conformação de redes de solidariedade.....	92
Figura 03	Sede da Associação Beneficente Comunitária de Brasa – ABCB.....	112
Figura 04	Sede da Associação Comunitária do Canto – ACC...	113
Figura 05	Sede da Associação Comunitária dos Agricultores do Gravié – ACAG.....	114
Figura 06	Casa de Farinha da Associação Comunitária dos Agricultores do Gravié – ACAG.....	115
Figura 07	Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III – ATRJ.....	116
Figura 08	Sede da Associação Beneficente Comunitária da Limeira – ABCL.....	117
Figura 09	Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais do Setor de São Francisco – ATRS.....	119
Figura 10	Sede da Associação Comunitária Nova Esperança – ACNE.....	119
Figura 11	Representação do Povoado antes e depois da presença da Associação Comunitária Rural, segundo os associados pesquisados - 2017.....	136
Figura 12	Parcerias estabelecidas com as Associações Comunitárias Rurais de Teofilândia – Ba.....	141

LISTA DE MAPAS

		12
Mapa 01	Localização do Município de Teofilândia – Ba	25
Mapa 02	Número de Associações por município no Território de Identidade do Sisal – 2009.....	64
Mapa 03	Localização das Associações Comunitárias Rurais do município de Teofilândia – BA,2017.....	103
Mapa 04	Sede das Associações Comunitárias Rurais de Teofilândia – Ba, pesquisadas.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	PIB (em milhões de R\$) por Territórios de Identidade da Bahia – 2010 a 2013.....	53
Gráfico 02	Índice de Gini da Bahia – 2007 – 2009.....	56
Gráfico 03	Área plantada ou destinada à colheita de lavouras temporárias e permanentes (em HÁ) do município de Teofilândia – BA, 2016.....	97
Gráfico 04	Tipos e quantidade das lavouras temporárias e permanentes produzidas em Teofilândia – Ba, 2016.....	98
Gráfico 05	Motivos que tornam a Associação Comunitária Rural importante para a comunidade, segundo os associados.....	124
Gráfico 06	Origem da renda familiar dos filiados das Associações Comunitárias Rurais de Teofilândia (BA)	128
Gráfico 07	PIB per capita do município de Teofilândia entre 2012 - 2015.....	128

Gráfico 08	Principais dificuldades enfrentadas pelas Associações, segundo os representantes – 2017	129
Gráfico 09	A Associação representa a população residente no povoado, segundo os seus associados?	133
Gráfico 10	Participação dos associados em outras organizações sociais.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Associações pesquisadas, associados presentes nas reuniões e participantes da pesquisa.....	30
Quadro 02	Natureza de atuação e tipos de organizações presentes no estado da Bahia.....	55
Quadro 03	Tipologias e características das associações segundo SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011	65
Quadro 04	Evolução da Estrutura Fundiária e do Índice de Gini no Município de Teofilândia – Ba nos anos de 1985, 1996 e 2006.....	100
Quadro 05	Ano de fundação das Associações Comunitárias Rurais de Teofilândia – Ba.....	105
Quadro 06	Importância da Associação Comunitária Rural, segundo os seus representantes – 2017	125
Quadro 07	Benefícios conquistados através das Associações Comunitárias Rurais de Teofilândia – Ba até o ano de 2017.....	130

Quadro 08	Definição do povoado e/ou comunidade antes e depois da presença da Associação Comunitária Rural, segundo os associados pesquisados – 2017..	134
-----------	---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Número de associações criadas em grandes cidades brasileiras (1930 - 1990).....	47
Tabela 02	Número de associações sem fins lucrativos segundo as grandes regiões do Brasil – 2010.....	48
Tabela 03	Número de associações sem fins lucrativos na região administrativa do Nordeste brasileiro – 2010..	51
Tabela 04	Associações sem fins lucrativos – Brasil – Nordeste – Bahia – Território do Sisal – 2010.....	62
Tabela 05	Evolução da população rural e urbana do município de Teofilândia – Bahia – de 1970 à 2017.....	95

LISTA DE ABREVIações

AARCL	Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade de Lucas
ABCB	Associação Beneficente Comunidade Baixão
ABCB	Associação Beneficente Comunidade de Brasa
ABCBV	Associação Beneficente Comunitária de Bola Verde
ABROC	Associação dos Moradores B. C. H. Romão Queiroz
ABTRP	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rural da Fazenda Pombal
ABTRPM	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rurais de Perna Mole

ABTRR	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rurais de Riachinho
ACAG	Associação Comunitária dos Agricultores de Gravié
ACC	Associação Comunitária do Canto
ACCC	Associação Comunitária de Caatinga de Cheiro
ACFP	Associação Comunitária de Fogo Pouco
ACFP	Associação Comunitária Fogo Pouco
ACL	Associação Comunitária da Limeira
ACLA	Associação Comunitária de Linda Aurora Teofilândia
ACNE	Associação Comunitária Nova Esperança
ACPC	Associação Comunitária de Pedra do Coxo
ACPD	Associação Comunitária do Povoado do Dezenove
ACPG	Associação Comunitária do Povoado do Gato
ACPJ II	Associação Comunitária do Povoado do Junco II
ACPMG	Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande
ACPV	Associação Comunitária Povoado de Varginha
ACRB	Associação Comunitária Rural do Povoado do Barreiro
ACRLR	Associação Comunitária Rural de Lagoa do Ramo
ACRM	Associação Comunitária Rural do Povoado de Malhadinha
ACRMMSH	Associação Comunitária Rural dos Moradores de Mirante de Santa Helena
ACRPI	Associação Comunitária Rural do Povoado de Ipoeira
ACRPJ	Associação Comunitária Rural do Povoado de Jurema
ACRPL	Associação Comunitária Rural do Povoado de Laranjeira
ACRPR	Associação Comunitária Rural do Povoado de Rocinha
ACRPS	Associação Comunitária Rural do Povoado de Serrote
ACTRA	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Araças
ACTRJ	Associação Comunitária de Trabalhadores Rurais de Januária

AMCBE	Associação de Moradores Comunidade Boa Esperança
AMFMP	Associação dos Moradores da Fazenda Maria Preta
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ARTS	Associação Rural dos Trabalhadores do Setor de São Francisco
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ATRCLC	Associação de Trabalhadores Rurais Comunidade Lagoa do Canto
ATRJ III	Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III
CEAIC	Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEMPRE	Cadastro Central das Empresas
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSISAL	Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia
FESCIL	Federação Estadual da Sociedade Civil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MER	Movimento de Evangelização Rural
MOC	Movimento de Organização Comunitária
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDSTR	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PPA	Plano Plurianual Participativo
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1. INTRODUÇÃO.....	20
2. ASSOCIATIVISMO: UM PANORAMA GERAL.....	33
2.1 Algumas definições de associativismo.....	34
2.2 O associativismo rural: uma estratégia para as comunidades locais.....	38
2.3 Uma caracterização escalar do associativismo - Brasil, Bahia e Território de Identidade do Sisal.....	43
2.3.1 Brasil.....	46
2.3.2 Bahia.....	52
2.3.3 Território de Identidade do Sisal.....	57
3. CONCEPÇÕES E ABORDAGENS SOBRE TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E REDES.....	67
3.1 Da apropriação dos Territórios à construção de Territorialidades.....	68
3.2 Redes como propulsoras de solidariedades territoriais	83
4. AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS	93
4.1 Teofilândia – Ba: a terra do ouro em que predomina as ruralidades.....	94

4.2As associações comunitárias rurais presentes no município de Teofilândia.....	101
5. ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS.....	121
5.1 A gestão das territorialidades: o processo de construção de identidades locais.....	122
5.2As redes de solidariedades: contribuições para o processo de territorialidades.....	137
6. CONSIDERAÇÕES.....	149
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	

1 – Introdução

O presente capítulo apresenta uma visão geral acerca do objetivo desse trabalho, sua justificativa, metodologia utilizada durante o processo de pesquisa e uma descrição sucinta dos capítulos vindouros.

Considerando que a ciência geográfica tem por objeto de estudo o espaço, e sendo este produzido e/ou reproduzido pelo homem a partir das diferentes relações sociais, entende-se que o espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho organizado pela sociedade. Segundo Moreira (2006, p. 92), “o espaço organiza-se segundo a estrutura de classes do lugar e a correlação de forças que entre elas se estabeleça”, assim, as relações e articulações da sociedade civil é um eixo de extrema importância na estruturação de um determinado espaço. Desta forma, o recorte espacial do município de Teofilândia – Ba, encontra-se inserido no contexto de regionalização do Território do Sisal, que nasce com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PNDTRS), implementada pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2003, em que na Bahia, foi adotado os Territórios de Identidade como unidade de planejamento e levantamento de informações (COELHO NETO, 2010).

Nesse contexto, o Território de Identidade do Sisal¹ possui uma organização decorrente de lutas sociais produzidas historicamente pelos atores que compõem os movimentos sociais². Esta luta contrapõe-se às práticas clientelistas presentes em todo o Nordeste brasileiro, que ao longo da história era personificado na figura de um “coronel” local como importante elemento polarizador, e segundo Sousa (1995, p. 02) “[...] o coronel era integrante de uma elite controladora do poder econômico, político e social no Brasil [...]”. É importante salientar que, no domínio do coronelismo, as relações pessoais dos chamados cabos eleitorais com a comunidade local e o prestígio dos coronéis era algo indispensável levando-se em conta o peso das vantagens, das trocas de favores realizadas pela população. O recorte espacial estudado não difere muito desse panorama geral, onde se apresenta uma política caracterizada como clientelista moderna que substitui os antigos laços de fidelidade por

¹Implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País (BRASIL, 1988, Art. 84 § VI).

² De acordo com GOHN, 2007, os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais, [...] com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam [...]. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos [...] (p. 19 – 20).

benefícios materiais, muitas vezes expressos pelos recursos públicos e assume um caráter mercantil. Avelino Filho afirma que,

A política clientelista "moderna" é mais competitiva que sua antecessora e suas relações tendem a ser muito mais frágeis, já que mais "instrumentais". Ela sobrevive a partir da sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral. O patrono moderno é o *broker*. E seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos. (1994, p. 227)

Mesmo diante desse contexto de “clientelismo moderno³”, a sociedade civil vem se organizando ao longo do tempo, principalmente nesse referido Território, marcado por diversas ações que servem como mecanismo de reprodução socioespacial, buscando uma melhora nas condições de vida da população, utilizando-se, muitas vezes, das diversas associações que reúnem pessoas em torno de objetivos comuns. Essa busca constante por melhorias, perpassa por diversas nuances, dentre elas a busca por parcerias e por estabelecimentos de redes de cooperação que se articulam, dialogam e organizam-se em torno de “nós” que protagonizam importantes mudanças sociopolíticas e espaciais, na dinâmica territorial e na consciência dos atores sociais envolvidos neste processo, que já criam a ideia de “gente ajudando gente” como argumentaram Santos, Silva e Coelho Neto (2011).

As mobilizações sociais no Território do Sisal surgem na década de 1960 com o catolicismo renovado que, de acordo com Coelho Neto (2013a), se configurou nos marcos da Teologia da Libertação e se intensificou com um redirecionamento no trabalho das pastorais rurais, com um fortalecimento da dimensão política e social. O autor afirma ainda que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Evangelização Rural (MER) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram estratégias adotadas pelo movimento da Teologia da Libertação que era um segmento libertário e progressista da Igreja Católica, aglutinando um contingente expressivo no intuito de mobilizar a comunidade para lutas comuns

³ [...] el clientelismo se ha desenrolado, al menos, em tres niveles o etapas: el clientelismo desinstitucionalizado (tradicional), el clientelismo de partidos políticos (clientelismo moderno) y, por último, el clientelismo promovido desde las mismas instituciones públicas por agentes del Estado (clientelismo desde el Estado). (BARÓN, 2015, p. 258)

que visavam a melhoria das condições de vida de cada sujeito inserido no recorte territorial de atuação dos referidos movimentos, o que se configura um pioneirismo na organização comunitária no referido território.

Para além da igreja católica, com as Pastorais Rurais, que instigou questionamentos importantes sobre a condição de vida rural, outras organizações que foram se estruturando e ganhando força no Território do Sisal, como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) que exerceu um papel decisivo nesse recorte territorial com atuações no sentido de organizar, assessorar, incentivar a criação de organizações comunitárias, estimulando à organização política e mobilizando os trabalhadores rurais na busca por alternativas para obter melhores condições de vida. Assim, “a atuação dessa entidade é considerada como um elemento de inflexão no movimento de transformação social impresso nesse recorte regional nas últimas quatro décadas” (COELHO NETO, 2013a, p. 188).

Outras organizações como o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), realizaram no referido território diversas ações no sentido de organizar e fortalecer o associativismo e o cooperativismo como estratégias e ferramentas de luta da sociedade, essas organizações passaram a ter voz ativa e força dentro do cenário político, o que possibilitou o surgimento de lideranças políticas no Território do Sisal. No entanto, a mola propulsora dessas organizações são as associações comunitárias, uma vez que estas encontram-se no contato direto com a população que busca os serviços e sanar as suas necessidades.

Por ser um elemento fundamental no processo de construção de territorialidades rurais, as associações comunitárias têm demonstrado, empiricamente, uma recriação da história territorial por empreender lutas por garantias de direitos e participação política, buscando diversas alternativas de sobrevivência, o que se confronta com a ideia de muitos autores, ao longo da história de passividade e conformismo da população rural nordestina, e

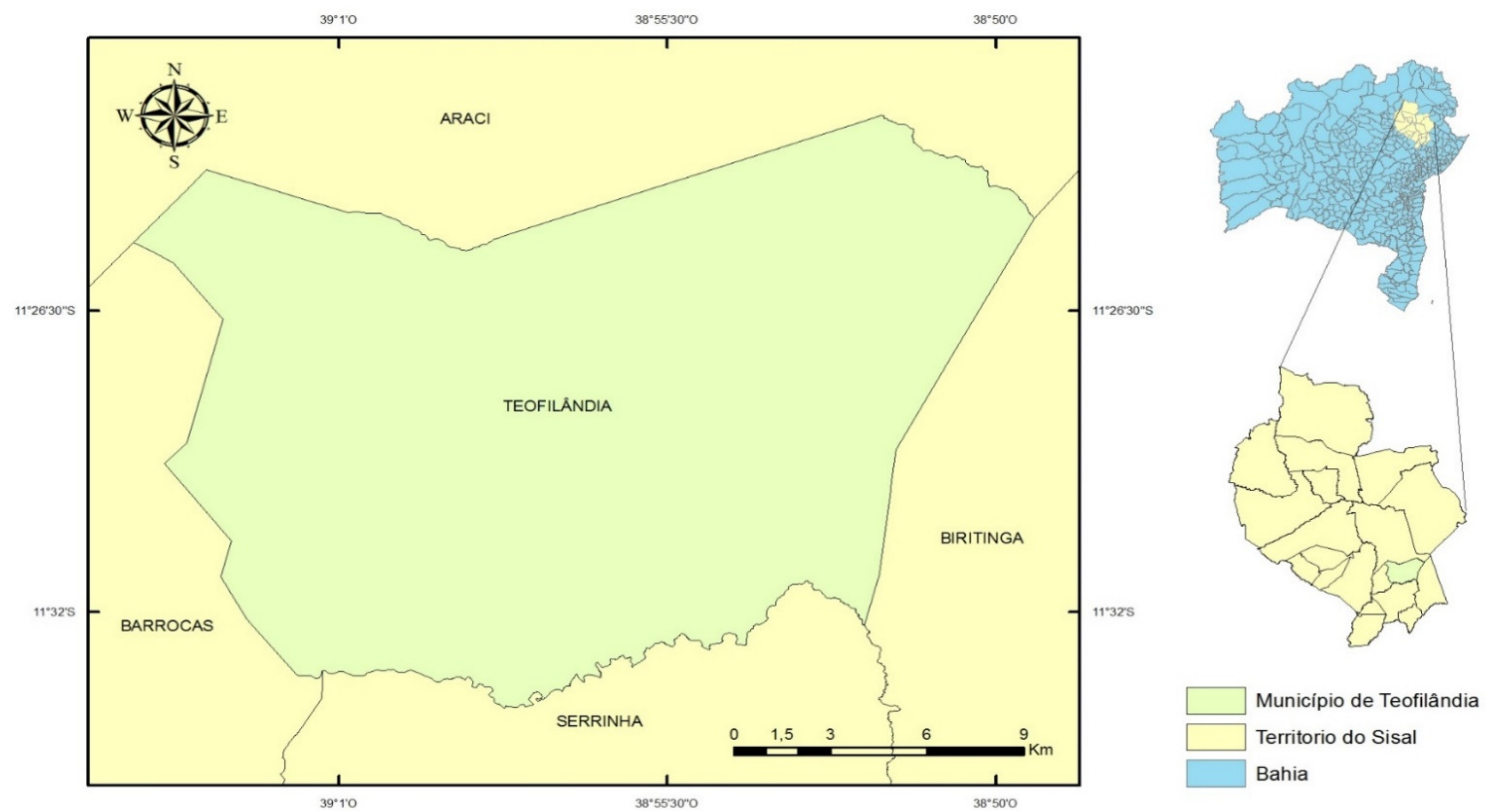
especificamente do semiárido baiano. Essa propensão a uma nova reprodução social, advém do número de fenômenos sociais presentes no Território do Sisal nas últimas décadas, que tendem a se constituir uma rede complexa de organizações sociais que vem se potencializando ao longo do tempo em distintas atuações.

Estudos relacionados ao associativismo e territorialidade no Território do Sisal, ainda é pouco expressivo, principalmente no âmbito da geografia que, até o momento, só dispomos dos trabalhos de Santos (2007), que trata do associativismo da região Sisaleira trazendo uma abordagem de como o ato de associar-se contribui para o desenvolvimento local e regional, e Coelho Neto (2013a), que discute a construção de redes socioterritoriais por meio de coletivos organizados no Território do Sisal, contribuindo para a discussão da construção de territorialidades no espaço sisaleiro que historicamente, foi e é marcado por inúmeras formas de “resistência” do sertanejo mediadas pelas associações e movimentos sociais diversos. No âmbito local, no município de Teofilândia, embora o fenômeno do associativismo comunitário rural seja expressivo, verifica-se a inexistência de estudos acadêmicos, e para suprir esta lacuna é que o presente trabalho se propõe a investigar as construções das territorialidades a partir de associações rurais no município de Teofilândia-Ba, uma vez que este município é eminentemente rural (Mapa 01), tendo 68,85% de sua população residente no espaço rural, de acordo com o censo do IBGE (2010)⁴, o que reafirma a ruralidade presente no referido município e a importância do estudo desse recorte espacial. Outra inquietação que justifica o desenvolvimento dessa pesquisa é a necessidade de buscar entender a relação das associações com a comunidade na qual ela está inserida, investigando a contribuição desta para a sociedade local.

⁴ De acordo com O Censo Demográfico 2010 do IBGE, a população de Teofilândia é composta por 21.482 habitantes. Desse total, 14.790 pessoas habitam no espaço rural (o que corresponde a 68,15%), e apenas 6.692 pessoas residem no espaço urbano (equivalente a 31,15% da população). – ir para o texto

MAPA 01

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA - BA



Elaborado por: Ariane Matos de Carvalho
Fonte: IBGE

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Unidades: Degree

Destarte, faz-se necessário compreender como ocorre a construção das territorialidades a partir do associativismo rural comunitário e/ou produtivo no município de Teofilândia, e para isso é de suma importância realizar alguns questionamentos preliminares que nos darão pistas à investigação: Qual a natureza das associações? Quais as estratégias utilizadas pelas associações para se organizarem em redes? Quais as relações de apropriação material e/ou simbólica estabelecidas pelos sujeitos sociais envolvidos (enquanto associados) com o espaço de vivência, permitindo se pensar a construção de territorialidades? Como essa territorialidade é utilizada como estratégia socioterritorial e que papel ela desempenha na construção de redes de solidariedades comunitárias no município de Teofilândia?

Estamos utilizando nessa pesquisa, conceitos de associativismo para entender como as associações são capazes de alterar a configuração espacial da sua área de atuação, uma vez que na ciência geográfica ainda é pouco discutida essa abordagem, permanecendo uma lacuna nesse campo científico. Também, se faz imprescindível à discussão de território e territorialidades para pensar nas apropriações materiais e/ou simbólicas realizadas ao longo do tempo pelas associações e pelos sujeitos sociais envolvidos, além de realizar uma abordagem do conceito de rede (que apesar de muito utilizado por diversas ciências, ainda é de fundamental importância a sua discussão e reflexão nas ciências humanas), e utilizar o conceito de redes de solidariedade para pensar as transformações do espaço e seus agentes transformadores como se organizam e atuam.

Em síntese, o esforço que conduz este trabalho se nutre do acionamento dos conceitos de território/territorialidade e redes/redes de solidariedades para lançar luz ao comportamento socioespacial das associações rurais. É exatamente nesta aposta, buscando inspiração em Coelho Neto (2013a), que reside o conteúdo científico desta investigação.

Dessa forma, estamos apostando na tentativa de analisar o papel das associações comunitárias rurais de Teofilândia na construção de territorialidades e redes de solidariedades comunitárias, como objetivo central

da nossa pesquisa. Porém, para conseguir responder aos referidos questionamentos, nos propomos a alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Espacializar as associações comunitárias rurais no município de Teofilândia.
- Analisar como se estabelecem as territorialidades a partir da atuação das associações comunitárias rurais em redes.
- Investigar como se conformam as redes de solidariedade comunitárias resultantes da ação das associações comunitárias rurais.

Diante desses princípios investigativos, acreditamos que esta dissertação seja capaz de explicar as relações espaciais presentes no município de Teofilândia-Ba junto as associações comunitárias rurais, estimulando para que as mesmas possam compreender a forma de organização em rede na qual encontra-se inseridas e, possivelmente, buscar fortalecer os vínculos além de expandir as suas atuações.

O desenvolvimento dessa pesquisa surgiu mediante a intenção de fornecer uma contribuição científica diretamente para o município ao qual pertenço, uma vez que no período de graduação, me atentei a articulação em rede dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) com a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), e na oportunidade o STR de Teofilândia não possuía ligações com a referida entidade, ficando à margem desse estudo. Porém, por viver no município, sempre tive a intenção de contribuir significativamente para o mesmo. Como já mencionado anteriormente, Teofilândia é um território (enquanto delimitação de fronteiras) eminentemente rural, destarte as associações comunitárias rurais possuem o papel de interlocutoras da população rural com os setores públicos e privados.

Para a culminância dessa dissertação, devemos ressaltar que a definição de uma metodologia de pesquisa para a realização de um trabalho é de suma importância, pois, permite ao pesquisador definir com clareza os seus objetos/instrumentos de pesquisa de acordo com a corrente filosófica adotada, permitindo ao mesmo seguir uma lógica pré-estabelecida dos passos para se

chegar ao resultado final. Nesse sentido, a metodologia de investigação adotada foi a observação não participante, uma vez que o tempo de duração da pesquisa é considerado curto. Marconi e Lakatos (1996) ressaltam que na observação não participante o pesquisador toma conhecimento dos fatos, mas não se envolve com eles, adotando um caráter sistemático, porém, não significa que a observação não seja “[...] consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado [...]” (p. 82). Após a definição do tema e dos procedimentos metodológicos a seguir, os caminhos percorridos foram estruturados em quatro etapas.

A primeira etapa, após a definição do tema a ser estudado, constituiu-se no levantamento bibliográfico e revisão de literatura acerca do que já se tem produzido sobre a temática e das discussões sobre os conceitos de território, redes e associativismo. Esse período teve início após a definição e primeira conversa com o orientador em julho de 2016, até o mês de agosto de 2017, sendo uma fase de aproximação conceitual para dar sustentação e embasamento teórico para a pesquisa empírica.

A segunda etapa consistiu na localização das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia, realizando, primeiramente, o georeferenciamento das associações comunitárias registradas e ativas no município, utilizando o GPS Gramin 64, culminando na espacialização cartográfica das associações, possibilitando ter uma visão geral das entidades a serem estudadas, condição que contribuiu para a escolha da amostra para aprofundamento, uma vez que, devido ao tempo decorrente para realização da pesquisa não se tem “pernas” para dar conta das 41 associações comunitárias de Teofilândia. Desse modo, foram selecionadas apenas uma amostra de 10 associações comunitárias rurais (o que corresponde a 25% do número total de associações rurais do município) respeitando os critérios estabelecidos para uma melhor análise de dados, tais como: a participação nos conselhos municipais; a participação em projetos de parceria com a empresa mineradora do município (atual Brio Gold Division); e o tempo de fundação das associações, levando em consideração as instituições mais antigas. De acordo com esses critérios elencados acima, selecionamos as seguintes associações comunitárias rurais para realização do presente estudo:

- Associação Comunitária do Povoado de Bola Verde;
- Associação Comunitária do Povoado da Brasa;
- Associação Comunitária do Povoado do Canto;
- Associação Comunitária do Povoado do Gravié;
- Associação Comunitária do Povoado de Januária;
- Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III;
- Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande e Adjacências;
- Associação Comunitária Nova Esperança;
- Associação Comunitária do Povoado da Limeira;
- Associação Comunitária do Povoado de Setor do São Francisco.

A terceira etapa consistiu na pesquisa de campo exploratória, no qual utilizou-se dos instrumentos de entrevistas e questionários que foram aplicados com representantes/presidentes das associações e sócios presentes nas reuniões das entidades investigadas. Esse procedimento nos deu mais subsídios para entender a realidade social na qual nos propomos analisar. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com os presidentes e/ou representantes das referidas associações comunitárias, no intuito de obter um panorama geral sobre as entidades, as relações que a mesma mantém com outras instituições (da mesma esfera ou não) e a representação das associações para a comunidade. Já na aplicação dos questionários aos sócios, foram aplicados aos que estavam presentes no momento da reunião da associação (quadro 01), para aqueles que se sentiram à vontade para responder. Ao levarmos em conta o número total de sócios adimplentes (que representa 62,37% do total de associados) e o número de questionários respondidos durante a pesquisa (percentual equivalente à 25,07%), podemos afirmar que o número de questionário aplicados atende a proposta que nos propomos e oferece-nos um panorama geral das associações comunitárias rurais no município de Teofilândia. Vale salientar também, que diante dos presentes nas reuniões (nos quais representavam 42,33% dos sócios adimplentes), não ocorreram casos significativos de rejeição em responder o questionário, o que tornou possível se obter dados consistentes da visão dos sócios perante as associações e a sua respectiva comunidade/povoado.

QUADRO 01
ASSOCIAÇÕES PESQUISADAS, ASSOCIADOS PRESENTES NAS
REUNIÕES E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Associações comunitárias	Data da reunião	Total de sócios	Associados adimplentes	Associados presentes na reunião	Quantidade de questionários respondidos	% de questionários respondidos por nº total de sócios adimplentes
Associação Comunitária do Povoado de Bola Verde;	09/09/17	70	50	33	33	66,00%
Associação Comunitária do Povoado da Brasa;	08/12/17	180	80	34	16	20,00%
Associação Comunitária do Povoado do Canto;	21/12/17	100	50	12	11	22,00%
Associação Comunitária do Povoado do Gravié;	04/11/17	101	51	30	19	37,25%
Associação Comunitária do Povoado de Januária;	02/10/17	118	93	24	16	17,20%
Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III;	15/12/17	52	52	18	14	26,92%
Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande e Adjacências;	31/08/17	110	80	31	11	13,75%
Associação Comunitária Nova Esperança;	16/11/17	120	60	17	6	10,00%
Associação Comunitária do Povoado da Limeira;	28/10/17	136	82	63	30	47,61%
Associação Comunitária do Povoado de Setor do São Francisco.	11/11/17	100	80	25	14	17,50%
Total		1.087	678	287	170	25,07%

A quarta etapa se constituiu no processo de tabulação, interpretação e análise de dados, realizando a articulação entre a teoria e a empiria, resultando na escrita dessa dissertação que se encontra subdividida em seis capítulos. Neste primeiro capítulo de introdução, buscou-se apresentar a problemática do trabalho demonstrando os procedimentos metodológicos utilizados, os objetivos que norteiam esse trabalho e a descrição sintética dos capítulos vindouros.

No segundo capítulo, realizamos uma revisão teórica acerca das abordagens sobre associativismo, apresentando uma classificação escalar desse fenômeno tomando como referência a escala nacional (Brasil), estadual (Bahia) e regional (Território do Sisal). Entendemos que essa abordagem é essencial para aproximar a teoria do nosso objeto de estudo, e dar sequência demonstrando como o associativismo rural se configura como uma estratégia para as comunidades locais.

O terceiro capítulo apresenta a revisão teórica dos conceitos de território e rede, subdivididos em dois momentos, no entanto, sem perder a conectividade de ambos. Primeiramente, encontra-se apresentado uma gama de concepções sobre a definição de território e a conformação de territorialidades. Logo após, realizamos um levantamento sobre o conceito de redes, aproximando para o entendimento de redes socioterritoriais, na qual se adequa com mais propriedade ao nosso estudo.

Já no quarto capítulo, realizamos uma abordagem do município de Teofilândia, apresentando a sua história e um panorama breve das associações comunitárias rurais presentes e ativas no município, com o enfoque na amostra selecionada.

No quinto capítulo, realizamos a discussão dos dados coletados, aproximando teoria e empiria. Dessa maneira, propusemos uma abordagem sobre o processo de formação das redes e das territorialidades advindas do processo de conformação das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia.

No sexto e último capítulo, tecemos algumas considerações sobre a formação das territorialidades mediante as interações em redes observadas durante o percurso da pesquisa acadêmica. Finalizando o trabalho apresentando uma breve síntese dos resultados observados e propondo novos estudos a serem realizados que contemplam esta temática.

2 – Associativismo: um panorama geral

O presente capítulo apresenta uma visão geral acerca do conceito de associativismo e sua aplicabilidade em diversas escalas. Deste modo se configura nos seguintes subcapítulos: 2.1 - Algumas definições de associativismo; 2.2- O associativismo rural: uma estratégia para as comunidades locais; 2.3 - A classificação escalar do associativismo – Brasil, Bahia e Território de Identidade do Sisal; 2.3.1 – Brasil; 2.3.2 – Bahia; 2.3.3 – Território de Identidade do Sisal.

2.1 – Algumas definições de associativismo

Desde a pré-história, com o processo de sedentarização na chamada revolução Neolítica, os homens passaram a se agrupar em pequenas tribos em torno de objetivo comum, produzindo alimentos para a sobrevivência de todos que ali estavam fixados em um solo. Desse modo, se estabelece uma organização informal de produção sem fins lucrativos agregando diversas pessoas.

O dicionário de língua portuguesa Hauaiss (online), apresenta uma gama de definições a respeito de associação considerando-a como um agrupamento organizado de pessoas que apresentam objetivos comuns, sendo elementos nucleares a conexão, a participação e a colaboração mútua, que são componentes essenciais para sustentar uma associação. Assim, uma associação é definida como,

Ato ou efeito de associar(-se). 1) combinação, **junção**, união. Exs.: a. de imagens e cores, b. de medicamentos. 2) aproximação, **conexão**, **relação**. Exs.: a. de ideias, b. entre pessoas. 3) colaboração, participação. Ex.: a. de todos viabilizará o projeto. 4) **agrupamento organizado de indivíduos com um objetivo comum**; entidade que congrega essas pessoas; local onde se reúnem esses indivíduos, onde funciona essa entidade. (grifos nossos)

Da definição acima, pelo menos duas significações podem ser objetos de observação: primeiro o pressuposto do argumento de pessoas em torno de objetivos comuns, sentido basilar e onipresente nas concepções de associativismo; em segundo lugar, a possibilidade de conceber o associativismo como uma rede de aproximação das pessoas, como se observa nas palavras junção, relação e conexão, sentidos nucleares do conceito de rede, segundo Coelho Neto (2013a).

Dessa forma, a palavra associativismo, segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (online), significa “movimento organizado ou prática de associação de grupos sociais, notadamente de grupos laborais ou setoriais”. De acordo com a Lei 10.406/2002 que dispõe sobre as associações, no Art. 53

afirma: “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”.

Em um contexto de construção da democracia vivenciada pela sociedade brasileira, de forma geral, as associações devem desempenhar um papel primordial na constituição de base para o exercício da democracia, unindo pessoas na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, segundo Santos (2010),

[...] a associação é vista como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente, uma vez que, individualmente, consegui-los seria mais difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura como uma possibilidade de resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida [...] (p. 35)

Assim, a autora ratifica a importância das associações no contexto local, como uma ferramenta de luta por direitos coletivos e solução de problemas imediatos da população local. Portanto, as associações são organizações integrantes e indispensáveis da sociedade civil organizada, uma vez que deve permitir à população participação ativa em diversas esferas da vida social, sendo capazes de solucionar pequenos problemas locais que geram grandes impactos para os sujeitos envolvidos. De acordo com Tocqueville (1972) citado por Santos (2010), uma associação

[...] consiste, unicamente, na adesão pública que certo número de indivíduos dá a tais ou quais doutrinas e no compromisso que contrai de concorrer de certa maneira para fazê-los prevalecer. O direito de se associar, assim, confunde-se quase com a liberdade de escrever; já, porém, possui a associação mais poder que a imprensa (TOCQUEVILLE, 1972, p. 391, citado por SANTOS, 2010, p. 36).

A afirmação de Aléxis Tocqueville, citada por Santos (2010), dá a entender que as associações são parte integrante e indissociável da prática democrática e que todos podem associar-se desde que haja objetivos comuns. Na atualidade, é possível perceber as associações como organizações participativas na construção de diretrizes do espaço local no qual se encontram inseridos, por meio de participação em Conselhos Municipais, nos quais, muitas vezes, possuem voz ativa como representantes da sociedade civil. Santos (2010, p. 37) deixa claro que “[...] em alguns casos as associações figuram como entidades para intermediar os recursos destinados à população

pobre [...]” o que, para muitas associações, é uma ferramenta das relações de poder exercida sobre o poder público.

Diante dessa importância que as associações vêm ganhando ao longo da história, vários autores começaram a refletir mais sobre esse fenômeno, apresentando diversas concepções e formas de análises, dentre as quais apresentaremos algumas a seguir. Vale salientar que não temos a pretensão de esgotar todas as concepções, e sim apresentar aquelas que servirão de base para a análise do nosso objeto de estudo. Deste modo, observamos que Camargo et. al. (2001, citado por Santos, 2010) apresenta um viés centrado apenas em aspectos jurídicos das associações, afirmando que,

Conceitualmente, a associação é uma pessoa jurídica de direito privado voltado à realização de atividades culturais, sociais, religiosas e recreativas, além de outras, cuja existência ocorre com a inscrição de seu estatuto no registro competente, desde que tenha objetivo lícito e esteja regularmente organizada (CAMARGO et al, 2001, p. 36 citado por SANTOS, 2010, p. 38)

Levando-se em conta apenas o caráter burocrático de uma associação, a citação supracitada contempla de forma satisfatória este elemento. No entanto, entendemos que uma associação vai além do papel, além da formalização de uma entidade, ultrapassa as fronteiras burocráticas para os possíveis laços solidários, estabelecendo vínculos comuns àqueles que se unem em torno de um (ou mais) objetivo(s), agregando interesses e educando indivíduos para um convívio social. Assim, é preciso destacar a ideia que Veiga e Rech (2001) apresenta sobre a associação:

[...] numa primeira definição mais ampla é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. (VEIGA e RECH, 2001, p. 17)

Nesta definição, os autores ampliam o leque de possibilidades conceituais sobre as associações, introduzindo o objetivo de superação de dificuldades comuns a que se propõe a instituição. Porém, Veiga e Rech (2001) não fogem do caráter institucional das entidades em que se observa a formalização dessas organizações sociais. Interessante ressaltar que os autores supracitados chamam a atenção para o aspecto das iniciativas de associações informais, o que na maioria das vezes, ocorrem com frequência. É

possível aferir que os sujeitos se reúnem em torno de um objetivo e, logo em seguida, institucionalizam as associações, em um processo dicotômico. Os autores vão um pouco mais além do burocrático quando afirmam que, de fato, funda-se uma associação com a finalidade de

[...] solucionar problemas concretos. Portanto, uma associação deve ser um instrumento que viabilize soluções eficazes em que a participação e a democracia estejam presentes em todas as ações. (VEIGA e RECH, 2001, p. 27)

Assim, um dos princípios da associação é a democracia na qual os seus membros devem conduzir as decisões, de forma compartilhada e horizontalizada, tomando como finalidade a autogestão da entidade. Teixeira (2008) entende as associações como

[...] elementos constituintes da sociedade civil, dando-lhe base institucional, construindo a sociabilidade que cimenta a interação social e possibilita o exercício, a partir de determinado momento, de um papel político próprio [...] (TEIXEIRA, 2008, p. 21)

A autora Ilse Scherer-Warren (2012), refere-se as associações como parte integrante das ações coletivas desenvolvidas pela sociedade civil, que de forma empírica, resulta em

[...] toda e qualquer forma de ação reivindicatória ou de protesto realizada através de grupos sociais, tais como associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis comuns, organizações de interesse público. Dessa forma, a noção de ação coletiva é genérica e abrangente, referindo-se a diferentes níveis de atuação, dos mais localizados e restritos [...] aos de um alcance mais universal na esfera pública [...] (SCHERER-WARREN, 2012, p. 22)

Diante desta análise, podemos considerar uma associação como uma ação coletiva que se desenvolve a partir de uma ação articulada entre seus membros, criando circuitos de interação e solidariedades múltiplas em torno de objetivos comuns. De tal modo, corroboramos com o conceito de Scherer-Warren (1999) por melhor de adequar-se a proposta de análise na qual pretendemos realizar acerca do associativismo, quando ela define que as associações civis são

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc. [...] (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15)

As associações, em um panorama geral, possuem importante papel no âmbito local no qual se encontram inseridos, tendo a possibilidade de mobilizar um contingente de pessoas em torno de um bem comum e lutar por políticas públicas que venham beneficiar o seu espaço de vivência, na busca por sanar dificuldades locais. Duque e Calheiros (2010) afirmam que

[...] o movimento associativo também tem inúmeras potencialidades. Para além dos valores que lhe estão inerentes, [...] a sua grande vantagem resulta de serem entidades concretas, locais, permanentes e de proximidade, capazes, como ninguém, de mobilizar as populações em torno de projectos específicos, sem estes perderem o seu carácter de transferibilidade. [...] (2010, p, 196)

Desse modo, para além de buscar atender as necessidades imediatas e locais, as associações desempenham um papel de mobilização social que, por muitas vezes resultam em intervenções diretas no município ao qual fazem parte, uma vez que os representantes das referidas associações, na sua maioria, são integrantes dos conselhos municipais. Vale ressaltar que não estamos ignorando as associações que apenas compõem os conselhos sem voz ativa, que acabam sendo cooptados por governos diversos, apenas para demarcar uma “participação” da sociedade civil organizada. Esse fato é comum! No entanto, estamos ressaltando a possibilidade real de legitimação de uma democracia de fato, na qual haja a afirmação dos direitos de igualdade de toda a sociedade envolvida. Afirmamos ainda que, as associações são agentes com potencial transformadores do espaço de atuação em que cada uma encontra-se inserida.

2.2 - O associativismo rural: uma estratégia para as comunidades locais

As representações geradas mediante a interação da comunidade com as associações contêm “um conteúdo político-ideológico direcionado, são múltiplas e elaboradas em consonância com os objetivos e metas dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais, contextualizadas em cada relação espaço-tempo-território de vida [...]” (SAQUET, 2015a, p. 25). Na maioria das vezes, a aproximação dos indivíduos com as associações comunitárias

perpassa pelo interesse coletivo de resolver problemas imediatos e pontuais. No entanto, essa proximidade gera laços de coesão ao longo do tempo nas respectivas comunidades/povoados, o que permite aos sujeitos envolvidos construir uma territorialidade que é utilizada nos processos de lutas por direitos e acesso a esses, cada vez mais amplos.

No entanto, essa afirmação permeia por vínculos estabelecidos pela relação espaço-tempo, que perpassam pela delimitação de fronteiras e relação dos sujeitos com o território, o que se torna fundamental para a construção dessas territorialidades sendo esta, “[...] compreendida como relações sociais, econômicas, culturais e políticas realizadas nas famílias, na vizinhança, na comunidade e entre a cidade e o campo [...]” (DEMATTEIS, 1964 apud SAQUET, 2015a, p. 31).

Estas relações sociais estabelecidas no campo vão para além do povoado, estabelecendo entre os sujeitos envolvidos um vínculo de solidariedade que ultrapassa as fronteiras na luta por uma melhor vivência para a coletividade, fazendo com que pequenos grupos se apropriem do território em diferentes escalas, contribuindo assim, para um possível empoderamento dos grupos sociais envolvidos nesse processo, que é fortalecido pelas associações, desde que estas desenvolvam atividades para o promoção de melhorias das condições de vida dos agricultores e do espaço de atuação dessas associações, permitindo a estas, não se configurarem como “associações de papel”⁵, que não contribuem para o fortalecimento desses sujeitos.

De acordo com os autores Santos, Silva e Coelho Neto (2011), no ano de 2009 no município de Teofilândia, foram identificadas 41 associações comunitárias, 04 associações produtivas e 01 associação de comunicação. Segundo os dados de 2016, obtidos na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Teofilândia, há no município 46 associações registradas e ativas, sendo que 41 destas são rurais e estão distribuídas nos povoados e fazendas do município.

⁵ Categoria adotada por Santos (2010), ao se referir as associações que foram apenas registradas, mas não se encontram em atividades.

É importante ressaltar que no município de Teofilândia, que possui uma população absoluta de 21.482 habitantes⁶ não foge da realidade do Território do Sisal que é eminentemente rural⁷, refletindo em uma população marginalizada pelo sistema capitalista, uma vez que os moradores desse território se apropriam da forma de produção agrícola familiar e vem contando com cerca de 70% da população habitando o espaço rural, ratificando a quantidade e a importância das associações rurais no município, uma vez que

É essencial contar com uma vasta rede de Associações para poder verdadeiramente combater a pobreza em massa nas condições que deverão prevalecer na maioria dos países em desenvolvimento num futuro próximo. (...). Embora sejam necessários outros elementos – investimento em infraestrutura, políticas públicas subsidiárias, tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado – não podemos conceber nenhuma estratégia de desenvolvimento rural que combine aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas locais não tenham papel destacado (ESMAN e UPHOFF, 1984, p. 40 citado por PUTNAM, 2002, p. 104 citado por SANTOS, 2007, p. 63)

Assim, percebemos que a presença de associações enquanto entidades participativas da sociedade civil é um elemento essencial para lutar por direitos comuns a população local. Com as lutas implementadas via associação, o sentimento de pertencimento ao território se torna mais forte, construindo-se territorialidades a partir das associações, como afirma Santos (2007), é essencial analisar as territorialidades das associações construídas localmente e o papel desempenhado por estas nas mudanças ocorridas nesses espaços.

Diante de um cenário eminentemente rural, as associações comunitárias rurais possuem extrema importância na busca por melhores condições de vida para uma população que habita em um espaço marcado pela estiagem e, durante o processo histórico foi deixado em segundo plano já que a modernidade estaria somente no meio urbano em detrimento do rural. Nesse contexto, o associativismo apresenta-se como uma mola propulsora para o

⁶ Informações IBGE, contidos no censo demográfico de 2010.

⁷ “Os núcleos populacionais, como sedes administrativas de alguns municípios, não significam a existência de um modo de vida urbano. Há um aglomerado de pessoas cujo contingente é expresso pelos dados demográficos oficiais como centros urbanos mas, na realidade, são núcleos rurais, uma vez que a economia e a ação dos grupos sociais existentes relaciona-se com o espaço rural, particularmente com as atividades agrícolas”. (SEI, 2004, citado por SILVA, 2007, p. 63)

fortalecendo do ideal de resistência do homem no campo, no qual busca transformar o seu espaço local por meio de uma coletividade cada vez mais expressiva.

Dentre as expressões de pertencimento e afirmação do território ao qual a população rural se identifica, tal como a configuração da formação de associações, demonstra uma concepção de solidariedade, de organização comunitária, de luta por um espaço melhor para a coletividade. Isso vem se multiplicando cada vez mais em municípios pequenos, em que é possível observar a formação de pequenos grupos que se apropriam do espaço e reproduzem novos territórios em diferentes escalas e “contribuem para a existência de uma diferenciação resultante do poder de decidir sobre o seu uso” (SANTOS, 2007, p. 53). Essa diferenciação de usos e apropriações do território geram apropriações materiais e simbólicas, nas quais são importantes estratégias espaciais. Ao referir-se aos coletivos organizados do Território do Sisal, Coelho Neto (2013a) afirma que,

[...] os sujeitos individuais e coletivos organizados apropriam-se e conferem significados particulares às frações do espaço (seja na escala local ou na escala regional), delimitando-as como objeto de uso e apropriação, transformando-as assim em seus territórios. (p. 328)

A definição de territorialidade apresentada acima por Coelho Neto (2013a), é a que mais se aproxima do nosso objeto de estudo, permitindo-nos verificar que as associações comunitárias rurais agregam valores simbólicos e materiais a uma comunidade ou de um povoado⁸, na qual é vista a partir das ações desenvolvida no seu recorte territorial. Para, além dessa concepção, Coelho Neto (2013a), reforça que no espaço rural em que é comum uma

⁸É preciso salientar que o que estamos chamando de povoado é uma forma espacial em que uma comunidade se organiza equivalente ao que define o IBGE (2016) ao considera-lo como um “[...] **aglomerado rural isolado** que corresponde a aglomerados **sem caráter privado** ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas, etc.), cujos **moradores exercem atividades econômicas**, quer **primárias** (extrativismo vegetal, animal, e mineral; e atividades agropecuárias), **terciárias** (equipamentos e serviços), ou mesmo, **secundárias** (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele” (IBGE, 2016, p 304, grifos nossos). De acordo com o dicionário Aurélio (online), comunidade pode ser definida como: “1 - Qualidade daquilo que é comum.2 - **Agremiação**.3 - Comuna.4 - **Sociedade**.5 - **Identidade**.6 - Paridade.7 - Conformidade.8 - **Lugar onde vivem indivíduos agremiados**” (grifos nossos). Dessa maneira, ao utilizarmos a nomenclatura de comunidade combinado ao povoado ajuda a reforçar a natureza social e espacial do lócus de atuação das associações comunitárias rurais.

dispersão espacial dos moradores, a “[...] constituição das associações comunitárias ampliam o contato e aprofundam as relações entre os indivíduos [...]” (p. 330), desta forma, intensifica-se os vínculos com o espaço de vivência dos sujeitos sintagmáticos. Nesse sentido, os moradores das comunidades/povoados unem esforços para solucionar problemas locais comuns a todos, tecendo assim os fios de solidariedade que geram redes primárias em torno de objetivos comuns e utilizam o recorte territorial de vivência como uma forte referência para as suas reivindicações. Assim,

As associações comunitárias rurais são constituídas a partir de um espaço de referência e atuam como mediadoras das relações que o grupo social estabelece com ele. É a partir desse espaço-referência que se constroem e/ou se reforçam os vínculos territoriais, como a identificação com o lugar e a mobilização de sua referência espacial como trunfo para as reivindicações da comunidade. (COELHO NETO, 2013a, p. 330).

Nesse contexto, as associações comunitárias no Território de Identidade do Sisal, nas suas diversas configurações, desempenham um papel essencial na busca por direitos coletivos, principalmente após o período da ditadura militar no Brasil, as pessoas passaram a se organizar coletivamente em prol de objetivos comuns. Dessa maneira, compreendemos que as associações são

[...] entidades jurídicas capazes de agir e transformar a realidade social na qual estão inseridas. [...] (elas) embasam suas ações nos princípios do trabalho coletivo, da democracia e da justiça social [...]. (SANTOS, COELHO NETO, SILVA, 2011, p, 11).

Os princípios acima apontados devem, efetivamente, nortear as concepções e práticas dos agricultores e trabalhadores rurais que se organizam em associações comunitárias rurais. Para que as referidas associações possam desenvolver os seus trabalhos de forma efetiva e adquirir benefícios para os seus associados, faz-se necessário uma atuação em rede, na qual se deve primar pelos vínculos de solidariedade estabelecidos ao longo do processo. Para isso, também é preciso refletir sobre o processo de territorialização adquirida e/ou produzida ao longo do tempo pelos atores sintagmáticos, refletindo então, a multiscalaridade e a multidimensionalidade dos conceitos de território e rede fundamentais para compreensão do nosso objeto de pesquisa, os quais trataremos no próximo capítulo.

2.3 – A classificação escalar do associativismo – Brasil, Bahia e Território de Identidade do Sisal

As associações não são a solução de todos os problemas de uma sociedade, mas, sem dúvida, elas se configuram como uma possibilidade, um caminho eficiente para se alcançarem objetivos comuns, como afirmam Veiga e Rech (2001, p.12). A presença e a atuação dessas entidades em um país podem contribuir para indicar a atuação de um Estado democrático de direitos, uma vez que a sociedade civil organizada, por meio dessas entidades, ganha força para lutar por direitos coletivos. No entanto, também oferecem pistas de um Estado ineficiente em que, muitas vezes, as associações cumprem um papel que não é seu de direito.

Na história da América Latina como um todo, é marcada por reivindicações de direitos por meio de lutas emancipatórias com raízes em ações de resistências em sociedades extremamente excludentes de acordo com Scherer-Warren (2012). A autora relembra que as primeiras ações coletivas começam a surgir no início do século XX, mas ganham força e assumem um caráter mais politizado, a partir de meados do mesmo século. Algumas ações coletivas que antecederam a institucionalização das associações foram de extrema importância no caráter reivindicatório, tais como as Ligas Camponesas⁹, o sindicalismo e a Teologia da Libertação.

As primeiras organizações das Ligas Camponesas ocorreram em meados de 1945 (ANDRADE, 1989). Naquele momento, significavam uma reação à violência que era cometida pelos proprietários de terras para com o trabalhador rural. Com essa iniciativa, as Ligas transformaram-se em redes de solidariedade entre os camponeses que se sentiam prejudicados pelas atitudes desumanas dos seus patrões, passando assim a relação empregado versus empregador, a ser mediada por ações judiciais. Esse foi um grande avanço para os trabalhadores rurais que por muitos anos foram “esquecidos”, principalmente durante o processo de industrialização.

⁹ Movimento originado na luta dos camponeses parceiros contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que transformava em trabalhadores assalariados (SILVA, 2006)

O Brasil, por sua vez, possui na sua história vestígios de uma estrutura colonial em que o latifúndio é o maior exemplo desse fato. A luta pela terra torna-se a maior reivindicação dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo em que as Ligas Camponesas alcançavam uma maior abrangência no país, as organizações sindicais começam a ser formadas e consolidadas a partir do momento em que estas organizações são assumidas pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho e pela Igreja Católica, após várias lutas e reivindicações populares.

Com a Teologia da Libertação, proposta pela vertente progressista da Igreja Católica, foi implementada uma inovação nos seus postulados que influenciaram diversos movimentos populares na América Latina, inclusive no Brasil, quando compara o conceito de caridade ao de justiça social e faz uma escolha clara pelas classes menos favorecidas, apresentando a ideia de autolibertação dos pobres como sujeitos da sua própria história (LÖWY, 1989).

Coelho Neto (2013a) citando Mitidiero Junior (2010), apresenta uma breve contextualização acerca do surgimento da Teologia da Libertação que encontrou na América Latina, já com inúmeras misérias produzidas pelos europeus e norte-americanos, um ambiente propício para o desenvolvimento dessa teoria. Dessa forma, deu-se início no

[...] Concílio Vaticano II (1962-1965) e nos encontros episcopais de Medellín – Colômbia (1968) e Puebla-México (1969), através da realização de uma releitura bíblica e da (COELHO NETO, 2013, p. 187) “[...] construção intelectual de uma interpretação de fé religiosa advinda de teólogos que estabeleceram uma ponte religiosa, filosófica, política e sociológica entre a realidade terrena e a mensagem evangélica da religião católica” [...] (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p 53 apud COELHO NETO, 2013a, p, 187)

Seguindo esses preceitos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros movimentos ligados à igreja católica, criaram estratégias para aproximação das comunidades na luta por direitos coletivos e melhores condições de vida, constituindo assim o princípio associativista em que

[...] reuniam pessoas que tinham a mesma fé, pertenciam à mesma Igreja e moravam na mesma região,” formando “[...] pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou capela (rural), que, por iniciativa de leigos, padres e bispos, refletiam as

possibilidades de luta por melhores condições de vida. (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p 100 apud COELHO NETO, 2013a, p, 187-188)

Dessa forma, as associações ganham força, visibilidade e passam a constituir elemento fundamental para a prática da democracia no Brasil, o que em países desenvolvidos como os Estados Unidos já havia uma consolidação, conforme Tocqueville (1998, citado por GANANÇA, 2006). No entanto, ainda é possível encontrar muitas dificuldades de afirmação e autonomia das associações no território brasileiro, sobretudo no que tocante as associações comunitárias rurais. Mas, mesmo com as inúmeras dificuldades, as associações são de fundamental importância para a existência e manutenção de governos democráticos, partindo do princípio de participação ativa da sociedade civil organizada.

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 394 apud GANANÇA, 2006, p. 8)

Corroborando com a afirmação acima, consideramos que as associações são estruturas capazes de compartilhamento do poder político por meio de participação em conselhos municipais, podendo intervir nas diretrizes de aplicação das políticas públicas, uma vez que se configuram como espaços de socialização, agregação de interesses comuns e difusão de saberes próprios de uma determinada porção da sociedade. Ganança (2006, p. 15) afirma que “[...] a participação de indivíduos em inúmeras associações e organizações da sociedade civil é salutar dentro dessa concepção democrática limitada, por gerar um ambiente de confiança e solidariedade social [...]”. No entanto, é preciso reconhecer que o fenômeno do associativismo ainda não conseguiu internalizar o potencial transformador contido neste acontecimento, sendo estimulados a um padrão restrito e apolítico das suas ações, compondo, em muitos casos, “conselhos de papel” conforme Santos (2010), sem autonomia necessária para cumprirem o seu papel transformador no âmbito da política pública.

Nesse sentido, iremos apresentar alguns dados sobre o associativismo no Brasil, na Bahia e no Território do Sisal (onde se fixa o nosso objeto de estudo). Ressaltamos que estamos longe de esgotar o assunto, principalmente do âmbito da geografia, na qual se faz necessário um debruçar maior acerca da temática.

2.3.1 – Brasil

O Brasil é um país com grandes demandas sociais, desde habitação, saúde, educação até o acesso e permanência à terra, possui ainda uma democracia fragilizada que esconde e mantém muitas estruturas de dominação que são forjadas pelo Estado, mantendo estruturas patrimonialistas e burocracias vindas das elites políticas tradicionais. (GANANÇA, 2006). Mesmo diante desse cenário, a democracia que galgamos se fez presente e faz com que a sociedade civil passasse a ser um pouco mais autônoma a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, dando “responsabilidades” aos atores da sociedade civil nas políticas públicas (mesmo que de forma limitada) estabelecendo uma relação direta com o Estado (AVRITZEL, 2012).

Essas responsabilidades atribuídas à sociedade civil, também outorgaram direitos a realizações de reuniões públicas por associações voluntárias, o que proporcionou o surgimento de diversos movimentos populares e associações profissionais. As ações coletivas produzidas a partir do processo de redemocratização produziram aumentos importantes na criação de associações nas principais capitais do Brasil (AVRITZEL 2012) que deram uma visibilidade ao processo do associativismo no país, conforme a tabela abaixo:

TABELA 01
NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES CRIADAS EM GRANDES CIDADES
BRASILEIRAS (1941 – 1990)

Cidades	1941- 1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990
São Paulo	288	464	996	1.871	2.553
Rio de Janeiro	188	743	1.093	1.233	2.498
Belo Horizonte	120	204	459	584	1.597
Porto Alegre	-	-	-	240	380

Fontes: Santos, 1993; Avritzer, 2000, Biocchi, 2005, citado por AVRITZER 2012, p. 388.

Diante da tabela 01, podemos aferir que o número de associações na cidade de São Paulo cresceu aproximadamente nove vezes em um período de cinco décadas. O crescimento foi proporcional nas demais capitais, com exceção de Porto Alegre em que aparece em duas décadas com um aumento de 60% em números de associações. Vale ressaltar que o período de maior crescimento foi entre as décadas de 70 à 90, período este em que a ditadura militar alcança o seu auge e logo em seguida o declínio culminando no processo de democratização e consolidação da Constituição Federal que outorgou mais autonomia às associações, processo esse resultante de mobilização e luta social. Ganança, 2012, afirma que

[...] o processo de abertura política e redemocratização do Estado brasileiro que ocorreu durante a década de 1980 foi influenciado e ao mesmo tempo impulsionou a formação de um amplo campo de forças políticas democráticas (associações de moradores, associações profissionais, associações de defesa de direitos, sindicatos, movimentos sociais, igrejas, etc.). Esses diversos grupos, movimentos e associações, para além de suas pautas e agendas específicas, defendiam um projeto democrático para o país com um eixo central de suas ações, em oposição a um Estado autoritário e à reprodução de antigas práticas clientelísticas e antidemocráticas arraigadas em nosso sistema político. (GANANÇA, 2012, p. 21)

Esse campo de forças estabelecido durante a construção da Constituição Federal favoreceu avanços importantes contidos nessa carta como o reconhecimento das associações civis, a influência dessas entidades diante o controle social e políticas públicas em todas as esferas e, estabelece diretrizes participativas. Patman (1992citado por Ganança, 2012) apresenta três aspectos importantes para uma concepção democrática participativa:

- a participação permite que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelo indivíduo, uma vez que tomaram parte do processo de decisão;
- a participação produziria maior integração social, na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado (associação, sindicato, movimento social);
- para que os indivíduos sejam capazes de participar efetivamente do governo de um Estado nacional, as qualidades necessárias a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas em nível local, 'por meio da democratização das estruturas de autoridade em todos os sistemas políticos'. (PATMAN 1992, p. 41-51 citado por GANANÇA, 2012, p. 20)

Esse direito à participação, outorgado por lei, é um importante elemento para a disseminação das associações no Brasil, tendo em vista as grandes desigualdades sociais, supracitadas no início desse tópico. Essas entidades tendem a estar presente em todo o país em números expressivos, na busca por solucionar problemas sociais imediatos dos seus locais de atuação (tabela 02).

TABELA 02

**NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS SEGUNDO
AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 2010**

Região	Associações Profissionais	Associações de Produtores Rurais	Associação de Moradores	Centros e Associações Comunitárias	Total
Norte	1.209	2.246	444	722	4.621
Nordeste	4.585	11.068	4.351	9.094	29.098
Sudeste	4.523	6.774	4.346	6.393	22.036
Sul	3.927	3.513	3.552	3.332	14.324
Centro-Oeste	1.411	1.197	492	525	3.625
Total	15.655	24.798	13.185	20.066	73.704

FONTE: IBGE, 2010.

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho.

As informações obtidas pelo IBGE (2010) fazem uma classificação de associações, fundações sem fins lucrativos e ONGs institucionalizadas no território brasileiro até o ano de 2010, tomando como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e o Cadastro Central das Empresas (CEMPRE). Nesse universo de informações selecionamos apenas as unidades de associações de profissionais, de produtores rurais, de moradores e centros ou associações comunitárias.

A partirdos dados apresentados na tabela 02, podemos destacar que o associativismo rural apresenta-se com uma grande expressividade no cenário brasileiro, destacando-se a região Nordeste nesse aspecto por apresentar indicadores de ruralidade e apresentar um volume significativo da população rural (conforme o censo demográfico de 2010 do IBGE¹⁰). Vale ressaltar que, as associações de produtores rurais se destacam por consistir em organizações que buscam alternativas para produzir e sobreviver no campo. No caso do Território do Sisal, as associações comunitárias se tornam um fenômeno intenso, parte delas são estruturadas em torno das relações de agricultores nos povoados e fazendas. No entanto, é uma tarefa bastante difícil distinguir as associações de produtores das associações comunitárias durante a efetivação das ações das mesmas, uma vez que as suas atuações e nomenclaturas (no referido Território do Sisal, por exemplo) apresentam-se como sinônimos, como veremos mais adiante do texto.

A quantidade de associações em um país, teoricamente, nos dá perspectivas de construção de um projeto democrático numa via participativa e essas entidades são de fundamental importância para a consolidação desse projeto, pois,

[...] É a maneira pela qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, e não limitada pelo voto. Além disso, está associada ao modo como esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs.

Além disso, a participação é um processo educativo. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso

¹⁰ De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, no Censo Demográfico 2010, referentes a população urbana e rural por estado do Brasil, podemos averiguar que a região Nordeste possui 26,9% de sua população residente no espaço rural. Se compararmos as demais regiões administrativas, esta é a que mais se destaca em população rural, conforme o quadro abaixo, e que nos oferece subsídio para afirmar o seu volume rural e seus indicadores de ruralidades presentes de maneira significativa.

REGIÕES	POPULAÇÃO			
	TOTAL	URBANA	RURAL	(%) RURAL
NORTE	15.864.449	11.664.504	4.199.945	26,5
NORDESTE	53.081.950	38.821.246	14.260.704	26,9
SUDESTE	75.367.410	69.696.178	5.671.232	7,5
SUL	27.386.891	23.260.896	4.125.995	15,06
CENTRO-OESTE	14.058.694	12.482.963	1.575.731	11,2

são atitudes que transformam todos/as aqueles/as que integram processos participativos [...]. (GANANÇA, 2006, p. 19).

Nesse sentido, a presença de entidades atuantes é de extrema importância para se construir espaços democráticos de fato. Porém, a presença de associações em um país também denota as desigualdades existente no mesmo, o que condiciona a sua população em se organizar para lutar por direitos que deveriam ser oferecidos pelo Estado e não o são. Nesse sentido, o poder público passa a atuar em forma de compartilhamento de responsabilidades, dividindo tarefas com a sociedade civil, nas quais não dão conta (ou não querem) de assumi-las interinamente. Porém, as associações comunitárias acabam por aproveitar da ação indutiva do Estado, para conseguir sanar as suas dificuldades. Sabourin (2009) define essa ação como um processo de complementaridade em que:

[...] os apoios públicos podem produzir em efeito de alavanca sobre as dinâmicas locais, graças à concentração dos esforços e dos recursos que fortalece a constituição, o funcionamento inicial e a institucionalização das dinâmicas locais ou de suas estruturas portadoras. (p. 169)

Os dados apresentados na tabela 02, nos trazem uma noção de como estão distribuídas as associações, que foram classificadas pelo IBGE (2010), por região brasileira. Dentre as regiões apresentadas, as que possuem os maiores números absolutos de associações destacadas são as regiões Nordeste e Sudeste. Vale salientar que há um histórico de lutas urbanas e rurais nessas regiões que deram origem a organizações importantes como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as Ligas Camponesas, que mais tarde deram origem aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e associações de trabalhadores rurais. Nesse sentido, durante o percurso histórico das associações, essas

[...] organizações da sociedade civil assumem vários papéis e formatos. No primeiro momento, têm um papel beneficente e assistencial, voltadas para atender as necessidades dos associados, atuando na esfera privada, sem reconhecimento do Estado; posteriormente, passam a ser reguladas pelo Estado, porém de forma bem ampla, sem maiores exigências burocráticas a não ser quanto ao registro e, depois, com a certificação de utilidade pública para efeito de obter subversão de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2008, p. 29).

É possível também observar nesse panorama, que o Nordeste brasileiro é a região que concentra um número absoluto maior de associações dentro do montante geral, e também no que se refere às entidades de Produtores Rurais e Comunitárias, como já fora discutido anteriormente. Esse dado reflete o quanto essa região é marcada por processos de lutas coletivas, principalmente no espaço rural, e o contexto desigual que o mesmo encontra-se inserido em um território com dimensões continentais. Nesse sentido, destacaremos a seguir, o número de associações por estado do Nordeste que nos dará subsídio para aproximação do nosso objeto de estudo.

TABELA 03
NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS POR
ESTADONA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE BRASILEIRO –
2010

Estado	Associações Profissionais	Associações de Produtores Rurais	Associação de Moradores	Centros e Associações Comunitárias	Total de associações
Maranhão	401	1.504	769	415	3.089
Piauí	414	1.021	426	526	2.387
Ceará	932	1.373	1.073	2.995	6.373
Paraíba	354	1.287	228	702	2.571
Rio Grande do Norte	340	488	87	610	1.525
Pernambuco	498	1.556	502	727	3.283
Alagoas	165	169	67	157	558
Sergipe	189	189	35	117	530
Bahia	1.292	3.634	999	2.466	8.391

FONTE: IBGE, 2010.

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho.

Dentre os Estados que compõe a região Nordeste, podemos verificar que os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, possuem a maior quantidade de associações, levando-se em conta o montante absoluto apresentado na

tabela 03. Fazemos um destaque maior para a Bahia por apresentar o maior número de associações em três modalidades apresentadas (associações profissionais, associações de produtores rurais e associações de moradores), além de apresentar um expressivo número de centros e associações comunitárias.

Vale ressaltar que as associações de produtores rurais, que representam 43,3% das associações da Bahia, se destacam por este estado possuir uma área rural bastante significativa, em que os seus territórios de identidade (que serão explicitados no subitem 2.2.2) são considerados, em sua maioria, territórios rurais. Desse modo, a população rural deste estado possui uma maior tendência em se agruparem para buscar melhores condições de vida. Nesse sentido, destacamos o envolvimento maior da população com as associações, o que evidencia desigualdades e disparidades sociais ainda presentes e fortes, uma vez que as associações possuem também o papel de buscar melhorias para a sua população que dela fazem parte. Desta forma, iremos apresentar a seguir um panorama do estado da Bahia no que diz respeito às associações presentes nessa unidade da federação.

2.3.2 – Bahia

O estado da Bahia é composto por 417 municípios¹¹ que convivem com disparidades econômicas e sociais gritantes, apesar de ter obtido um crescimento econômico considerável a partir dos anos de 1992 (TEIXEIRA, 2008). É possível observar essa disparidade no desenvolvimento econômico de algumas cidades em detrimento das demais, mesmo dentro de um raio de proximidade considerável. Ao considerarmos o PIB do estado da Bahia dos anos de 2010 à 2014, podemos observar que os Territórios de Identidade possuem desenvolvimentos econômicos diferenciados entre si, além de disparidades econômicas entre os municípios que o compõem.

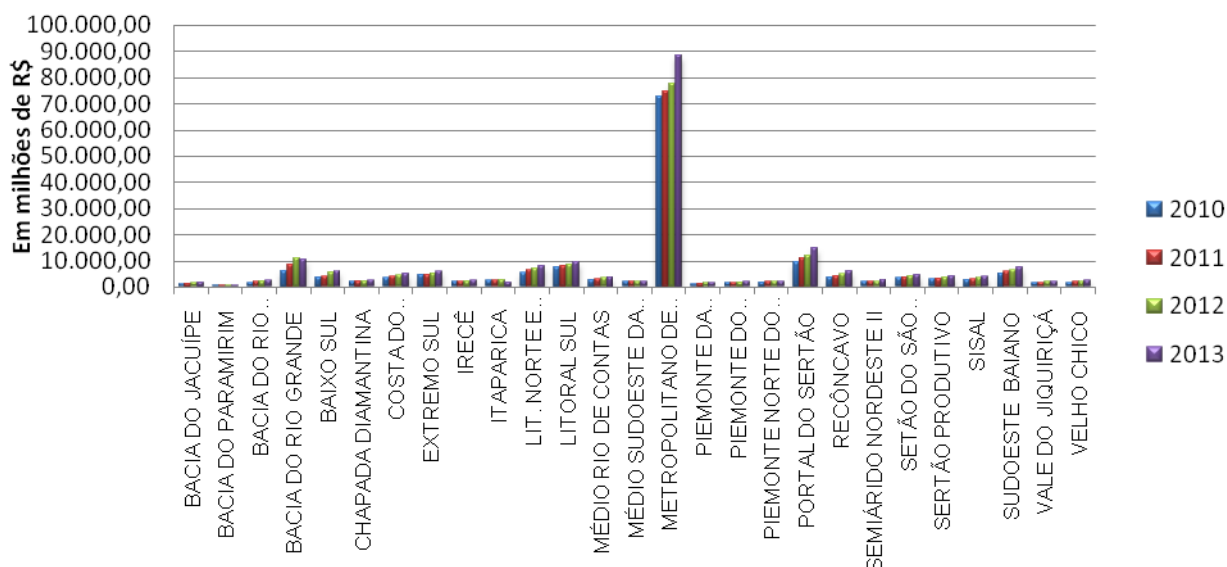
¹¹ Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010

Ao observarmos o gráfico 01, podemos destacar que o Território de Identidade Metropolitano de Salvador é o que possui a maior geração do PIB do estado da Bahia. No entanto, é válido salientar que, dentre os municípios que compõem este território, há disparidades de geração econômica sendo Camaçari e Salvador os municípios que se destacam em função do polo petroquímico e do centro de serviços da capital baiana. Logo em seguida podemos verificar que, o Território de Identidade Portal do Sertão possui o segundo maior PIB, no qual podemos justificar devido o desenvolvimento do setor de comércio e serviços do município de Feira de Santana, que possui o maior rendimento dentre os municípios que compõem esse território.

Em contrapartida, temos o Território de Identidade Bacia do Paramirim que apresenta o menor PIB do estado, no qual é formado por municípios que apresentam menos de 1% da participação do PIB no setor de serviços. Os setores de agricultura e indústria apresentam valores bem menores. Logo em seguida, temos os territórios do Piemonte da Chapada Diamantina e Bacia do Jacuípe, com as menores participações no PIB.

GRÁFICO 01

PIB POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE - DA BAHIA 2010 A 2013



FONTE: SEI, 2015.

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho.

Os dados apresentados no gráfico 01 dá-nos uma visão geral das grandes desigualdades de investimentos e desenvolvimento econômico no estado da Bahia. Como consequência, há uma tendência natural de criação de entidades de ações coletivas para buscar melhores condições de vida para a população que convive em meio a essa realidade, tais como as associações que devem desempenhar um papel ímpar no desenvolvimento da classe social envolvida nesse processo, criando laços de solidariedade que fortalecem a busca pelo objetivo central. Desse modo,

[...] A motivação de associar-se em determinadas camadas sociais em situação de exclusão social é de fato um interesse de conseguir melhoria nas suas condições de vida; neste caso, a solidariedade surge como decorrência da interação social em que a união de esforços pode contribuir para obtenção de resultados e a construção da sociabilidade requer um sentimento de pertencimento, até para enfrentar as dificuldades objetivas. [...] (TEIXEIRA, 2008, p. 25)

Diante de um cenário eminentemente desigual, a Bahia é um estado federativo em que as associações possuem um número absoluto considerável (como apresentado no item 2.3.1), o que reflete as condições sociais que os sujeitos encontram-se inseridos, pois, de acordo com Cruz (2014, p. 42) a presença de manifestações sociais, nas quais podemos incluir as associações, os sindicatos, as ONGs, dentre outros, “[...] são sinais e indícios que nos mostram as principais contradições de nossas sociedades e sinalizam para as injustiças mais contundentes de nosso tempo [...]”.

Para obter uma visão geral de quais tipos de associações o estado da Bahia possui, Teixeira (2008), realizou um levantamento da natureza de atuação e formulou uma tipologia das organizações existentes, conforme sintetizado no quadro 02.

Teixeira faz um levantamento em 413 municípios baianos, nos quais se observa uma variedade de natureza de organizações nas quais três possuem um destaque maior pela expressividade quantitativa no estado, nas quais o autor cita: as organizações comunitárias (47%), de produção / comercialização / crédito (18%) e profissionais (15%). No tocante às organizações comunitárias, o autor faz uma ressalva que o maior número, é de organizações rurais, e ainda alerta que é muito difícil diferenciar as organizações comunitárias das de

produção, pois ambas acabam realizando funções semelhantes devido às necessidades da sua população.

De acordo com Santos, Coelho Neto e Silva (2011), as associações comunitárias agregam pessoas que estão em busca de melhorar as condições imediatas de vida, buscando resolver problemas locais, já às associações produtivas, tem por objetivo a viabilidade e a dinamicidade da produção e comercialização de bens e serviços produzidos pelos associados. No entanto, Coelho Neto (2013) nos alerta que há uma dificuldade empírica em realizar a distinção entre as associações comunitárias e de produção, uma vez que

[...] (i) diversas associações utilizam os dois termos em suas denominações. (ii) muitas associações de produção se organizam numa base comunitária (...), e (iii) o desenvolvimento de atividades produtivas não está dissociado da busca pela resolução dos problemas imediatos de vida [...]. (COELHO NETO, 2013, p. 197)

QUADRO 02

NATUREZA DE ATUAÇÃO E TIPOS DE ORGANIZAÇÕES PRESENTES NO ESTADO DA BAHIA

Natureza da Atuação	Tipos de Organizações
Comunitárias	Associações Comunitárias Rurais
	Associação de Moradores Urbanos
Produção/Comercialização/Crédito	Associação de Pequenos Produtores Rurais
	Cooperativas Continua..
	Organizações de Economia Solidária
Profissionais	Sindicato de Trabalhadores Urbanos
	Sindicato de Trabalhadores Rurais
	Associação de Promoção Humana
	Organizações não-governamentais
	Rádios Comunitárias
	Associações de Profissionais
	Associação e Sindicatos Empresariais Urbanos
Associações e Sindicatos Empresariais Rurais	
Serviços e Assessorias	Beneficentes/filantrópicas
	Associações Educacionais
	Organizações religiosas de apoio aos movimentos sociais
Cultural	Organizações Culturais / Artísticas
Articulação	Organização de Articulação

Organizações de Defesa e Inserção de Minorias	Associação e Movimento de Mulheres
	Organizações Estudantis
	Movimento dos Sem Teto
Defesa de Direitos	Associação Socioambiental
	Associação de Usuário de Serviços Públicos
Política	Movimento Social e/ou Político

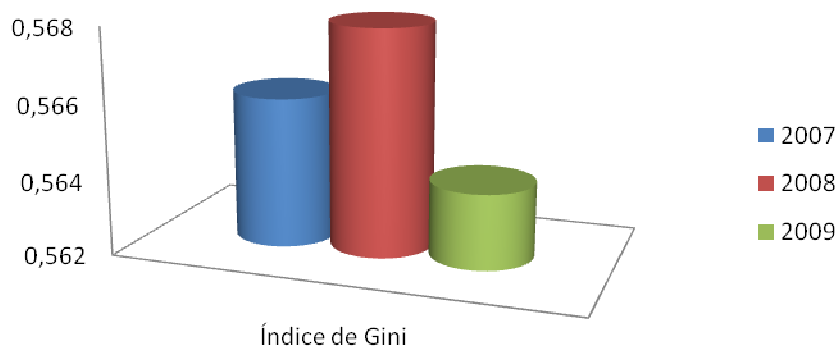
FONTE: TEIXEIRA, 2008.

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho.

Diante desse contexto, podemos considerar que a distinção entre as associações comunitárias e de produção, não são relevantes para a nossa pesquisa, uma vez que ambas se apresentam para tentar suprir necessidades básicas e imediatas da comunidade a qual representam. As referidas necessidades partem de desigualdades sociais que são expressas em toda a Bahia pelo índice de Gini, que apesar de ter sofrido uma leve melhora (gráfico 02), ainda representa um alto nível de concentração de riquezas, levando as pessoas a se organizarem em busca de direitos e de igualdade.

GRÁFICO

ÍNDICE DE GINI DA BAHIA – 2007-2009



02

Fonte: IBGE / PNAD 2007 a 2009; cálculos da SEI.

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho.

A desigualdade social ainda pode ser observada ao compararmos o rendimento médio da população que reside no espaço urbano e no espaço rural no estado da Bahia, no qual o rendimento mediano da população urbana é de R\$350,00, enquanto da população rural é de R\$170,00¹². Considerando que a população rural corresponde a aproximadamente 28% da população total da Bahia, e que esta parcela é a mais carente do estado, justifica-se o alto

¹² Dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

número de associações comunitárias rurais e de pequenos produtores rurais, conforme apresentado por Teixeira (2008). No entanto, para além dessa correlação,

O número elevado de associações rurais relaciona-se, não somente ao fato de a maioria dos municípios ser predominantemente de base econômica agrícola e terem menor índice de urbanização [...], como também a uma exigência (organização de associações) de agências internacionais de fomento e órgãos governamentais para financiamento de projetos produtivos ou de infraestrutura nomeio rural [...] (p. 62).

A participação das associações em projetos governamentais não é recente, no entanto, Teixeira (2008) afirma que nas últimas décadas a participação em projetos e programas tornou-se algo generalizado e as associações passaram a serem visualizadas como “[...] instrumento para aumentar a capilaridade das agências de financiamento, como garantia da efetiva aplicação dos recursos nos fins propostos [...]” (p. 124). Diante dessa importância que as associações ganham, passam a ter novos papéis sendo inseridas em metodologias de planejamento participativo e composição em conselhos municipais diversos. No entanto, vale ressaltar que muitas associações, apesar de saberem dos seus espaços de participação na esfera do poder público, ainda são induzidas por interesses políticos particulares, culminando na existência de associações de “papel”, conforme afirma Santos (2010).

2.3.3 – Território de Identidade do Sisal

A estrutura de planejamento territorial na Bahia parte de um alinhamento com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, (COELHO NETO, 2013a) via a implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no ano de 2003. Vale a pena salientar que a criação da SDT é influenciada pela experiência da Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE), através da execução do Projeto Umbuzeiro, que agrupava em

blocos de 03 municípios com características ambientais e culturais semelhantes, para buscar melhorias em conjunto. Conforme afirma Dias (2016),

Para cada um desses blocos de municípios, a ASSOCENE elaborou um diagnóstico e um planejamento de forma participativa com os atores locais públicos e privados por onde se estabeleceram prioridades e estratégias para identificar e superar entraves ao desenvolvimento local, articulando parcerias e cooperação entre os órgãos governamentais e não governamentais. Esses agrupamentos de municípios passaram a ser chamados naquela ocasião de “Territórios” pela equipe técnica do Projeto Umbuzeiro. (p. 24)

Esse modelo de desenvolvimento local/territorial exemplificado pelo Projeto Umbuzeiro foi a base para o nascimento da SDT, que advinha como o pressuposto de estimular o desenvolvimento endógeno de Territórios por meio de mobilização, planejamento e governança das populações locais. O termo ‘Território’, então, ganhou força na escala de planejamento do governo e constitui-se, hoje em dia, uma ferramenta de gestão. Sendo assim, na concepção da SDT o território é caracterizado por

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT, 2005)

Focalizando não somente o espaço físico, mas também os aspectos humanos, com um olhar sistêmico, a SDT propõe eixos aglutinadores de identificadores de potencialidades dos territórios, estabelecendo quatro estratégias operacionais:

- a) a elaboração participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); b) o fomento a uma institucionalidade territorial, dotando-a de condições para a elaboração, a negociação, a gestão e o monitoramento do PTDRS; c) a disponibilização de seus programas, em especial o “PRONAF INFRA ESTRUTURA”, para a definição e aplicação dos recursos segundo os interesses dos territórios, e; d) a articulação do Ministério, do Governo Federal e dos Governos Estaduais, de modo a convergirem para os PTDRS. (DIAS, 2016, p. 29)

Nessa perspectiva a SDT, via essas estratégias operacionais (principalmente a última), impulsiona a criação de territórios rurais, em que estimula a criação de no mínimo 1 e no máximo 5 territórios rurais por estado,

no primeiro momento (DIAS, 2016). O estado da Bahia, começa e desponta com o número máximo de territórios rurais permitidos pelo governo federal, nos quais foram definidos o território do Sisal, Litoral Sul, Velho Chico, Chapada Diamantina e Irecê.

A respeito do Território do Sisal, Dias (2016) destaca que,

Pela análise da época, o Território do Sisal expressava a forte coesão de movimentos e organizações sociais que lutavam pelos direitos dos sisaleiros, como o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais, hoje Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais (FATRES), a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). O Território também expressava forte coesão em torno da planta do sisal enquanto principal cultura agrícola de alta incidência e predominância na paisagem local com mais de 120 mil hectares cultivados, envolvendo diretamente no trabalho de produção, colheita, beneficiamento e comercialização cerca de 600 mil pessoas. (p. 34)

A denominação de Territórios Rurais, apesar de apropriado para uma realidade eminentemente agrária, como no caso do Território do Sisal, por exemplo, não apresentava coesão com demais instâncias urbanas nas quais pudessem propor um desenvolvimento integrado e sustentável, qual era a proposta da SDT. Desse modo, no ano de 2006, o MDA passou a denominação dos “Territórios Rurais” para “Territórios de Identidade”, considerando as interfaces entre o rural e o urbano. Essa troca da nomenclatura também corrobora com o processo de formação e consolidação desses territórios uma vez que,

A formação dos territórios na política do governo federal têm como base os municípios. Os limites do recorte territorial foram definidos a partir da adesão ou saída dos municípios, dos respectivos colegiados ou conselhos territoriais¹³. Os critérios de demarcação foram conduzidos pelas relações políticas no interior do recorte espacial instituído como território pelo sentimento de pertencimento e identificação a mesma realidade. (SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011, p. 22)

Na Bahia, o uso do termo Territórios de Identidade como unidades de planejamento e execução de políticas públicas só foi reconhecido a partir do governo de Jaques Wagner (PT – Partido dos Trabalhadores) com a

¹³ De acordo com os autores Santos, Coelho Neto e Silva (2011), a criação de um colegiado territorial era uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), em que se configuram como um espaço públicos de decisões, nos quais se apresentam como uma nova governança territorial.

construção do Plano Plurianual Participativo (PPA) 2008-2011 (FLORES, 2015) e a publicação da Lei 10.705 de 14 de novembro de 2007. Segundo o referido documento, houve uma intencionalidade de privilegiar o público rural do estado, uma vez que há um predomínio da população rural nos municípios do interior baiano. Assim,

[...] na aplicação do conceito de Território de Identidade, o MDA teve como foco e privilegiou o universo rural, a adoção dos Territórios de Identidade como instrumento de planejamento do Governo do Estado requereu ajustes conceituais e metodológicos para que pudesse se constituir em instrumento efetivamente útil para a formulação do planejamento em todas as suas dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. Estes ajustes, que incluem a ampliação da representação social nos Fóruns de Desenvolvimento Territorial, estão em curso e, ao se completarem, ampliarão e assegurarão maior aderência à realidade e efetividade do instrumento original, mesmo quando se operar no campo da agricultura familiar.

A adoção do conceito de Território de Identidade propiciará, também, uma melhor articulação entre as ações do Governo do Estado e as desenvolvidas pelo Governo Federal, em especial pelo MDA, no território baiano. A utilização de conceitos e de bases territoriais de planejamento comuns permitirá integrar as programações dessas duas esferas de poder, com óbvios resultados sobre a qualidade das ações propostas e sua efetividade. (BAHIA, 2007, p. 59).

Destarte, compreendemos que a adoção do conceito de Território de Identidade por parte do Estado da Bahia, parte também de uma questão de alinhamento político com a esfera federal. No entanto, vale ressaltar que diante desse cenário, começou a inserir no meio político baiano a participação popular, ainda tímida e sem preparo por parte da sociedade civil, mas consideramos um avanço para a prática da cidadania e a inserção de organizações civis nos espaços de decisão do poder público.

No ano de 2007, o Governo da Bahia reconheceu no seu PPA a existência de vinte e seis Territórios de Identidade. No entanto, somente após três anos da elaboração do PPA, que é publicado o Decreto 12.345, de agosto de 2010, instituindo o Programa Territórios de Identidade. De acordo com Flores (2015) já no ano de 2012, um dos territórios reconhecidos em 2007 – o Território de Identidade do Extremo Sul – fora dividido e constituiu-se o Território da Costa do Descobrimento, totalizando vinte e sete territórios, conforme conhecemos atualmente (figura 01). Vale ressaltar que essa divisão territorial não é algo estático, e que pode ser modificada ao longo do tempo

levando-se em conta diversos fatores, tais como: político, econômico, social e indutórios.

Diante dos referidos territórios, destacamos o Território de Identidade do Sisal, onde se encontra inserido o município foco dessa pesquisa, que é composto por vinte municípios, localizado no semiárido baiano, identificados pela cadeia produtiva do sisal - agave sisalana – (SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011).

FIGURA 01
TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA – 2011



Ao analisarmos quantitativamente o número de associações presentes em escala nacional, regional e estadual (tabela 04), podemos observar que o Nordeste agrega aproximadamente 44% das associações de produtores rurais

e comunitárias do Brasil, o que representa uma região de intensas lutas por direitos sociais, nos quais historicamente, são deixados de lado para essa referida população. O quantitativo de associações da Bahia corresponde a aproximadamente 30% do total de associações do Nordeste. Já o Território do Sisal possui 35,5% do total de associações do estado da Bahia, tomando como base que o referido estado possui 417 municípios e o Território do Sisal compreende apenas 20 desse montante, ratificamos o número expressivo dessas entidades presentes.

TABELA 04
ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS – BRASIL – NORDESTE –
BAHIA - TERRITÓRIO DO SISAL - 2010

Associações sem fins lucrativos	Brasil	Nordeste	Bahia	Território do Sisal
Associações de produtores rurais/ Associações comunitárias	43001	20351	6100	2166

Fonte: IBGE, 2010.
SANTOS, COELHO NETO e SILVA 2011.
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

O expressivo número de associações reflete o resultado do não atendimento de “reivindicações, a população rural passou a se mobilizar socialmente, criando formas de se associar para exercer pressão sobre os governos [...]” (FLORES, 2014, p. 29) para atender as necessidades de uma população eminentemente rural marcada por desigualdades e lutas históricas em torno do acesso e permanência à terra presente em todo o país. A criação de associações nesse território ocorre de forma não homogênea nos municípios que o compõem (mapa 02), mas podem refletir o nível de articulação e politização da sociedade civil local.

Diante desse significativo número de associações, os autores Santos, Coelho Neto e Silva(2011), desenvolveram categorias (quadro 03) que caracterizam as associações presentes no Território do Sisal em conformidade com a “[...] motivação principal que originou a reunião das pessoas em torno de uma finalidade ou objetivo comum [...]” (2011 p. 58).

Ao elaborar essa categorização, os autores afirmam que, mesmo com um leque extenso de organizações, as que possuem maior expressividade são as associações comunitárias e produtivas. Esse dado se justifica pela predominância rural nos referidos municípios, e em um mundo marcado por desigualdades econômicas e sociais promovidas pelo sistema capitalista de produção, a exclusão do contexto rural contribui para uma mobilização social em torno de sanar dificuldades históricas do meio rural, em que faz-se necessário agrupamentos para fortalecer a comunidade para resolver demandas locais e promover geração de renda para sobrevivência dessa população.

Levando-se em conta o número de associações comunitárias e produtivas do Território do Sisal (1154 associações comunitárias e 375 associações produtivas)¹⁴, é válido ressaltar que o histórico da sociedade civil organizada no Nordeste brasileiro, é marcado por grandes conflitos e pressões do Estado para desarticular ações populares que são vistas como ameaças para o grande capital, principalmente no que se refere à população rural. Isso reflete diretamente no Território de Identidade do Sisal, que é considerado um espaço eminentemente rural. Sendo assim, se faz necessário retomar o dinamismo das associações e movimentos sociais, nos quais foram adormecidos após a conquista do governo pelo Partido dos Trabalhadores, na busca por uma sociedade mais autônoma que se define como

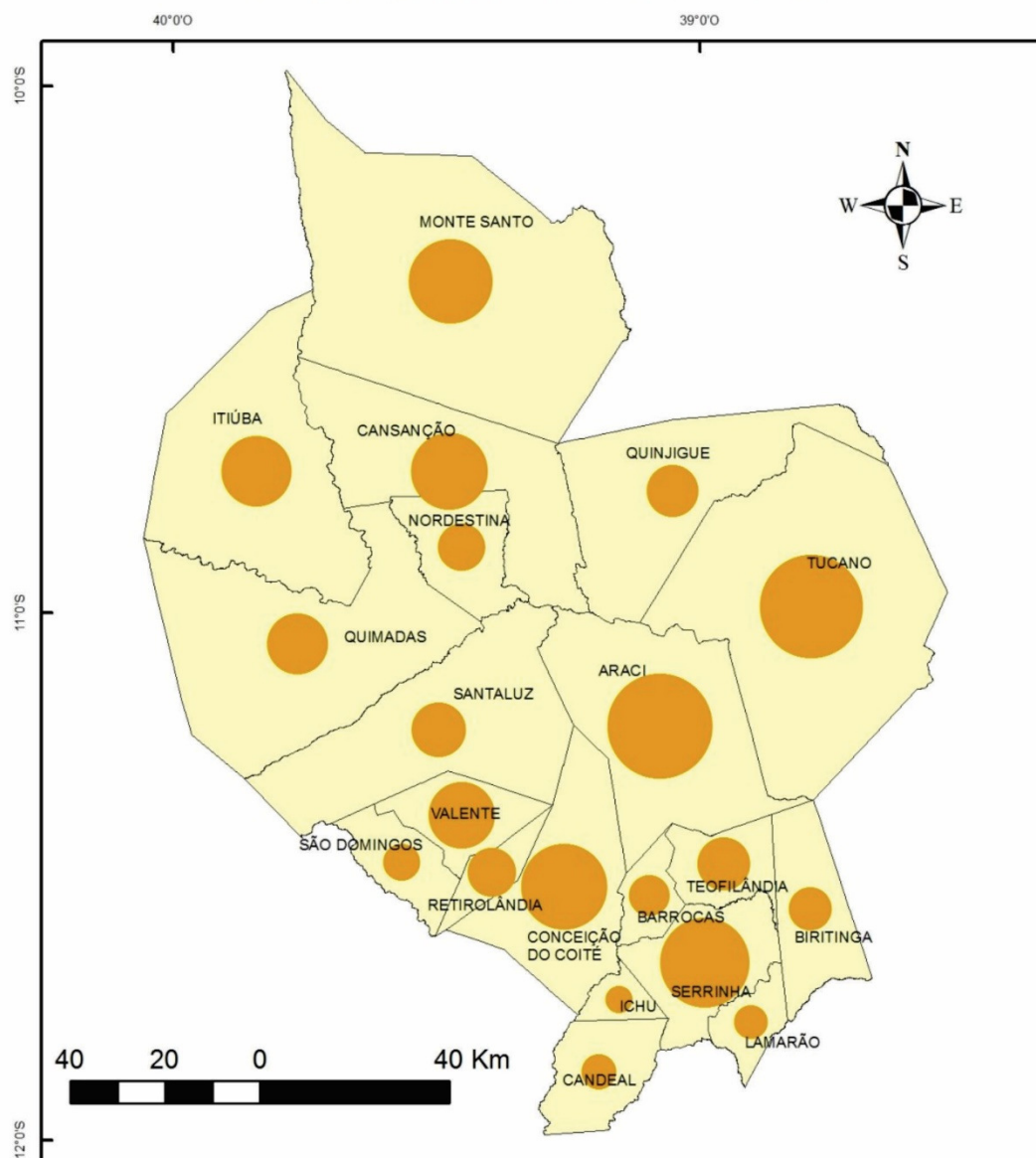
[...] aquela que logra defender e gerir livremente o seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. [...] Uma coletividade autônoma, radicalmente democrática, o exercício do poder não é concebível sem territorialidade – sejam os limites externos, as fronteiras espaciais e de poder dessa coletividade, sejam as diferenciações internas da sociedade (dos indivíduos às instituições), que impõem territorialidades específicas [...]. (SOUZA, 2005, p. 106)

O Território do Sisal ainda é um destaque a nível estadual, no número de organizações que tendem a buscar melhores condições de vida para a população local e incentivar/fomentar a atuação de outras entidades. Temos como exemplo dessas organizações o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores

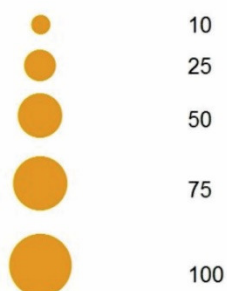
¹⁴ Dados segundo os autores SANTOS, COELHO NETO e SILVA 2011.

Familiars da Região Sisaleira (FATRES) e o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES).

MAPA 02
NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES POR MUNICÍPIO NO TERRITÓRIO DE
IDENTIDADE DO SISAL – 2009



Número de Associações



Fonte: SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS2000
Unidades: Degree

QUADRO 03
TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES SEGUNDO
SANTOS, COELHO NETO E SILVA, 2011

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
Comunitária	Congregam pessoas de uma comunidade específica, preocupadas em resolver problemas dos lugares onde vivem.
Produtivas	Congregam pessoas preocupadas em alavancar setores específicos da produção de bens e serviços resolvendo problemas da cadeia produtiva da qual pertencem.
Comunicação	Congregam pessoas para organizar e manter em funcionamento serviços nas áreas de radiodifusão, mídia impressa e televisiva.
Organização de Jovens	Congregam jovens em torno de questões ligadas ao desenvolvimento de atividades que atendam as demandas da juventude.
Educação	Congregam pessoas para promoverem o desenvolvimento através de um projeto alternativo de educação.
Cultural	Congregam pessoas em torno da resolução de problemas vinculados à cultura em geral, como por exemplo, as festas populares, as questões religiosas e a música.
Institucional	Congregam pessoas que atendam a uma demanda jurídica do Estado nas suas mais diversas esferas, devido à obrigatoriedade da constituição de uma associação.
De Clube	Congregam pessoas em torno da resolução de problemas de clubes esportivos, constituição de espaços de lazer e de atividades vinculadas às práticas esportivas em geral.
Beneficente	Congregam pessoas que já possuem condições melhores do que aquelas que visam ajudar, ou seja, geram benefícios para pessoas que não são sócios imediatos.
De Classe	Congregam profissionais de uma determinada atividade associados com a finalidade de defender interesses de sua categoria.
Religiosa	Congregam pessoas em torno da resolução de problemas vinculados a uma religião ou igreja em particular.
Ambiental	Congregam pessoas associadas com a finalidade de desencadear ações para a preservação do ambiente.

Fonte: SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011.

Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

Nesse território, encontramos também, a força propulsora das associações comunitárias rurais, as quais, na maioria das vezes, carregam a representação da comunidade/povoado às quais pertencem, trazendo o

sentimento de pertencimento ao lugar e gerando uma identidade territorial por meio de uma

[...]valorização material e simbólica do espaço. Esse processo só será expresso através do papel estratégico que os movimentos dão à terra, ao território e às territorialidades, como fundamento das estratégias de afirmação de direitos e da autonomia dos povos e comunidades. Assim, o território torna-se referência material e simbólica de vida de identidade e resistência para esses novos protagonistas [...]” (CRUZ, 2014, p. 40, 41)

Com essa referência simbólica, podemos aferir, empiricamente, que as organizações que compõem o Território do Sisal se apropriam dessa terminologia (sisal) para se fortalecerem em torno de objetivos comuns, que na grande maioria das vezes, trata-se de resolver problemas imediatos da sua referida população. Esta apropriação/controlado simbólico/material do espaço permite pensar na construção de territorialidades, que tem nas redes de solidariedade uma base de articulação. Esse entendimento nos remete a discussão e a explicitação do que estamos considerando por territorialidades e redes, tarefa assumida no próximo capítulo.

3 – Concepções e abordagens sobre Territórios, Territorialidades e Redes

Este capítulo destina-se a apresentar algumas abordagens e concepções acerca dos conceitos de território, territorialidades e redes como conceitos chaves para tentar compreender a dinâmica socioespacial atuante na relação entre associações e território. Desta forma, o presente capítulo organiza-se com os seguintes subtemas: 3.1 – Da apropriação dos Territórios à construção de Territorialidades; 3.2 – Redes como propulsora de solidariedades.

3.1 – Da apropriação dos Territórios à construção de Territorialidades

Antes de iniciar a discussão acerca de qualquer conceito, é preciso deixar claro que todos possuem uma historicidade com elementos distintos que o compõem e promovem constantes metamorfoses, principalmente nas ciências humanas, o que torna os conceitos complexos. Com o conceito de território não é diferente, diante da sua interação com vários elementos ao longo da história, há uma gama de interpretações segundo a corrente filosófica que se adote para analisá-lo.

Para início de conversa, entendemos que todo e qualquer fenômeno geográfico ocorre em um determinado tempo e espaço, entretanto, não é possível analisar todo o espaço geográfico para se compreender um fenômeno específico, e assim ocorre a fragmentação do todo para se compreender as partes. A partir dessa fragmentação, a categoria geográfica definida como território passou a ser adotada em diversas áreas do conhecimento científico, o que propiciou a este conceito uma polissemia conceitual que incide na própria ciência geográfica.

A partir da década de 1980, o termo território vem ganhando força no meio científico decorrente de sua capacidade de aplicabilidade para compreender os fenômenos espaciais. No campo das humanidades, nas primeiras décadas do século XXI, houve uma produção significativa a respeito deste conceito, principalmente no âmbito da geografia brasileira. No entanto, o referido termo (território) em decorrência dos seus usos e aplicações, que são realizadas dentro e fora da academia, gerou uma polissemia de concepções nas quais se apresentam como um desafio para o pesquisador.

Coelho Neto (2013b) chama atenção que o termo território libertou-se dos muros acadêmicos e adentrou a esfera da ação governamental e das ações coletivas com grande incidência, porém, nem sempre se atentando para o rigor científico do conceito. O autor nos traz como exemplo que o termo território, principalmente a partir do ano de 2003 no Brasil, passa a ser palavra chave para a formulação de políticas públicas e programas de governo. Contudo, verifica-se nos documentos referenciais que validam a adoção do território como categoria para a administração pública, como o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR)

gerido pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não apresentam uma preocupação com o rigor científico deixando vago (quando não confuso) o entendimento sobre território, territórios rurais e desenvolvimento rural¹⁵. É possível observar que o termo território passa a ser adotado pelas instâncias federal e estadual, sem levar em conta a complexidade conceitual e as produções acadêmicas existentes (e, diga-se de passagem, em grande volume), condicionando o território apenas como demarcação física designada por meio de decretos ou de indicadores geográficos, confundido, muitas vezes, o termo território sinônimo de região administrativa (COELHO NETO, 2013b).

Não podemos negar, no entanto, que a adoção do conceito de território pela instância governamental gerou desdobramentos significativos na realidade social, uma vez que

[...] a apropriação do termo pelas organizações sociais que participam de colegiados territoriais implantados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para efetivação da política territorial, seja na denominação das entidades ou na elaboração de seu planejamento estratégico e de seus projetos e planos de ação, seja no discurso cotidiano de suas lideranças (COELHO NETO, 2010, 2011). (COELHO NETO, 2013b, p. 122)

Coelho Neto nos remete a observar que os coletivos sociais organizados, após a PNDSTR, passam a participar da política de desenvolvimento territorial implementada pelo Governo Federal e se utilizam do termo território, mesmo de forma vaga e generalizada, como ferramenta e estratégia de luta, de reivindicação dos direitos pleiteados. É possível verificar a incidência da palavra 'território' nos discursos dos representantes de organizações sociais, como uma forma de empoderamento coletivo na busca de melhorias para o seu espaço de vivência, apropriando-se do termo nas mesas de discussões políticas, pleiteando a implementação de políticas públicas ou programas governamentais.

Admitindo a importância do termo para as diversas esferas da sociedade, é preciso buscar o rigor científico para que não adentremos em um processo

¹⁵ A referida afirmação pode ser verificada pelos estudos de Coelho Neto no texto "A política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território", no qual apresenta fragmentos de documentos do MDA definindo (ou tentando definir) os conceitos aos quais se propõe a estabelecer como base de uma política e/ou de programas governamentais.

de banalização do conceito de território, para isso procuramos apresentar algumas concepções. No entanto, é necessário deixar claro que não pretendemos dar conta de toda a gama de compreensões a respeito do termo, no entanto, iremos apresentar algumas concepções que nortearão o nosso trabalho.

No dicionário Aurélio online, é possível observar que a palavra território está relacionada a uma “1) área dependente de uma nação, província ou localidade; 2) termo; 3) jurisdição” (Dicionário Aurélio online), o que aponta, a princípio, uma relação direta com a delimitação do Estado. Gottmann (2012) traz uma definição de território que interage com o aspecto político, físico e social ao afirmar que,

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política [...]. (GOTTMANN, 2012, p. 523)

Assim, podemos observar que o autor admite a formação do território a partir de uma jurisdição estatal, com um governo específico, que se configura como um “palco” em que ocorrem as conexões (sociais, econômicas, políticas) decorrentes nesse espaço específico. Gottmann (2012) ainda deixa claro em sua obra que, apesar de o território ser formado por elementos materiais dispostos no espaço geográfico, respeitando certas leis da natureza, há, para além dos objetos materiais (em que Milton Santos os denomina de fixos), a interferência e as relações humanas, que conformam o território que lhe fora dado, atribuindo-lhes usos distintos. Dessa forma, o território “é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p. 523). No decorrer dos séculos, o conceito de território foi sendo modificado e adequado à complexidade que o termo vem ganhando, Gottmann (2012) refere-se que este conceito existiu desde antes do século XIV e vem adquirindo significados desde essa época.

De acordo com Rocha (2008), o primeiro grande teórico a trabalhar com a categoria de território na geografia foi Frederich Ratzel no final do século XIX na Alemanha, no qual defendia que

[...] O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Observa-se que a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta as origens do termo na Zoologia e na Botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal). Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe dá identidade [...]. (MORAES, 1992, p. 23, citado por ROCHA, 2008 p. 136)

Nessa definição, Ratzel aproxima a concepção de território ao poder e, concomitantemente, especifica o surgimento da Geografia Política, em que o Estado é observado como consequência da preocupação do homem, enquanto sujeito ativo do meio, com a proteção do seu espaço de poder, que é o território delimitado por fronteiras. Assim,

[...] Quanto maior for o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. [...] Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo de conquistar novas áreas [...]. (MORAES, 2002, p. 56)

Podemos inferir que a concepção de território elaborada por Ratzel possui um cunho materialista, estabelecendo relações de poder de uma dada sociedade estabelecida em um espaço físico, colocando que é imprescindível a conquista territorial para legitimar o Estado, o que influenciou os seus discípulos a debruçarem sobre a ação do Estado sobre o espaço, legitimando ações imperialistas.

Ao relacionar o território ao Estado, Frederich Ratzel considera que o território e as fronteiras são condições indispensáveis para a formação de um país, na medida em que a população se fixa em um solo. Assim, “[...] Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território [...]” (RATZEL, citado por MORAES,

1990, p. 75). Nesse sentido, podemos afirmar que para o autor, o território está diretamente ligado ao solo como uma área onde decorrem relações políticas e econômicas. Não obstante, ainda podemos observar que nesse contexto, o solo expressa à noção de Estado-nação, e que a concepção de território, por sua vez, não é um fato recente na atuação do Estado, em que

[...] a relação entre território e Estado se caracteriza por uma condição de imanência que os coloca inseparavelmente implicados, o primeiro sendo constitutivo da natureza do segundo, chegando a compor uma fórmula simplista e largamente difundida, de que o Estado é constituído por 'um governo, um povo e um território'. (COELHO NETO, 2013a, p. 68)

No século XX, após a reelaboração da ciência geográfica, diversos autores (italianos, franceses, americanos e brasileiros) passaram a apresentar distintas perspectivas de abordagens do território diferente da abordagem naturalista de Ratzel. O geógrafo Claude Raffestin (1993[1980]) critica a concepção de território adotada na Geografia Política Clássica elaborada por Ratzel, quando este afirma que o poder emana de forma unidimensional do Estado. Raffestin (1993[1980]) admite que o Estado é detentor de um poder maior “[...] que se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos [...]” (p. 52), no entanto, admite também que existem outros poderes menores que estão ligados e se manifestam por ocasião da relação em um processo de troca ou de comunicação. Raffestin corrobora com as proposições de poder de Foucault ao abordar a natureza do poder, admitindo que

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

Nessa concepção, o autor ainda afirma que os atores sintagmáticos, que são atores coletivos que realizam programas, expressam o poder nas suas diversas formas reafirmando a concepção de poder foucaultiana, e se adequa melhor a nossa concepção de agentes transformadores do território quando afirma que,

[...] O ato sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processos e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, *lato senso*, uma ou várias coisas. [...]. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado. [...] Todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vive, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41)

Raffestin, dessa forma, rompe com a perspectiva clássica da acepção do Estado como único produtor do território, como detentor do poder único verticalizado, contribuindo para a ampliação da concepção dos “[...]agentes territoriais, ou seja, dos agentes que produzem os territórios, pois, ‘[...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território”’. (RAFFESTIN, 1983 [1980], p. 152, citado por COELHO NETO, 2016, p. 18). Ainda ao tratar sobre território, Raffestin (1993 [1980]), afirma que este se forma a partir do espaço, e que o mesmo

[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...]. (p. 143 - 144)

Assim, Claude Raffestin considera que o território é um espaço produzido por relações em que o poder se manifesta intrinsecamente a partir das ações de atores sintagmáticos que se apropriam desse espaço e lhes conformam limites físicos.

A territorialidade, ganha espaço na dimensão política e social da humanidade, uma vez que esse conceito começa a ser utilizado, primeiramente, pelas ciências biológicas para explicar o processo de territorialização no mundo animal¹⁶. Com o aprofundamento do estudo, pelas ciências humanas, tem-se que a

¹⁶ Ver Raffestin (Repères pour une théorie de la territorialité humaine) in Dupuy, G. et al. **Réseaux territoriaux**. Caen, Paradigma, 1988.

Territorialidade para humano é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é usada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. é o meio pelo qual o espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. (SACK, 2013, p. 63)

Quando Sack relaciona a territorialidade como estratégia de controle, retomamos ao uso do termo pelo Estado e também pelas organizações sociais nas quais constroem, ao logo do tempo, relações de pertencimentos aos espaços nos quais se relacionam e utilizam o território como ferramenta de dominação. No entanto, é de fundamental importância reafirmar que a territorialidade humana não se encontra estabelecida exclusivamente na relação de poder, na dialética de controlador e controlado. A realidade empírica nos demonstra que as relações de solidariedade estabelecidas pela sociedade em um determinado território, sobrepõem, muitas vezes, a tentativa de controle do Estado em uma área (aprofundaremos essa discussão no próximo capítulo).

Já de acordo com Silva e Silva (2006), o território pode ser entendido como uma síntese de quatro características:

a) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental; b) em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas; c) os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; d) assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global. (p. 161- 162)

Nesse sentido, os autores apresentam que o território não pode ser definido tomando por base uma única característica e sim tomando por base um conjunto de atributos que perpassa pela combinação temporal e espacial

das relações culturais, ambientais, políticas e socioeconômicas que originam características indentitárias ao longo das escalas territoriais. Porém, consideram ainda que o território se forma pelas dinâmicas nas relações de poder estabelecidas pelos sujeitos que constroem esse território que vai desde a escala local até a global uma vez que não há como abandonar o contexto de globalização em que as sociedades estão inseridas.

Já em Saquet (2015b), podemos também observar um estudo de obras de autores diversos a respeito da concepção de território em que apresenta quatro tendências de abordagens territoriais, que ocorrem ao longo do tempo e coexistem em determinados momentos e períodos históricos, conforme demonstrado abaixo:

[...] a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar. [...] (SAQUET, 2015b, p. 15)

Tendo como base as tendências de abordagem territorial apontadas por Saquet, tomamos como referência a terceira tendência em que o território é visto para além do solo, levando em conta as dinâmicas políticas, culturais, simbólicas e de identidade. Porém, vale ressaltar que a preferência por essa perspectiva é devido a esta se adequar mais ao nosso objeto de estudo, considerando que as ações desenvolvidas pelas associações comunitárias rurais contribuem para o fortalecimento da territorialidade por meio do aprofundamento das relações socioespaciais com a comunidade estabelecendo relações de proximidade (social) e pertencimento (territorial), conformando territorialidades, como afirma Coelho Neto (2016).

Saquet ainda destaca as contribuições à abordagem territorial realizada pelos seguintes autores:

[...] a) Deleuze e Guattari: profunda reflexão sobre a desterritorialização e o movimento na constituição do território, no nível epistemológico; b) Dematties: destaque para a processualidade histórica e para as relações sociais/territorialidades humana (tramas e

interações); c) Quaini: reconhecimento da unidade espaço-tempo em estudos territoriais; Raffestin: evidência da materialidade do território e da imaterialidade das sensações e representações; e) Bagnasco: explicação das múltiplas dimensões e das articulações territoriais. (SAQUET, 2015b, p. 63)

Diante dessas abordagens, podemos observar uma modificação na definição do conceito do território, em que cada vertente se encontra adequada ao seu período histórico, e que este é um conceito que está em constante construção/reelaboração, adequando-se ao período histórico. Essa diversidade de reflexões dar-nos à noção da complexidade do referido conceito e a necessidade de se debruçar em torno do mesmo para compreender os fenômenos sociais e a sua multiescalaridade, que é concebida por meio do movimento do tempo-espaço de maneira simultânea. Nesse sentido, ao nos aproximarmos do conceito de território e seus derivados (territorialização, desterritorialização, reterritorialização – T-D-R - e territorialidades) precisamos considerar três elementos básicos:

i. Considerar a noção de flexibilidade para pensar na construção de territórios se contrapõe à ideia de limites fixos e imutáveis e das longas durabilidades das territorialidades; ii. Trabalhar com a noção de descontinuidade confronta com a clássica concepção de territórios-zona, sustentada no pressuposto da contiguidade espacial, e pressupões, por exemplo, considerar a ideia de território-rede; iii. Admitir a perspectiva da superposição de territorialidades refuta a ideia de exclusividade de uso do território, amparado na existência de fronteiras claramente bem demarcadas. (COELHO NETO, 2013c, p. 28-29)

Desta maneira, Coelho Neto (2013c) traz a reflexão acerca de pensarmos o conceito de território, sem perder de vista a flexibilidade das relações estabelecidas com o mesmo que podem ser contínuas ou descontinuas ao longo do tempo e do espaço, além de se ter claro que os usos do território podem ser diversos e se sobrepõem, mesmo obtendo fronteiras específicas e bem delimitadas.

Haesbaert (2007) realiza um levantamento sobre o conceito de território e suas diversas concepções, nas quais o autor agrupou em perspectivas materialistas e idealistas, além da abrangência histórica e um caráter relacional. No entanto, o autor ressalta que a concepção de território a ser utilizada, dependerá da posição filosófica que o pesquisador adotar, o que corrobora com o que anunciamos no início deste capítulo. Ao relacionar o território em

uma perspectiva materialista, Haesbaert nos chama a atenção para a ligação que se estabelece entre território e natureza, tratando-a como fonte de recursos ou meio de existência natural, em que denomina o território como uma “[...] porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” (GOLDELIER, 1984 citado por HAESBAERT, 2007, p. 47).

Ao relacionar o território numa perspectiva idealista, é possível pensar em uma dimensão de apropriação simbólica e cultural. Haesbaert enfatiza a concepção de Bonnemaison e Canbrézy quando afirmam que a lógica cartesiana não consegue mais explicar a realidade atual, por não admitir a sobreposição de territórios, e esta é suplantada pela lógica culturalista, ou pós-moderna, em que

[...] o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição de um polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica” [termo de Gilles Sutter para definir a visão de espaço cartesiana moderna]. (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996, citado por HASBAERT, p. 50)

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o território, na visão idealista, vai além do espaço físico sem desprezar o mesmo, constituindo uma inter-relação do povo com o sentimento de pertencimento ao espaço ocupado, o que denominamos o estabelecimento de territorialidades. Assim, o uso do território vai além das fronteiras e perpassa pela relação de poder estabelecido ao longo do tempo e torna-se um elemento construtor de identidades. Dessa forma, o território deve ser pensado a partir de suas múltiplas dimensões sociais.

No sentido relacional, o território aparece como fruto de relações sociais e de relações de poder, pois envolve uma gama de relações complexas “entre processos sociais e espaço material” (HASBAERT, 2007, p. 56). No tocante aos processos sociais, não podemos considerar apenas o enraizamento da população em uma porção do espaço, mas também o movimento promovido por esse território, a sua fluidez e as conexões estabelecidas ao longo da historicidade, no contexto das relações sociais.

Nesse sentido, as relações sociais estabelecidas em um espaço geográfica são produzidas, essencialmente, através das relações de poder instituídas durante as ações dos atores sintagmáticos em que o poder é manifestado por ocasião da relação em um processo contínuo, dessa forma, todos nós somos atores sintagmáticos. Portanto, os territórios se estabelecem a partir de conflitos de interesse, mas também possuem laços de coesão e solidariedade que estimulam e dinamizam o crescimento das relações identitárias no recorte espacial em que se está inserido. No caso das associações comunitárias rurais, Coelho Neto (2016) afirma que estas se caracterizam por uma grande diversidade empírica e que

[...] a grande maioria das associações comunitárias rurais coloca em conexão agricultores/moradores de povoados e assentamentos rurais, contribuindo para a construção de territorialidades decorrentes da apropriação desses tipos de espaços. (COELHO NETO, 2016, p. 25).

Esses laços são construídos, na maioria dos casos, pela necessidade de convivência e desenvolvimento no território que agrega construções físicas e simbólicas, desenvolvimento este que é marcado por interesses específicos de cada grupo que se apropria do espaço. Com referência a esse aspecto, Hasbaert (2011), numa concepção de território numa perspectiva sobre o poder, afirma que

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (p. 79).

Ainda de acordo com Haesbaert (2006, p. 131), o território “[...] é visto antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se fixam os processos sociais [...]”. Nesse sentido, é possível considerar que o meio oferece as ferramentas para se produzir e reproduzir diversas configurações socioespaciais que irão influenciar diretamente no modo de vida dos coletivos organizados espacialmente, fazendo com que esses coletivos possam estabelecer diversas redes de convivência para alcançar os objetivos propostos por cada organização, já que Raffestin (1993, p. 41-42) afirma que as organizações possuem objetivos e finalidades que podem ser simples ou complexas, e que para alcançá-los fazem-se necessárias estratégias diversas, que será discutida ao longo do trabalho. Souza(2005, p. 78) afirma que “o

território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, no qual cabe à reflexão de quem domina, influencia e de que forma isso ocorre dentro desse fragmento do espaço onde há uma luta constante de “classes” e interesses divergentes numa sociedade heterogênea. Cabe então ressaltar que, a centralidade da noção de poder está presente nas diversas concepções de território arroladas até o momento, afinal,

[...] pensar na formação de territórios em múltiplas escalas espaciais e temporais e não apenas na escala unitária do Estado-nação, pressupõe outra(s) concepção(ões) de poder, que não se reduz ao poder soberano do Estado, mas que possa considerar sua manifestação em toda microfísica social [...]. (COELHO NETO, 2013a, p. 78)

Assim, o poder pode ser compreendido como uma ação coletiva em que o povo concede a um indivíduo para lhes representar em diversas escalas, desde escalas macro (como a legitimação de um/uma presidente da República) até escalas micros (como presidentes de associações comunitárias, associações de bairros, cooperativas, etc.). Chama-nos a atenção à escala micro do poder, ao pensarmos na materialização deste (poder) na instância associativista do espaço rural, que de maneira empírica, podemos constatar as disputas internas para manutenção do poder na diretoria de uma associação comunitária rural, por exemplo, quando observamos que muitas vezes a presidência das associações permanece no círculo familiar, ou que mesmo sem ter o vínculo direto com as novas diretorias, ainda mantêm poder sobre as decisões a serem tomadas pela comunidade. Desta forma, concordamos com Haesbaert (1997, citado por HAESBAERT, 2011,) quando afirma que

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (p. 94)

Rogério Haesbaert, (2011) apresenta diversas perspectivas do conceito de território deixando clara a enorme polissemia que acompanha a utilização do referido conceito entre os diversos autores que o discutem, no entanto, o autor deixa claro que o território é visto antes de tudo, como “[...] um território

simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (p. 35).

Conforme a concepção de Saquet (2015a), o território é visto como “[...] uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas [...]” (p. 38). Portanto o território parte de uma construção coletiva, na qual imprime valores (históricos, sociais, sentimentais, etc.) e que permite ser compreendido por uma abordagem pluridimensional-(i)material. Assim,

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-política-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espácio-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)materialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir. (SAQUET, 2015a, p. 45)

Portanto, o território pode ser considerado como o resultado de combinações das relações estabelecidas em um solo, mediadas relações de poder concomitantemente com laços de afetividades desenvolvidas em um espaço-tempo por determinado(s) grupo(s) de pessoa(s) cotidianamente, o que pode gerar um processo de territorialização. Levando-se em conta as especificidades de cada porção do espaço, podemos afirmar que a construção de território se estabelece assim, por múltiplos fatores e dão origem à diversos tipos de territórios, como afirma Haesbaert (2007):

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de “múltiplos” (tipo) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 42–43)

Saquet (2015a) afirma que o território é produto de relações entre a sociedade e a natureza além de ser uma condição para a reprodução social, levando-se em conta o poder que envolve as relações sociais

concomitantemente com a territorialização. Saquet ainda afirma sobre as territorialidades, pois estas

[...] são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo. (SAQUET, 2015a, p. 45)

Nesses termos, o autor considera que o processo de territorialização perpassa pela influência mútua exercida no território por atores sintagmáticos¹⁷, levando em conta as relações sociais, econômicas e culturais no espaço-tempo. Esse processo pode ser materializado e/ou influenciado pela formação de associações comunitárias rurais que, na maioria das vezes, trazem consigo a toponímia do local, a que pertencem, e se apoiam em uma ancoragem territorial para realizar as suas ações (COELHO NETO, 2016). As relações de influência recíprocas entre associação e comunidade trazem consigo implicações simbólicas onde o processo de territorialização demandada por estas unem instrumentos de apropriação e de dominação, instrumentos em dimensões simbólicas, funcionais e afetivas (HAESBAERT apud COELHO NETO, 2013).

Saquet (2015b) afirma que a concepção de território dá um salto qualitativo com as obras de Dematties, no qual compreende o conceito de território “como produto social, lugar de vida e de relações”, e utiliza como instrumento de estudo as características da casa rural, o que vem a sofrer influências de diversos âmbitos territoriais, tais como da vizinhança, da comunidade e da sociedade urbana, em um processo contínuo de interações transescalares. Assim,

[...] No *mundo rural*, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos da cidade. Esses indivíduos se interagem, especialmente, cultural (psicológica) e economicamente: essas são suas territorialidades cotidianas. (SAQUET, 2015b, p. 49).

¹⁷ Já discutido anteriormente na visão de Raffestin (1993).

O autor nos chama a atenção que a partir desses fatores, e da interação destes, podemos corroborar com a formação de identidade no momento em que os indivíduos se relacionam com o grupo familiar, a vizinhança e a comunidade, sem perder de vista as relações econômicas que estão diretamente ligadas ao território e à construção subjetiva. Nesse sentido, a formação de um território eminentemente rural, vai além dos limites estabelecidos politicamente.

As inter-relações estabelecidas entre os agentes sintagmáticos em determinados territórios, também proporcionam articulações em redes que intensificam o processo de territorialidade estabelecido por uma dada sociedade e torna-se uma estratégia socioespacial.

No caso dos povoados rurais, que em determinados casos apresentam grande dispersão espacial dos seus moradores, **a constituição das associações comunitárias amplia o contato e aprofunda as relações entre os indivíduos, construindo também, os vínculos com o espaço de vivência.** Desse modo, um conjunto de moradores de determinada localidade, vivenciando problemas socioespaciais comuns, se une para buscar alternativas de solução.

É a partir desse espaço-referência que se constroem e/ou se reforçam os vínculos territoriais, como a identificação com o lugar e a mobilização de sua referência espacial como trunfo para as reivindicações da comunidade.

[...] **A territorialidade pode ser considerada uma potente estratégia de ação dos grupos sociais objeto de nossa reflexão, pois ela é acionada como mecanismo de organização, de luta de empoderamento e de afirmação.** (COELHO NETO, 2016, p. 25-26, grifos nossos).

Desse modo, a concepção de territorialidade de Coelho Neto nos oferece pistas de como se conformam a territorialidade rural no município de Teofilândia, por meio das associações comunitárias rurais. Destarte, o presente estudo se assenta na hipótese de que as territorialidades são construídas por e a partir da identificação da comunidade com as associações comunitárias rurais, e sobretudo das associações com os povoados, na medida em que esses coletivos constroem ligações, tecem relações sociais e auxiliam na elaboração e execução de projetos e ações coletivas, que são mediadas por inúmeras relações de poder, que lhes são imanentes e, por sua vez, conformam redes desenvolvidas pelo papel estratégico das territorialidades, uma vez que pensar em territorialidade condiciona-nos a pensar nas relações de poder que demarcam o espaço e constroem territórios.

Assim, os indivíduos se articulam e constroem as associações, o que implica na existência de relações sociais (poder) tecendo relações com os povoados e assim conformando territorialidades.

3.2 – Redes como propulsoras de solidariedade territorialias

As organizações sociais, de forma geral, tendem a se organizarem em rede(s) para que possam fortalecer as suas ações, estabelecendo assim, vínculos de solidariedade. Nessa perspectiva, trabalhamos com a hipótese que com as associações comunitárias rurais do município de Teofilândia não é diferente, o que permite pensar que estas entidades se configuram como redes socioterritoriais, conforme define Coelho Neto (2013). Ao tratarmos de redes, devemos salientar que, assim como o conceito de território, há uma diversidade de definições e aplicações em vários ramos das ciências (exatas, humanas, sociais). Coelho Neto afirma que,

Um escrutínio dos empregos do conceito no conhecimento científico (sem a pretensão de recobrir a totalidade dos usos existentes) permite testemunhar a explosão de sentidos e sua aplicação a fenômenos de interesses das mais variadas áreas. Esta constatação torna-se emblemática quando se considera a natureza distintiva dos fenômenos abrangidos e o caráter particular das abordagens científicas que recorrem ao conceito [...] (COELHO NETO, 2012, p. 183).

Antes de qualquer coisa, é imprescindível observar que a palavra rede é bem antiga e vem do latim *retis*, que significa o entrelaçamento de fios com aberturas suficientes que formam um tipo de tecido ou rede (SOUZA, 2003). A partir dessa noção de malha, entrelaçamento, de uma estrutura reticulada, a palavra redes foi ganhando significados novos e diversos, podendo ser empregada em diferentes situações e em variadas áreas do conhecimento.

Coelho Neto (2012), apresenta um panorama representativo sobre os usos e aplicações do conceito de redes, no qual admite que nas ciências naturais a concepção de rede é aplicada para estudar estruturas sólidas, formas e propriedades químicas da matéria em estado cristalino, para explicar

a disposição e a estrutura de átomos, moléculas ou íons. No campo das ciências da informação, rede torna-se uma palavra chave ao se utilizar o referido conceito como um sistema de nodos e elos, como uma estrutura sem fronteiras na qual permite a comunicação entre agentes, como uma comunidade não geográfica, um sistema de apoio ou um sistema físico que se assemelha a uma árvore (MARTELETO, 2001), mantendo os agentes receptores e produtores das informações conectados.

Na área das ciências da saúde e biológicas, o conceito de redes também é utilizado em perspectivas diferenciadas. Ao dedicar-se ao estudo do funcionamento do corpo humano é possível referir-se a redes sanguíneas, redes neurais, redes metabólicas, etc., (COELHO NETO, 2012) nas quais vão auxiliar no entendimento das atividades realizadas pelo corpo em diversos aspectos. Em outra vertente, encontramos pesquisas acerca do funcionamento, atenção e apoio à saúde definida por Mendes (2010) como organizações poliárquicas de conjuntos de serviço de saúde, vinculados entre si com objetivo de ofertar atenção contínua e integrada a determinadas populações por meio de ações cooperativas e interdependentes. Essa abordagem também abrange ao campo da psicologia e do serviço social.

Já nas ciências exatas, a rede está expressa na abstração matemática que expressa relações combinatórias de um conjunto. Do ponto de vista da geometria, a rede é formada por pontos e linhas em que, segundo Velho, Vermelho e Bertoncetto (2015), “[...] o espaço é constituído por planos, os quais são formados por uma sucessão de linhas adjacentes e assim por diante” (p. 866). Os autores ainda afirmam que o conceito de rede, nessa perspectiva das ciências exatas, permitiu construir e consolidar habilidades para perceber o real e atribuir significados distintos, uma vez que se permitiu criar modelos matemáticos com aplicações diversas nas engenharias, sendo aplicado na criação de sistemas de energias, transportes, águas, telecomunicações.

No campo das humanidades e das ciências sociais as aplicações e usos das redes recobrem uma gama disciplinar, sendo que estas despontam como objeto de estudo desde o século XIX (MATOS, 2013). O uso do termo passa a ser bastante comum aplicado à concepção de organização social no que se

refere às interações em grupo, entre indivíduos e instituições. Vale ressaltar que na perspectiva das ciências humanas e sociais, o conceito de rede abrange uma série de fenômenos:

[...] (i) as redes primárias estruturadas em torno de agrupamentos específicos como parentesco e vizinhança, (ii) as múltiplas relações tecidas a partir de associações coletivas, (iii) o relacionamento entre Estado e sociedade civil organizada nos espaços públicos de decisões, (iv) as estratégias em rede adotadas pelas corporações capitalistas, (v) e as complexas articulações das ações coletivas e movimentos sociais [...]. (COELHO NETO, 2012, p. 184)

O autor chama a atenção que para esses fenômenos descritos acima, a literatura científica vem denominando de redes de solidariedade, redes sociais, redes estratégicas e redes socioterritoriais (defendida pelo autor). Sendo que esta última definição (redes socioterritoriais) é que tomaremos como base para o desenvolvimento deste trabalho.

Diante de uma vasta gama de aplicabilidade e usos do conceito de redes (no qual não temos a pretensão de esgotá-lo) diversos pesquisadores ainda se debruçam sobre essa temática e reforçam a sua importância para que a mesma não possa ser considerada apenas um clichê ou modismo. De acordo com Parrochia (1993),

Las redes están formadas por entidades y por relaciones entre esas entidades; una relación es un conjunto de lazos de relacionamiento entre entidades, y las entidades que poseen un número de lazos de relacionamiento mayor a 1 son llamadas nodos. Las entidades y las relaciones apenas forman redes cuando posibilitan la existencia de o son demandadas por el otro; o sea, un elemento no puede ser considerado un nodo a no ser que haya articulaciones con otros nodos; y él deja de serlo cuando esas articulaciones se acaban. Son características de las redes la agilidad y la flexibilidad para ligar (y desligar) puntos y acciones distantes [...]. (PARROCHIA, 1993, in KAUCHAKJE & al., 2006, citado por GUIMARÃES, 2013, p. 176)

Podemos afirmar que a forma de organização em redes, já há muito tempo, está presente na sociedade moderna, e vem se materializando em espaços com diferentes escalas e temporalidades, de forma material e imaterial, desde a criação de ferrovias e rodovias (fixos) que interligam o país para a melhor circulação de mercadorias até as redes de comunicação como internet, rádio e TV, fazem fluir rapidamente as informações para um grande contingente de pessoas. Assim,

[...] para onde olhemos hoje nos defrontamos com o termo rede, seja enquanto conceito teórico, utilizado em diversos campos disciplinares, seja enquanto noção empregada pelos atores sociais: redes estratégicas, redes de solidariedade, redes de ONGs, redes de Universidades, redes de energia, redes de informação – BITNET, INTERNET -, uma concepção de organização sob forma de redes. (DIAS, 2005, p. 146)

De acordo com a compreensão de Musso (2004) citado por Coelho Neto (2013b), o conceito de rede possui múltiplos e difusos significados que são assumidos e que podem ser ordenados em dois planos, “[...] a) como modo de raciocínio, configurado como um conceito e como uma ‘tecnologia do espírito’; e b) como um modo de organização do espaço-tempo, configurado como uma ‘matriz técnica’ e a respectiva carga simbólica [...]” (COELHO NETO, 2013b, p. 22). A rede, nessa linha de raciocínio, apresenta-se como peça universal e chave para a discussão ampla em múltiplos campos disciplinares.

Para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social. As verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias de comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação. A rede leva sempre consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico de que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária. A rede indica um futuro libertador, ela é uma promessa de uma circulação generalizada e libertadora de fluxos de informações e das ondas econômicas. Esboço de uma democracia planetária, igualitária e auto-regulada, esse mito, cópia fiel da associação universal Saint-simoniana [...] (MUSSO, 2004, p. 34 citado por COELHO NETO, 2013b, p. 22)

Desta forma, as redes se configuram não só como algo concreto e materializado, mas também, e principalmente, como algo imaterial que permeia as relações entre a sociedade onde, de acordo com Santos (2006),

[...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração [...] (p. 176-177).

Essa imaterialidade corrobora para ações desenvolvidas no espaço local construindo novos arranjos territoriais, desde a disposição de fixos até a velocidade dos fluxos, como bem explicitado por Milton Santos (2006). Raffestin (1993), ao discutir os sistemas territoriais, aponta que “[...] uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta [...]” (p. 156). Nesse sentido, o autor admite que as redes concretas

“[...] se traduzem por infraestruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos específicos [...]” (p. 157), mas que exprimem uma hierarquização dos pontos através das relações de poder que asseguram o controle do espaço. Já as redes abstratas, também podem ter picos concretos e visíveis como as redes de televisão, rede de rádio, redes bancárias, redes de informática, etc. (158). Contudo, o Raffestin afirma que “[...] toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos [...]” (p. 158) e esses códigos são traduzidos pelas redes, materiais ou imateriais.

Randolph (1994), em seu estudo sobre as redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial, propõe uma distinção entre redes de solidariedade e redes estratégicas. Segundo ele, a rede diferencia-se do sistema por ter “[...] uma conotação espacial, de extensão; ela é uma teia que não só apresenta ligações entre pontos abstratos, mas que também contém alguma dimensão de extensão (mais ou menos concreta e espacial) dessas relações [...]”. (p. 19). Nesse pressuposto, o autor apresenta as facetas das redes estratégicas e de solidariedade:

[...] a) as transformações das empresas capitalistas ocidentais em *redes estratégicas* que ocorrem sob o signo do *lean management*; b) as modificações referentes ao relacionamento entre Estado e sociedade através da criação de *redes de solidariedade*, que tomaram maior impulso com propostas políticas neoliberais e com a proliferação das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) [...]. (RANDOLPH, 1994, p. 22)

Aferimos nesse sentido que as redes estratégicas são as redes típicas de um mundo sistêmico, capitalista, que atende a fundamentos de uma razão instrumental em que busca-se estratégias de agilidades e flexibilidades empresariais, partindo do princípio de hierarquização do trabalho pela percepção fordista. Enquanto as redes de solidariedade são típicas do modo de vida coletivo em que o próprio autor, apropriando-se da fala de Rosanvallon citado por Randolph (1994), afirma ser uma “forma de reencaixamento da solidariedade” na sociedade atual, pois apresenta um pressuposto comunicativo.

No entanto, Coelho Neto (2013a) reforça que Minhoto e Martins (2001) identificaram uma tensão na utilização do termo rede quando este refere-se à

“[...] operação do Estado e das empresas, por um lado, e tal como aparece indicando as ações dos movimentos sociais, por outro [...]” (p. 63). O autor explicita que ao se referir ao Estado ou empresas, a conceituação de rede toma um sentido técnico-operatório, para tornar a administração mais eficiente, maximalizando interesses na esfera pública e/ou privada, na qual conforma-se “redes sistêmicas” estabelecendo uma racionalidade instrumental. Já no caso dos movimentos sociais, o que prevalece são as redes de solidariedade, como princípios emancipatórios

[...] que visa ao alargamento da esfera pública e à autoconstrução da sociabilidade”, apontando para a constituição de novos sujeitos históricos com interesses difusos e não redutíveis a esfera econômica e nem enquadráveis na categoria de classe social, capazes de lutar pela implementação de políticas públicas compensatórias destinadas a minorar os efeitos crescentemente excludentes e perversos do capitalismo global” (MINHOTO e MARTINS, 2001, p. 96). Na mesma direção, Loiola e Moura (1996), consideram que as redes que se formam neste campo baseiam-se na “[...] existência de conflitos, de laços de solidariedade e de projetos políticos ou culturais compartilhados, fundados em identidades e valores coletivos (p. 56). (COELHO NETO, 2013a, p. 64).

Nesse sentido, as redes que podem ser estabelecidas pelas entidades associativas, por exemplo, se manifestam através da interação/articulação entre grupos de diversas ordens afins (que lutam por objetivos comuns), na intencionalidade de mobilizar recursos para as suas ações, interagir perante outras experiências e buscar a formulação de políticas públicas que atendam os seus interesses coletivos.

Diante da reflexão efetivada das concepções de redes arroladas até o momento, é possível perceber que é através de uma rede social e política que os atores sintagmáticos se articulam em torno de objetivos comuns, podendo beneficiar-se por redes estabelecidas dentro de um território. É possível também denotar uma rede geográfica no espaço de atuação rural, pois esta

[...] constitui-se um caso particular de rede, considerada por muitos como a mais complexa delas, sendo que a principal distinção dela para com as demais está na sua espacialização [...] uma rede geográfica engloba uma série de características a ela específicas como o seu caráter historicamente contextualizado e socialmente produzido, cuja existência é garantida pelas interações sociais espacializadas que se materializa no espaço vivido, experimentado e que, por sua vez, reflete todas as nuances temporais e cujo sentido está na reflexão sobre essa experimentação. É, portanto, construção

social e, como tal, reflete e “retém” as evoluções históricas (ROCHA, 2005, p. 29).

A comunicação realizada por um determinado grupo afim denota a inter-relação entre os integrantes de uma determinada rede e a conexão existente entre os nós da teia estabelecida por um grupo (que também podemos denominá-las de pontos). Dessa forma Castells (2016, p. 553- 554) afirma que quando se estabelece uma relação entre pontos conectores afins, ocorre à formação de uma rede que é “um conjunto de nós interconectados” onde o “nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta”, ou seja, são nos ‘nós’ da rede que as informações, os fluxos, se cruzam, promovendo assim uma integração entre eles. Sendo assim,

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaça de equilíbrio [...] (CASTELLS, 2016, p. 554)

A discussão sobre redes vem incitando debates sobre a existência e permanência dos territórios, compreendendo a velocidade e intensidade das transformações temporais e espaciais geradas pelas redes na contemporaneidade. Segundo Haesbaert (1997) citado por Coelho Neto (2013b),

[...] o território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes ‘de solidariedade’). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas. (p. 30).

Nessa relação entre território e rede, aproximando para o nosso objeto de estudo podemos afirmar que a formação, articulação e fortalecimento das redes de coletivos sociais organizados¹⁸ (COELHO NETO, 2010) imprime uma

¹⁸ [...] intensificação do sindicalismo, do associativismo e do cooperativismo, constituindo-se no que estamos chamando de coletivos sociais organizados, produzindo um processo

territorialidade estabelecendo uma relação de poder e apropriação simbólica com o espaço de vivência que se institui em uma trama de relações sociais. Assim, admitimos e adotamos a concepção de Coelho Neto (2013a) ao afirmar que as redes de coletivos organizados

[...] se estabelecem e são tecidas a partir de relações sociais e que o poder lhe é imanente, consubstanciando-se nessas relações, é possível pensar que as relações (sociais) de poder conformam redes, ou por outro lado, que as redes, enquanto relações sociais entre indivíduos, grupos e organizações sociais são produtos das relações de poder. Portanto, as redes formadas pelos coletivos organizados se realizam e operam por meio de relações sociais que se configuram através das costuras e articulações possíveis, que encontram convergência em projetos comuns, sem desconsiderar as divergências e contraposições existentes [...]. (COELHO NETO, 2013a, p. 113).

Desse modo, é possível inferir que os sujeitos de forma individual, mas principalmente, coletivamente organizados apropriam-se de um espaço e conferem significado a este, agregando valores em um processo contínuo de identificação com o território ao qual pertence. Essa apropriação simbólica adotada e construída pelos coletivos organizados perpassa pelas territorialidades construídas que são expressas pelas toponímias adotadas em cada associação comunitária rural. Assim, de acordo com Coelho Neto (2013a, p. 110) a “[...] territorialidade se constitui, dialeticamente, no conteúdo estratégico que as redes de coletivos organizados acionam, operam e constroem [...]”. Portanto, é salutar pensar na territorialidade tomando como base também, a concepção de Haesbaert (2004) quando adiciona a esse conceito a apropriação material e/ou simbólica sobre o espaço, o que assegura a reprodução dos modos de vida dos grupos sociais. Assim, admite-se que

[...] a territorialidade se institui na trama das relações sociais inscritas espacialmente e que o poder lhe é um componente intrínseco, pode-se defender que o território é marcado por relações de poder, exercidas por agentes com interesses que podem convergir ou divergir, numa arena de lutas e conflitos. [...] (COELHO NETO, 2013a, p. 113)

Considerando os coletivos organizados materializados nas associações comunitárias rurais do município de Teofilândia - Ba, podemos afirmar que

mobilizatório e organizativo que vai criando uma sinergia e potencializando os efeitos em distintas direções (COELHO NETO, 2010, p. 318).

estes encontram-se inseridos e articulados junto ao tecido associativista presente em todo o Território do Sisal. É neste tecido que, as suas tramas anuem territorialidades e tem nas redes de relações os seus alicerces de afirmação e fortalecimento. Nesses termos corroboramos com a aceção de Coelho Neto (2013a), que desenvolve o conceito de redes socioterritoriais, no qual se adapta ao nosso objeto de estudo ao considerar como redes socioterritoriais

[...] determinadas modalidades de ações coletivas, cujos processos de formação e funcionamento se ancoram na territorialidade que, por sua vez, ocupa uma posição estratégica fundamental nas práticas sociais que elas empreendem. [...] trata-se de uma modalidade de ação coletiva que equivale à constituição de organizações sociais de trabalhadores rurais (expressa no sindicalismo, associativismo, cooperativismo), mobilizando a territorialidade como estratégia socioespacial de organização, operação e afirmação. (COELHO NETO, 2013a, p. 387)

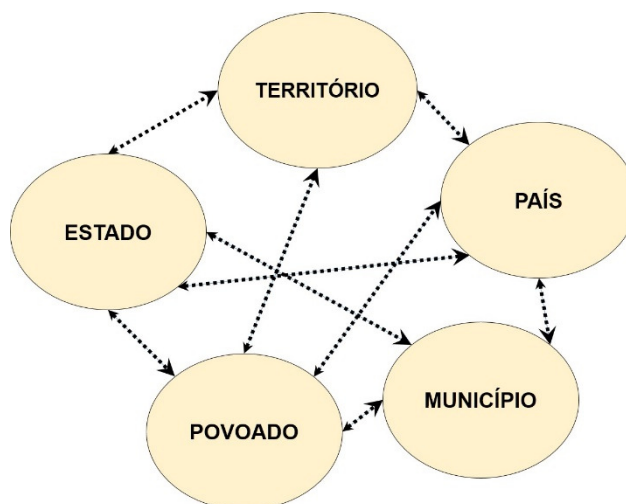
Nesse sentido, as redes socioterritoriais são ferramentas indispensáveis na construção de territorialidades que fornecem condições para produzir, simultaneamente, condições materiais e simbólicas de existência e fixação no referido espaço. Vale salientar que estas redes socioterritoriais em nível local, “[...] desempenham um papel decisivo na construção de solidariedades comunitárias [...]” (COELHO NETO, 2013a, p. 390), já que as associações rurais viabilizam a construção de solidariedades locais e imediatas, utilizando-se de ações coletivas materializadas a partir do enfrentamento dos problemas comuns e coletivos compartilhados na mesma realidade socioespacial.

As redes, consideradas como os vínculos que os sujeitos individuais ou coletivos, públicos ou privados, estabelecem entre si, formando movimentos sociais, associações, sindicatos, cooperativas, organizações não-governamentais, dentre outras modalidades (COELHO NETO 2013). Esses coletivos organizados empreendem uma série de ações conjuntas, associadas, cooperadas, solidárias, que nos permitem pensar na força que eles adquirem, como redes [...]. A atuação dos coletivos em rede cria uma sinergia, fortalecem os sujeitos e potencializam suas ações, abrindo possibilidades de viabilizar seus projetos [...] (COELHO NETO, 2014a, p. 140)

Ao representarmos, em forma de uma imagem (figura 02), as interações entre os coletivos organizados, as esferas públicas e privadas em uma escala nacional, podemos observar que os nós das redes se comunicam, muitas vezes, sem obedecer às hierarquias. O que podemos comparar as redes socioterritoriais estabelecidas no Território do Sisal como um todo e,

especificamente, no município de Teofilândia, no que se refere às associações comunitárias rurais.

FIGURA 02
REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DE CONFORMAÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADE



Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Ao considerarmos que as redes de coletivos organizados são estabelecidas por meio das relações sociais, que estes se apropriam de elementos territoriais como sujeitos coletivos ou individuais, dão significado ao espaço de vivência fortalecendo vínculos afetivos, buscando melhorias para o mesmo, instituindo espaços formais e não formais de relações, para discutir e solucionar problemas comuns, criam-se nexos para tecer relações sociais e produzem territorialidades (COELHO NETO 2013a) a partir de diversas estratégias conformadas, principalmente, em redes de solidariedade como veremos no capítulo seguinte, ao estudarmos as configurações e relações territoriais das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia.

4 – As associações comunitárias no município de Teofilândia: origens e características

Este capítulo tem como propósito, apresentar e discutir sobre o papel das associações comunitárias no município de Teofilândia, as articulações realizadas pelas associações no sentido de fortalecer as mesmas e identificar como se desenvolve a construção de territorialidades nos povoados e comunidades, partindo das associações. Desta forma, o presente capítulo organiza-se com os seguintes subtemas: 4.1 – Teofilândia - BA: a terra do ouro em que predomina as ruralidades; 4.2 – As associações comunitárias rurais presentes no município de Teofilândia.

4.1 – Teofilândia - BA: a terra do ouro em que predomina as ruralidades

O município de Teofilândia, segundo a história oral veiculada no contexto municipal e o histórico apresentado pelo IBGE¹⁹, foi descoberto por volta do ano de 1723 em decorrência da estiagem que atingira a região, pois alguns vaqueiros, ao saírem em busca de água e alimentos para o gado descobriram um afloramento rochoso que, nas suas cavidades, acumulava água e passaram a chamar tanque de pedras. Os referidos vaqueiros retornaram à fazenda de origem e informaram aos seus patrões (os irmãos Joaquim Manuel e Manoel Joaquim) sobre a existência desse lugar, que mais tarde transformou-se em mais uma fazenda dois irmãos, impulsionando assim a chegada de outros moradores que com o tempo passou a ser chamada de Arraial de Pedras. Este fato elucida uma situação corriqueira do semiárido brasileiro, a necessidade de busca por água e alimento como forma de sobrevivência e resistência aos longos períodos de estiagens. No contexto dos dias atuais é cada vez mais disseminado técnicas e assessoramento voltados para o convívio com a seca, fenômeno climático natural e constante, o que no passado não tinha, e cujo acesso a esse recurso natural era mais difícil.

O Arraial de Pedras foi crescendo e no ano de 1953 transformou-se em distrito pertencente ao município de Serrinha-Ba, passando a ter a nomenclatura de Itapirú. O município de Teofilândia só obteve a sua emancipação política e administrativa no ano de 1962, por meio da Lei Estadual de número 1685, de 23 de abril do mesmo ano. O nome Teofilândia, foi em homenagem a um filho da terra chamado Joaquim Teófilo de Oliveira.

De acordo com o perfil socioeconômico elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o referido município encontra-se localizado entre as coordenadas geográficas de 11°29'19" de latitude e 38°59'52" de longitude, abrangendo uma área de extensão territorial de 351,892 Km². Com uma população total de 21.482 habitantes e uma densidade demográfica de 67,56 hab/km² (IBGE, 2010), o município de Teofilândia faz fronteira com Serrinha (ao sul), Araci (ao norte), Barrocas (ao oeste) e com Biritinga (ao leste), todos pertencentes ao território de Identidade do Sisal, conforme verificado no mapa 01.

¹⁹Informação disponível no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/teofilandia/historico>

Ao analisarmos esse pequeno relato histórico, observamos que os elementos rurais se encontram presentes desde o surgimento do pequeno vilarejo e continua de maneira significativa até os dias atuais, uma vez que o número de habitantes no espaço rural deste município é significativamente superior ao do espaço urbano, além de se verificar, empiricamente, que os hábitos rurais permanecem com bastante naturalidade e expressividade no espaço urbano. Vale salientar que o número absoluto e relativo da população rural no referido município, desde o seu surgimento até os dias atuais, é expressivo, com mais de 60% da sua população total residindo no espaço rural conforme a tabela 05.

TABELA 05
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE
TEOFILÂNDIA – BAHIA – DE 1970 À 2017

ANO	POPULAÇÃO TOTAL (abs.)	POPULAÇÃO URBANA (abs.)	POPULAÇÃO RURAL (abs.)	POPULAÇÃO URBANA (rel.)	POPULAÇÃO RURAL (rel.)
1970	12.382	904	11.478	7,30	92,70
1980	15.095	1.398	13.697	9,26	90,74
1991	21.570	3.779	17.791	17,52	82,48
2000	20.432	5.858	14.574	28,70	71,30
2007	20.702	6.094	14.608	29,40	70,60
2010	21.482	6.692	14.790	31,15	68,85
2017*	23.378	-	-	-	-

FONTE: Censo Demográfico IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

NOTA: * Estimativa da população

ELABORAÇÃO: Ariane Matos de Carvalho

A partir dos dados da tabela 05, podemos destacar que a população residente no espaço rural teve um declínio ao longo das décadas, porém ainda mantém quase 69% da população ocupando o espaço rural. É possível relacionar a representatividade do rural no município com o número de associações comunitárias predominantemente rurais, o que torna o fenômeno, objeto desta pesquisa, significativo para compreender o espaço rural no município de Teofilândia. Podemos aferir também que a partir dos anos 80

aumentou o êxodo rural no município, advento com possível motivação na descoberta, prospecção e exploração de minério de ouro na mineração Fazenda Brasileiro, onde é explorada (até os dias atuais) uma área pertencente à Teofilândia e à Barrocas (município vizinho). A exploração de minério começa a ocorrer com a implantação da Companhia Vale do Rio Doce na década de 1980, que por meio de pesquisas geológicas constatou a existência de jazidas de minério de ouro com uma qualidade e concentração que chamou a atenção de investidores e possibilitou a atuação no subsolo do território desse município (FERREIRA, 2009). Desde então, o município de Teofilândia passa a ter visibilidade no cenário estadual e nacional.

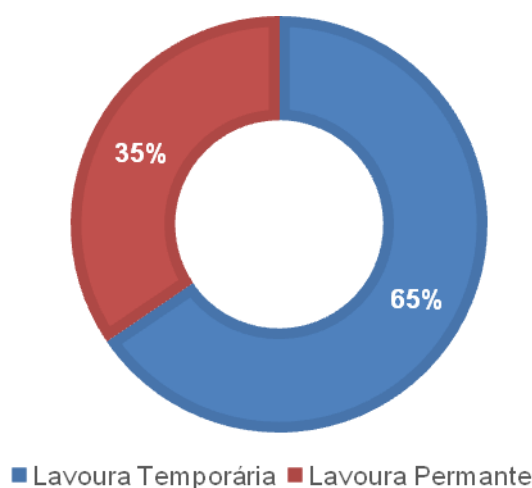
A instalação da mineradora atraiu um contingente significativo da população para o espaço urbano chegando a gerar um processo de segregação socioespacial com a construção do Bairro Núcleo Habitacional Vila, criado com o objetivo de atender aos funcionários da Vale do Rio Doce (FERREIRA, 2009). No entanto, a maior parte da população rural não foi inserida (apenas na construção do Bairro Vila) e não possui vínculos empregatícios com a indústria mineradora, exceto os moradores do povoado do Canto, localizado próximo à mineração e onde se localiza várias galerias subterrâneas de exploração do minério (como veremos no próximo capítulo). Desta forma, a maior parte da população permaneceu com suas atividades econômicas voltadas a agricultura, a pecuária e ao serviço público, este sendo a principal fonte de circulação de renda nos municípios de pequeno porte.

É importante salientar que o acesso ao município de Teofilândia é feito por uma rodovia federal, a BR 116, sentido Norte da Bahia, que é a fundamental via de circulação do município. Esta rodovia é uma das principais rodovias do Brasil percorrendo dez estados, com início no estado do Ceará até o estado do Rio Grande do Sul, por onde circula uma expressiva quantidade de pessoas e mercadorias.

Segundo dados do IBGE (2016), é possível destacar que a agricultura do município é voltada, em sua maior parte, para a subsistência local, e que o excedente é direcionado ao comércio, na maioria das vezes oferecido nas feiras livres da cidade e dos municípios circunvizinhos. Com isso, a área

destinada a plantação e colheita de lavouras (sejam elas temporárias ou permanentes), chega a 3.730 hectares de terra no município, sendo o seu maior montante destinado a lavouras temporárias conforme demonstra o gráfico 03, o que se justifica pela falta de recursos de manutenção de plantações perante os períodos de estiagem que acomete o nordeste brasileiro.

GRÁFICO 03
ÁREA PLANTADA OU DESTINADA À COLHEITA DE LAVOURAS
TEMPORÁRIAS E PERMANENTES (EM HA) DO MUNICÍPIO DE
TEOFILÂNDIA –BA, 2016

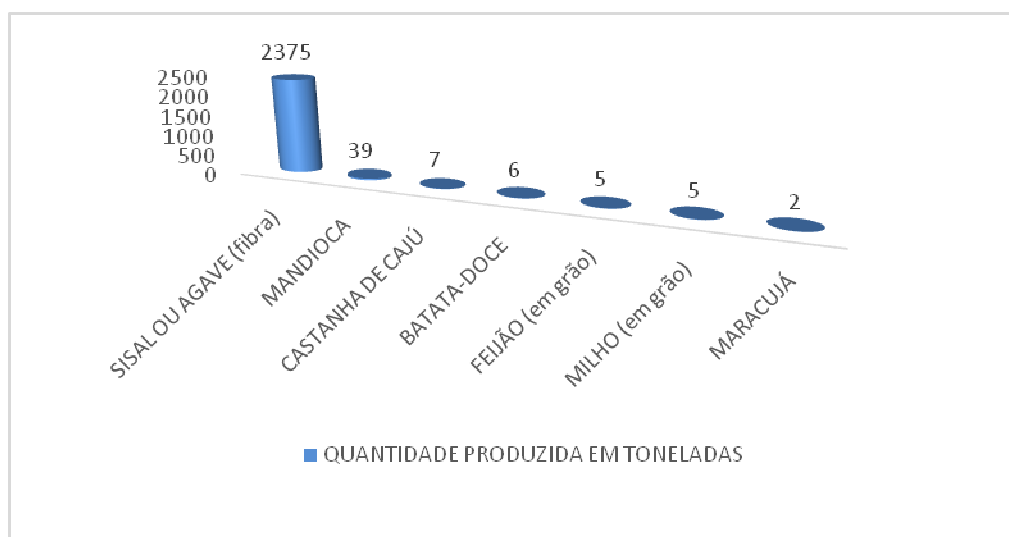


FONTE: IBGE, produção agrícola municipal, 2016
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

A produção agrícola do município de Teofilândia destaca-se pela produção do sisal, atingindo 2.375 toneladas no ano de 2016, conforme demonstra o gráfico 04. A produção de mandioca, apesar de ter sido produzido apenas 39 toneladas, em conjunto com a produção de batata-doce (6 toneladas), feijão (5 toneladas) e milho (5 toneladas) se configuram como as produções mais relevantes do município ao considerarmos a base da produção familiar nesse território. Vale salientar também que no município há diversas casas de farinha vinculadas às associações comunitárias rurais, o que já

identifica a importância e a relevância da lavoura de mandioca para os moradores do espaço rural de Teofilândia.

GRÁFICO 04
TIPOS E QUANTIDADE DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E
PERMANENTES PRODUZIDAS EM TEOFILÂNDIA – BA, 2016



Fonte: IBGE, produção agrícola por município
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

A presença das casas de farinhas (empiricamente observadas), constituem em mais um objeto geográfico facilitador da produção agrícola no município. Entretanto, a lavoura da mandioca, em algumas comunidades rurais ocorre de forma sazonal, uma vez que o clima semiárido do município e a falta de recurso para investimentos na lavoura ainda é uma dificuldade muito grande para os pequenos produtores, levando ao abandono desses espaços ou o redimensionamento dos mesmos. Essa dificuldade se estende às demais produções agrícolas. No entanto, é possível afirmar que há uma resistência no campo, muitas vezes impelidas e fortalecidas pela presença e atuação da associação rural, seja ela comunitária ou produtiva.

Destarte, podemos averiguar que o município de Teofilândia é um espaço eminentemente rural, que possui uma dinâmica geográfica diferenciada por apresentar espaços como a mineração, o bairro construído para os trabalhadores da mineradora e é cortado pela BR 116, no entanto a ruralidade

encontra-se eminente e resistindo as adversidades climáticas e se organizando (ainda em passos lentos) para conseguir produzir e viver em uma sociedade capitalista e desigual, que é expressa pela estrutura fundiária presente.

No quadro 04, podemos observar que a evolução do Índice de Gini e da estrutura fundiária do município de Teofilândia nos anos de 1985, 1996 e 2006 sofreu alterações não muito significativas, permanecendo uma estrutura fundiária desigual ao passo que na década de 1980, 75,29% dos imóveis rurais com menos de 10 hectares ocupam uma área equivalente a 16,03%, enquanto que os imóveis rurais que possuem uma extensão de 200 a menos de 500 hectares, equivalem a 0,70% do total de estabelecimentos e ocupam uma área de 16,53%. Somente nesse dado é possível verificar a desigualdade e a concentração de terras no referente município. No ano de 1996 essa desigualdade prevalece com 78,22% dos imóveis com menos de 10 hectares ocupando uma área de 16,03%, enquanto que 0,58% dos imóveis que possuem uma extensão que varia de 200 a menos de 500 hectares ocupam uma área equivalente a 15,71% das terras do município. Essa estrutura permanece semelhante no ano de 2016 em que 78,69% dos estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares estão em uma área que corresponde a 22,45% do território municipal, enquanto que 0,45% dos imóveis entre 200 e menos de 500 hectares ocupam 12,62% da área total.

Os dados mencionados, expressam a desigualdade existente no espaço rural do Brasil de forma geral, e se repete no município de Teofilândia – Ba, o que reafirma a importância das associações comunitárias rurais como espaços coletivos de lutas por permanência e sobrevivência em meio a um sistema capitalista que reproduz as divergências sociais ao longo dos anos, necessitando que os indivíduos criem estratégias de resistências e (re)existências no campo.

QUADRO 04

Evolução da estrutura fundiária e do índice de Gini do município de Teofilândia – Ba nos anos de 1985, 1996 e 2006

GRUPO DE ÁREA	Índice de Gini – 0,755				Índice de Gini – 0,732				Índice de Gini – 0,725			
	1985				1996				2006			
	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% área	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% área	Imóveis	Área (ha)	% imóveis	% área
De 0 a menos de 1 ha	532	367	19,47	0,98	427	299	13,69	0,86	636	383	23,94	1,47
De 1 a menos de 2 ha	451	659	16,51	1,77	641	822	20,56	2,37	415	601	15,63	2,31
De 2 a menos de 5 ha	694	2.217	25,40	5,94	861	2.489	27,61	7,17	646	2.101	24,32	8,08
De 5 a menos de 10 ha	380	2.740	13,91	7,34	510	3.390	16,36	9,76	393	2.752	14,80	10,59
De 10 a menos de 20 ha	315	4.438	11,53	11,89	335	4.549	10,74	13,10	287	3.965	10,81	15,26
De 20 a menos de 50 ha	221	6.762	8,09	18,12	219	6.595	7,02	18,99	182	5.412	6,85	20,83
De 50 a menos de 100 ha	86	6.031	3,15	16,16	76	4.805	2,44	13,84	41	2.684	1,54	10,33
De 100 a menos de 200 ha	31	4.021	1,13	10,77	27	3.537	0,87	10,19	29	3.757	1,09	14,46
De 200 a menos de 500 ha	19	6.172	0,70	16,53	18	5.454	0,58	15,71	12	3.280	0,45	12,62
De 500 a menos de 1000 ha	0	0	0,00	0,00	3	1.655	0,10	4,77	2	X	0,08	X
De 1000 a menos de 2000 ha	3	3.920	0,11	10,50	1	1.133	0,03	3,26	0	0	0,00	0,00
De 2000 há e mais	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Produtor sem área ou documento	0	x	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	13	0	0,49	0,00
Total	2.732	37.327	100,00	100,00	3.118	34.729	100,00	100,00	2.656	25.982	100,00	100,00

Fonte: Projeto GeografAR, IBGE, Censo Agropecuário 2006. Disponível em <https://geografar.ufba.br>
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

4.2 – As associações comunitárias rurais presentes no município de Teofilândia.

No município de Teofilândia, de acordo com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente municipal, há um quantitativo de 47 associações comunitárias rurais, as quais encontram-se distribuídas em todo o território do município. Levando-se em consideração que o município possui 04 bairros, 09 povoados e 22 comunidades de acordo com a Lei complementar nº 013, de 11 de março de 2010, ponderamos que há uma capilaridade considerável das associações comunitárias rurais no município em questão. Diante dessa distinção considerada pela referida lei, podemos identificar que esta distingue, classifica, nomeia e identifica empiricamente os agrupamentos municipais em bairros, povoados e comunidades, mas não deixa claro qual o critério utilizado para tais distinções. Portanto, O município de Teofilândia apresenta em formato de lei, um plano legal que institucionaliza as nomenclaturas a serem utilizadas, mas não podemos desprezar o plano teórico que nos oferecem diversas interpretações e que abrem possibilidades para denominar um lugarejo de comunidade, tendo como base o plano empírico da auto identificação dos moradores.

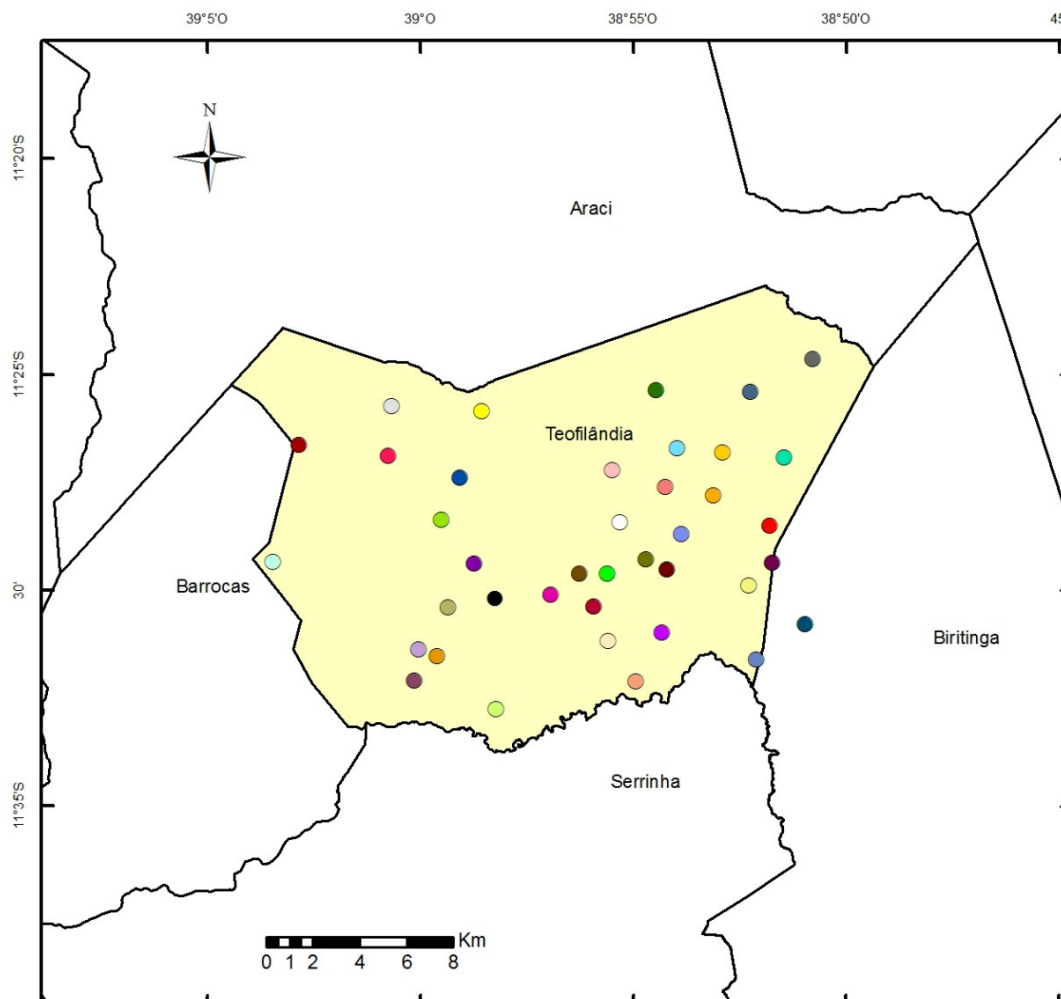
As associações comunitárias encontram-se sediadas nos povoados, no entanto a população refere-se à atuação da mesma num sentido mais amplo de comunidade que dá a conotação de “espaço das solidariedades”, conforme afirma Coelho Neto (2013a) que são pertinentes às relações comunitárias. Peruzzo (2002, citado por COELHO NETO, 2013a) afirma que o termo comunidade é utilizado para explicar diversos fenômenos tais como “[...] para caracterizar agrupamentos sociais situados em espaços geográficos de proporções limitas (bairro, vila, lugarejo) [...]” (PERUZZO, 2002, citado por COELHO NETO, 2013a, p. 245). No entanto, adiciona-se um componente importante que é a auto identificação dos moradores com o espaço geográfico, que costumam se referir como comunidade. Assim, não descartamos que os pressupostos para a existência de uma comunidade são:

a) um processo de vida em comum através de relacionamentos e **interação** intensos entre seus membros; b) auto-soficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade); c) cultura comum; d) **objetivos comuns**; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) **sentimento de pertencimento**; h) **participação ativa de seus membros na vida da comunidade**; i) **locus territorial específico**; j) linguagem comum". (PERUZZO, 2002, p. 279, citado por COELHO NETO, 2013, p. 246, **grifos nossos**)

Dessa maneira, a atuação das associações comunitárias rurais, em sua maioria, não se encontra circunscrita apenas a um povoado ou a uma comunidade conforme a delimitação regulamentada por lei, e sim estabelecem um elo de atuação para além das suas fronteiras geográficas, atendendo a mais de um espaço construindo vínculos com ambientes distintos, por meio de objetivos comuns, de um sentimento de pertencimento ao espaço rural aliado com a participação ativa dos envolvidos no processo associativo como iremos detalhar mais adiante. Portanto, quando nos referimos ao povoado/comunidade, estamos salientando que, na maioria das vezes, a atuação da associação não se restringe a um único povoado e que não está circunscrito a delimitação geografia, mas que pressupõe um sentimento de pertencimento da população perante o *l'ocus* territoriale as relações de pertencimento estabelecidas que se configuram como elementos de auto identificação territorial.

No mapa 03 é possível observar a espacialização das sedes ou locais que se realizam as reuniões das associações comunitárias rurais de Teofilândia – Ba. Podemos notar que estas alcançam uma abrangência significativa da extensão territorial do município, e tende a atender a maior parte da população rural, devido a uma equânime distribuição espacial o que reforça a importância da atuação das associações como mediadoras das necessidades e anseios da população rural como um todo, pois a referida distribuição espacial permite uma visão geral do município.

LOCALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BA, 2017



Fonte: IBGE, 2016

Elaborado por: Ariane Matos de Carvalho

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 24S
Projeção: Transverse Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Legenda

Sede das Associações

● ARAÇAS	● FRONTEIRA (LINDA AURORA)	● LAGOA DO RAMO	● PEDRA DO COXO
● BAIXÃO	○ GANCHO/ DEZENOVE	● LARANJEIRA	● PERNA MOLE
● BARREIRO	○ GATO	● LIMEIRA	● POMBAL
● BOA ESPERANÇA	● GRAVIÉ	● LUCAS	● RIACHINHO
● BOLA VERDE	● IPOEIRA	● MALHADA GRANDE	● ROCA DE BAIXO
● BRASA	● JANUARIA	● MALHADINHA	● ROCINHA
● CAATINGA DE CHEIRO	● JUNCO II	● MARIA PRETA	● SERROTE
● CANTO	● JUNCO III	● MARICOTA	● SETOR
● FOGO POUCO	● JUREMA	● MIRANTE	● VARGEM VELHA
	● LAGOA DO CANTO	● MURICI	● VARGINHA

No entanto, observamos que a Associação Comunitária de Perna Mole não se localiza dentro do limite territorial de Teofilândia, isso decorre da nova delimitação territorial, de acordo com a lei n° 13.360 de 29 de junho de 2015, posto que anterior a esta data, a fazenda Perna Mole era pertencente ao município de Teofilândia e hoje encontra-se dentro do limite territorial de Biritinga. A referida associação, no entanto, ainda permanece nos registros civis ligada à Teofilândia, e sua população ainda mantém vínculos com o município ao qual pertenciam, o que denota um vínculo de pertencimento, que ao longo do tempo foi fragilizado pela ausência do poder público municipal neste espaço, mas que possui uma identidade ainda com o município de Teofilândia.

De acordo com Veiga e Rech (2001), as associações se constituem como um elemento fundamental da estruturação de uma sociedade, sendo que as mesmas tendem a priorizar os princípios democráticos (mesmo que não formalizados) tais como: a adesão voluntária, a gestão democrática da associação pelos sócios, a participação econômica dos sócios, a autonomia e independência da associação, a educação, formação e informação promovida pela entidade, a interação e o interesse pela comunidade. O primeiro princípio elencado por Veiga e Rech (conforme exposto acima) que é a adesão voluntária, perpassa primeiramente pelo interesse em obter melhorias coletivas

Em Teofilândia, as associações comunitárias começam a se formar e se expandir a partir da década de 1990 quando,

Então, na realidade, no nosso município, **houve uma avalanche de se criar centros comunitários... Criar nas comunidades uma certa liderança para que respondesse, levasse aos órgãos públicos as demandas daquela região, localidade, e por isso que veio a questão de se criar uma associação e como isso geralmente acontece como febre, então todas as localidades, ou quase todas localidades organizadas tiveram ali, instituíram ali uma associação**, e por isso foi que houve, o Gravié para também ser representada com uma liderança, um presidente da associação. (Representante da Associação Comunitária dos Agricultores de Gravié²⁰. Grifo nosso)

Essa “avalanche” de criação de associações, mencionada pelo representante da Associação Comunitária do Gravié, reflete o momento em

²⁰Entrevista concedida a autora em 01 de setembro de 2017, no povoado de Gravié.

que o país passava com a efetivação da Constituição Federal de 1988 em que a sociedade civil passa a compartilhar a responsabilidade de implementação de políticas públicas (ainda que de forma incipiente) e materialização de projetos voltados para o espaço rural.

É possível verificar que o ano de fundação de cada associação rural no município de Teofilândia (quadro 05), na sua maioria, é muito próximo, o que evidencia que essas entidades foram criadas a partir de um condicionamento, partindo da necessidade real dos indivíduos que habitam cada comunidade, mas que fora incentivada por agentes externos para a institucionalização da associação como ferramenta de acesso à melhores condições de sobrevivência e como uma porta voz da comunidade local para buscar soluções para os seus problemas cotidianos.

QUADRO 05
ANO DE FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA - BA

Povoado/ Fazenda	Associação	Ano de fundação²¹
ARAÇAS	Associação Comunitária dos Trabalhadores rurais de Araças - ACTRA	2000
BAIXÃO	Associação Beneficente da Comunidade de Baixão – ABCB	1994
BARREIRO	Associação Comunitária Rural do Povoado do Barreiro – ACRB	1997
BOA ESPERANÇA	Associação de Moradores Comunidade Boa Esperança – AMCBE	1996
BOLA VERDE	Associação Beneficente Comunitária de Bola Verde – ABCBV	1997
BRASA	Associação Comunitária Rural do Povoado de Brasa – ACRB	1996
CAATINGA DE CHEIRO	Associação Comunitária de Caatinga de Cheiro - ACCC	**
CANTO	Associação Comunitária do Canto - ACC	1996
FOGO POUÇO	Associação Comunitária Fogo Pouco - ACFP	2001
FRONTEIRA (LINDA AURORA)	Associação Comunitária de Linda Aurora Teofilândia - ACLA	2005

Continua...

²¹ Vale ressaltar que o ano de fundação descrito no quadro 05, faz referência ao ano de registro em cartório civil. No entanto, não podemos descartar que algumas associações já existiam sem a formalização da instituição.

GANCHO/ DEZENOVE	Associação Comunitária do Povoado do Dezenove - ACPD	**
GATO	Associação Comunitária do Povoado de Gato - ACPG	**
GRAVIÉ	Associação Comunitária dos Agricultores de Gravié - ACAG	2003
IPOEIRA	Associação Comunitária Rural do Povoado da Ipoeira - ACRPI	**
JANUARIA	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Januária - ACTRJ	1999
JUNCO II	Associação Comunitária de Junco II	**
JUNCO III	Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco – ATRJ	2001
JUREMA	Associação Comunitária Rural do Povoado de Jurema - ACRPJ	**
LAGOA DO CANTO	Associação de Trabalhadores Rurais Comunidade Lagoa do Canto - ATRCLC	1999
LAGOA DO RAMO	Associação Comunitária rural de Lagoa do Ramo - ACRLR	1989
LARANJEIRA	Associação Comunitária Rural do Povoado de Laranjeira	1999
LIMEIRA	Associação Comunitária da Limeira - ACL	2001
LUCAS	Associação dos Agricultores Rurais da Comunidade de Lucas - AARCL	1997
MALHADA GRANDE	Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande - ACPMG	2012
MALHADINHA	Associação Comunitária Rural do Povoado da Malhadinha - ACRM	2000
MARIA PRETA	Associação dos Moradores da Fazenda Maria Preta - AMFMP	1989
MARICOTA	Associação Dos Moradores B. C. H Romão Queiroz - ABROC	**
MIRANTE	Associação Comunitária Rural dos Moradores de Mirante de Santa Helena - ACRMMSH	2001
MURICI	**	**
PEDRA DO COXO	Associação Comunitária de Pedra do Coxo - ACPC	2000
PERNA MOLE	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rurais de Perna Mole	**
POMBAL	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rural da Fazenda Pombal - ABTRP	2001
RIACHINHO	Associação Beneficente dos Trabalhadores Rurais de Riachinho - ABTRR	1999
ROCA DE BAIXO	**	**
ROCINHA	Associação Comunitária Rural do Povoado da Rocinha - ACRPR	2005
SERROTE	Associação Comunitária Rural do Povoado do Serrote - ACRPS	1999

Continua...

SETOR DE SÃO FRANCISCO	Associação Rural dos Trabalhadores do Setor de São Francisco - ARTS	1995
VARGEM VELHA	Associação Comunitária Nova Esperança – ACNE	2003
VARGINHA	Associação Comunitária Povoado de Varginha - ACPV	2010

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017 e 2018

Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Nota: ** Sem obtenção de dados pelo pesquisador.

Com o compartilhamento do poder decisório de implementação de projetos e políticas públicas, o fortalecimento da Constituição e o processo de redemocratização que se estabelece a partir de 1985, torna-se comum encontrar como incentivador e fundador das associações comunitárias a gestão municipal e/ou estadual da época. No caso de Teofilândia é possível relacionar esse fato ao questionar os representantes das associações sobre quais as pessoas ou instituições/organizações que contribuíram para a criação da associação, e de que forma contribuíram para essa finalidade, alguns afirmam que um dos principais incentivadores da fundação da associação seja o prefeito da época.

Na época da fundação uma das primeiras instituições que contribuiu foi a Prefeitura Municipal, em 2001, foi um dos principais, com a participação do gestor, na época, ele sempre frequentava as reuniões, ele sempre motivava, e nos auxiliava na verdade. (Representante da Associação Comunitária da Limeira²²)

[...] nesse tempo Carlito era o prefeito, aí falamos com Carlito e ele veio com João de Eliete [que era o vice-prefeito na época citada], e o motorista de Carlito, o finado Romão. Aí nós formamos uma reunião lá na casa de meu pai. Essa associação foi formada na casa de meu pai! João de Eliete foi quem fez [nesse momento a representante demonstra a ata feita pelo então vice-prefeito], mais dois irmãos, foi Dió de Zezé, Dudé, Brás e Zé de Silva que participou para poder fazer essa associação [...]. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III²³)

O conteúdo dos depoimentos arrolados até aqui, juntamente com a análise do quadro 05, nos demonstra que houve um “[...] processo de indução governamental ao associativismo e as estratégias adotadas para se beneficiar dos recursos públicos [...]” (COELHO NETO, 2014, p. 266), justificada pelo forte estímulo à ação voluntária e ao aumento das ações da sociedade civil como ponto de partida para um processo democrático de acesso aos

²²Entrevista concedida a autora em 19 de outubro de 2017, no povoado de Limeira.

²³Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2017, no povoado do Junco III.

benefícios públicos. Portanto, a adesão voluntária e livre muitas vezes está vinculada ao angariar benefícios para a comunidade e/ou para a família do sócio, essa pré-condição que a maioria das pessoas, principalmente de municípios pequenos, colocam para fundar ou organizar-se em uma associação é proveniente das condições de vida em que estes encontram submetidos.

Conforme os relatos dos representantes das associações entrevistados, ao serem questionados por qual motivo foi criada a associação, é possível observar que há um interesse comum em angariar benefícios coletivos que impulsionam a criação e a continuação da associação.

[...] para vim esse telefone aí, antigamente não era orelhão não. Veio um telefone fixo, na época Waldemar era o prefeito, para eles conseguir trazer esse posto telefônico para aqui, para vir a torre, tinha que formar uma associação, aí a gente organizou tudo, e através da associação foi que o posto veio para aqui, e aí ficou um tempo parado, depois a gente deu continuidade né. Quando a gente viu que todos benefícios que tinha que vir para comunidade era pela associação, aí a gente ativou e continuou até hoje estamos aí. (Representante da Associação Beneficente Comunidade de Brasa²⁴)

[...] veio com um projeto quando foi para botar a água encanada, e só poderia vir a água se tivesse associação, que ia ser em nome da associação [...], e também por uma necessidade que a comunidade tinha em ter vários outros projetos do governo que é via associação, então daí já uma iniciativa foi e vai seguindo... e hoje é salário maternidade, as pessoas tem que ter uma de ficha na associação, um auxílio doença, tem para aposentar, tudo tem que ter uma prova que é associado! E até outras coisas que agora já pedem se é associado ou não na associação. (Representante da ACNE²⁵)

Santos (2010) ressalta que “[...] as associações que se desenvolveram no meio rural brasileiro têm muito a ver com a motivação estatal [...]” (p. 46), sendo que esta motivação perpassa por aspectos tais como o repasse de verbas governamentais e aquisição de projetos nos quais venham a beneficiar a comunidade. Desta forma, corroboramos com Santos (2010) ao afirmar que, apesar da motivação estatal que gira em torno da formação de uma associação este pressuposto torna-se negativo quando a mesma é utilizada apenas como “instrumento de repasse de recursos governamentais” (p. 47) deixando de lado a capacidade de mobilização e articulação enquanto ação coletiva. Destacamos também que não é de todo ruim a motivação estatal, desde que

²⁴ Entrevista concedida a autora em 31 de agosto de 2017

²⁵ Entrevista concedida a autora em 16 setembro de 2017

se tenha claro a autonomia e a autogestão da associação, já que esta, se configura como uma representação de resistência no campo, principalmente em um contexto neoliberal.

É notório que a presença das associações comunitárias rurais em um número considerável, deve-se ao fato de não somente ser um município eminentemente rural, mas também pelo fato de ser uma exigência de agências internacionais de fomento (como o Banco Mundial, por exemplo) e de órgãos governamentais, a presença de associações para poder financiar projetos no meio rural. O grande problema é que,

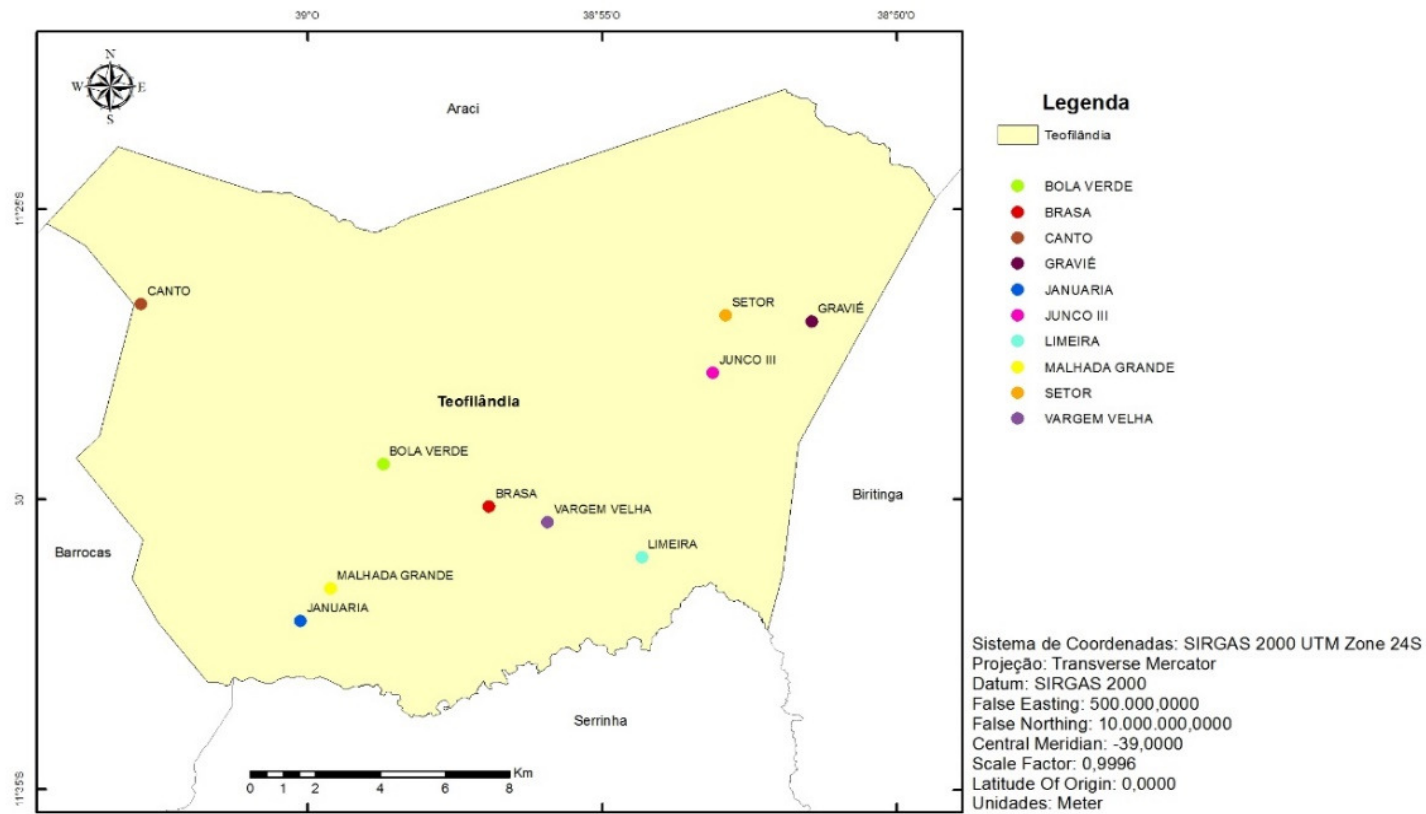
[...] Muitas dessas organizações exercem um papel restrito para operacionalização dos programas, como funções formais de aprovações de projetos. Sem um envolvimento na vida associativa, acabam por desempenhar funções apenas burocráticas ou de caráter assistencial, como a viabilização de benefícios previdenciários e projetos produtivos para algumas pessoas, apesar de sua origem, em muitos casos, ter sido a luta por direitos básicos, conquistados com muito sacrifício, em alguns casos até a custo da própria vida de dirigentes. A busca por benefícios acaba por influenciar até mesmo no elevado número de sócios. (TEIXEIRA, 2008, p. 62)

Esse fator relacionado acima por Teixeira, nos elucida para a presença de “associações de papel”, que Santos (2010) nos traz e que também é presente no município de Teofilândia, quando nos deparamos com associações comunitárias que possuem sede própria, casa de farinha com maquinário adquirido pelo governo federal, mas que é abandonada por não haver um envolvimento associativo, como podemos observar com a Associação Comunitária do Povoado de Murici, por exemplo.

Como o objetivo primordial dessa dissertação é analisar como se estabelecem a territorialidade e se conformam as redes de solidariedade entre as associações comunitárias rurais de Teofilândia, foi preciso selecionar dez associações comunitárias rurais para uma melhor aproximação com a realidade do estudo. Seguimos alguns critérios de escolha das referidas associações, como já mencionado na introdução desse trabalho, e selecionamos as associações comunitárias presentes nos povoados de Bola Verde, Brasa, Canto, Gravié, Januária, Junco III, Limeira, Malhada Grande, Setor de São Francisco e Vargem Velha, conforme o mapa 04.

MAPA 04

SEDE DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE TEOFILÂNDIA – BA, PESQUISADAS



Ao observar a localização das sedes das referidas associações, podemos afirmar que estas conseguem fornecer um panorama geral do município, no aspecto rural, por estarem localizadas próximas a outras associações comunitárias (que não foram objeto de análise) e serem situadas em povoados que possuem uma maior representatividade no município, exercendo uma influência considerável em seu entorno.

A Associação Comunitária Beneficente de Bola Verde (ACBBV) foi fundada em 20 de abril de 1996, no entanto, só foi registrada em cartório no ano seguinte, em 20 de maio de 1997. A referida associação não possui sede própria, e suas reuniões são realizadas em uma sala da Escola Municipal Maria Quitéria (INEP – 29148693) no segundo sábado de cada mês, contando frequentemente com 90% dos sócios de um total de 50 associados que estão quites com as mensalidades da associação e participando das reuniões, segundo o representante da entidade. A sua formação é decorrente da união dos próprios moradores, incentivados pelo poder público municipal vigente na época. É importante salientar que o povoado de Bola Verde se encontra localizado há aproximadamente 4Km da sede do município de Teofilândia, e que esse povoado, até a década de 1970, encontrava-se cortado pela BR 116 antes de ser asfaltada. Com o asfaltamento da referida BR, esta foi transferida e hoje corta a sede do município. No entanto, é possível evidenciar que, apesar da proximidade com o centro urbano os moradores possuem dificuldades de acesso a políticas públicas, tanto quanto aqueles que estão mais distantes da sede.

A Associação Beneficente Comunitária de Brasa (ABCB) foi fundada em 29 de abril de 1996, tendo como objetivo inicial para a fundação obter a instalação de um telefone público na comunidade, no qual era necessário a presença dessa entidade para que a prefeitura fizesse a intermediação, conforme afirmou a representante da ABCB. Nesse contexto, observamos que a referida associação foi formada como tantas outras, a partir na necessidade de benefícios imediatos para a população local como afirma Santos (2010). Este fato não desqualifica o trabalho realizado por cada entidade que é formada, uma vez que a associação deve servir como um espaço de luta e

resistência dos seus membros na busca por melhores condições de vida. Esta constatação também reforça o pressuposto defendido por Coelho Neto (2013a) de que as associações comunitárias rurais se caracterizam pela busca em solucionar os problemas imediatos da população nos espaços nos quais estão inseridos. A referida associação possui sede própria (figura 03), o que é considerado uma grande conquista para a comunidade, pois, é possível agregar objetos de uso coletivo no referido espaço como cadeiras, projetores, além de conter um local para festividades e para oferecimento de cursos para a comunidade, dentre outros benefícios que a construção da sede trouxe para a comunidade.

FIGURA 03
SEDE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA DE BRASA -
ABCB



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2018.

A Associação Comunitária do Canto foi fundada em 26 de janeiro de 1996, por uma moradora do povoado do Canto, conhecida por Dona Elza (já falecida), sendo impulsionada pelas necessidades que a comunidade estava passando. O referido povoado possui uma particularidade diferenciada das demais, a sua localização é bastante próxima da Mineração Fazenda Brasileiro, cujas galerias subterrâneas desta mineradora chegam ao povoado e as

detonações para extração do minério causam rachaduras em muitas casas. Com esse advento, a mineradora, como forma de minimizar os efeitos desses danos, contribui com a comunidade através da associação comunitária, ofertando cursos, uma quota de empregos voltada para os moradores da comunidade, construção da sede da associação (figura 04), construção de uma creche escolar pertencente à associação, entre outros benefícios constantes. Porém, mesmo diante do apoio do poder privado, a referida associação possui dificuldades como todas as demais, principalmente com o número de sócios quites com as mensalidades e participantes das reuniões, conforme afirma a representante da ACC.

FIGURA 04
SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CANTO - ACC



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2018.

A Associação Comunitária dos Agricultores do Gravié, (figura 05) fundada em 2003 pelos moradores da comunidade com o objetivo principal, segundo o representante da associação, de levar para o poder público as

demandas da localidade e buscar uma forma melhor para desenvolver e aprimorar o trabalho com a plantação e beneficiamento da mandioca, além do caju que era muito forte nos anos de 2003, tentando buscar assim um crescimento para a comunidade. A referida associação hoje, possui uma casa de farinha mecanizada (figura 06), sede própria e oferta de cursos para o cultivo e manejo da mandioca em parceria com outras instituições, como por exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

FIGURA 05
SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES DO
GRAVIÉ - ACAG



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2017

FIGURA 06
CASA DE FARINHA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS
AGRICULTORES DO GRAVIÉ - ACAG



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2017

A Associação Comunitária de Januária (ACJ) foi fundada no ano de 1999, com um total de 55 sócios que buscavam melhorar a comunidade. A referida associação ainda não possui sede própria, realizando as suas reuniões mensais em um quartinho ao lado do salão paroquial da comunidade. A ACJ além de possuir sócios do povoado de Januária, agrega filiados das comunidades de Pau D'arco, Entrada e Maria Preta, totalizando 118 sócios, sendo que apenas 93 encontram-se adimplentes. Esses dados nos permitem reforçar duas conclusões de Coelho Neto (2013a) em primeiro lugar, sobre a origem da associação em que “[...] um conjunto de moradores de determinada localidade, vivenciando problemas socioespaciais comuns se unem para buscar alternativas de soluções [...]” (p. 330); em segundo, a existência de articulações entre diversas comunidades que constroem laços de solidariedades.

Já a Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III (figura 07), foi fundada no ano de 2001, a partir do momento em que se sentiu a necessidade de uma representação local. De acordo com a representante da referida associação, a população do Junco III era filiada à Associação Comunitária do Setor de São Francisco, que fica próximo ao povoado, e decidiram fundar a própria associação para lutar por benefícios para a localidade.

FIGURA 07

SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO JUNCO III



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2017

A Associação Beneficente Comunitária da Limeira (ABCL) foi fundada no ano de 2001, com o objetivo de se organizar para dar voz a comunidade em relação aos seus problemas perante o poder público. No processo de implantação contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Teofilândia, e iniciou com cerca de 30 sócios. Hoje, segundo a representante da ABCL, já conta com 136 filiados oriundos do povoado de Limeira, da Fazenda Poço e da

comunidade de Pedra do Coxo e possui sede própria (figura 08). Neste caso, observa-se, mais uma vez, o processo de articulação entre várias comunidades que desejam integrar e se beneficiar da condição de participar de uma associação.

FIGURA 08

SEDE DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA DA LIMEIRA



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2017

A Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande, localiza-se às margens da BR 116. A referida associação ainda não possui sede própria, e suas reuniões ocorrem no prédio da Escola Municipal Sete de Setembro (INEP 29148421), contando com um aumento significativo no número de sócios, pois, no momento dessa fundação (no ano de 2012) possuía apenas 34 filiados, chegando em 2017 a contar com 110 sócios. A ACMG conta com 90% dos seus sócios oriundos do próprio povoado e os demais 10% advindos do

povoado de Três Zequinha, Fazenda Barriguda, Fazenda Boa Vista e Fazenda Cavalo Morto.

A Associação dos Trabalhadores Rurais de Setor de São Francisco (ARTS), foi fundada no ano de 1995 por um grupo de pessoas da comunidade com o propósito de promover o bem-estar dos trabalhadores rurais de acordo com relatos do representante da associação (figura 09). Importante ressaltar que no ato da fundação (1995), ela possuía cerca de 400 sócios, no entanto, hoje só conta com 100 sócios, dentre eles, os moradores do próprio povoado e de comunidades vizinhas tais como Calumbi, Gravié e Roça de Baixo. Durante a entrevista com o representante da ARTS foi possível observar que a igreja Católica teve um papel importante na fundação da associação, o que não foge da realidade do Território do Sisal, conforme observado no capítulo 2.

Aqui acho que a Igreja católica foi muito importante. A Igreja Católica, o Sindicato Rural, eles criaram esse vínculo com as comunidades para que chegasse ao consenso do que é associação. Porque a associação em uma comunidade ela facilita as informações [...]. (Representante da Associação Rural dos Trabalhadores do Setor de São Francisco²⁶)

A associação localizada no Povoado de Vargem Velha (figura 10) é a única associação que não carrega a toponímia da sua localidade em seu registro, pois é registrada no ano de 2003 como Associação Comunitária Nova Esperança, no entanto, a população local só a reconhece como Associação da Vargem Velha. A origem desse nome, segundo a representante da associação, está ligada diretamente com a instalação da associação, na qual os moradores não tiveram autonomia para decidir o nome, uma vez que estavam objetivando apenas o benefício da água encanada que viria.

Foi uma mulher que veio com um projeto quando foi para botar a água encanada, e só poderia vir a água se tivesse uma associação, que ia ser em nome da associação. Aí ela trouxe um modelo de associação e uma cartilha, aí concordaram com Nova Esperança. (Representante da Associação Comunitária Nova Esperança²⁷)

²⁶Entrevista concedida a autora em 09 de março de 2018, no povoado do Setor de São Francisco.

²⁷Entrevista concedida a autora em 16 de setembro de 2017, no povoado de Vargem Velha

FIGURA 09
SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SETOR DE
SÃO FRANCISCO



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2017

FIGURA 10
SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA – ACNE



Foto: Ariane Matos de Carvalho, pesquisa de campo, 2018

A referência da água como elemento norteador e decisivo na formação da associação comunitária, tem como premissa a localização do município de Teofilândia dentro do contexto do semiárido baiano. Esse recorte fisiográfico é delimitado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) definindo o semiárido como uma região que possui uma precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm, com um percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% por ano de acordo com a resolução nº 107/2017. Nesse sentido, o município em questão encontra-se inserido nesse contexto apresentando uma precipitação pluviométrica média ao ano de 600 a 800mm (SILVA, 2017), em que o acesso a água é extremamente importante para a sobrevivência e permanência do homem no campo.

Diante dessa caracterização inicial da nossa amostra de pesquisa, pudemos realizar um panorama geral das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia. Vale ressaltar que todas as associações selecionadas como amostra da pesquisa, tiveram projetos selecionados pela empresa mineradora atual Brio Gold (como iremos discutir no próximo capítulo), fazem parte de conselhos municipais e possuem um tempo de existência considerável, além do fácil acesso para o pesquisador. Foram esses os critérios que justificaram a escolha dessas associações como corpus da pesquisa. Dessa forma, iremos tratar a partir de agora, como essas associações contribuem para a construção de uma territorialidade e como estabelecer redes de solidariedade para o fortalecimento dessas entidades.

5 – ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS

O presente capítulo apresenta os dados coletados em campo realizando a análise de como são construídas as territorialidades a partir das associações comunitárias rurais e os elos de solidariedade estabelecidos entre elas. Assim, este capítulo está organizado com os seguintes subtemas: 5.1 – A gestação das territorialidades: o processo de construção de identidades locais; 5.2 – As redes de solidariedades: contribuições para o processo de territorialidades.

5.1 – A gestão das territorialidades: o processo de construção de identidades locais

Ao nos referirmos ao processo de construção de identidades locais, tomando como pressuposto um objeto geográfico que é a associação comunitária rural, observamos um processo dialógico em que as associações comunitárias se apropriam do nome do lugar para serem identificadas, é possível observar no quadro 04 do capítulo anterior que a maioria das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia utilizam o nome do povoado para serem identificadas, com exceção da Associação Comunitária Nova Esperança que situa-se no povoado de Vargem Velha, no entanto, mesmo não carregando o topônimo do lugar, é conhecida no município como Associação da Vargem Velha. Ao mesmo tempo, a população local faz uso da simbologia da associação para se apropriarem do seu espaço de vivência, conforme iremos observar ao longo desse capítulo. A partir dessa estratégia predominantemente utilizada, a associação passa a assumir-se como representante do povoado perante a municipalidade e a comunidade externa. Coelho Neto (2013a) afirma que

[...] as associações se apoiam numa ancoragem espacial para realização de suas ações. Uma primeira evidência desse argumento consiste no uso do topônimo do lugar de origem para denominar a entidade, carregando consigo o *lócus* de sua existência e, circunscrevendo com isso um espaço com referência para identificação dessas organizações sociais, inclusive, para o estabelecimento de suas relações com o exterior (com outros povoados, comunidades, organizações sociais e com a municipalidade), enfim, um espaço de pertinência de suas ações (e reivindicações) [...] (p. 330-331)

Dessa maneira a adoção do nome do lugar trata-se de uma solução adotada pela associação (que é uma solução entre os sujeitos envolvidos) com o espaço apropriado, constituindo-se em uma territorialidade que no Espaço Sisaleiro da Bahia Coelho Neto propôs chamar de

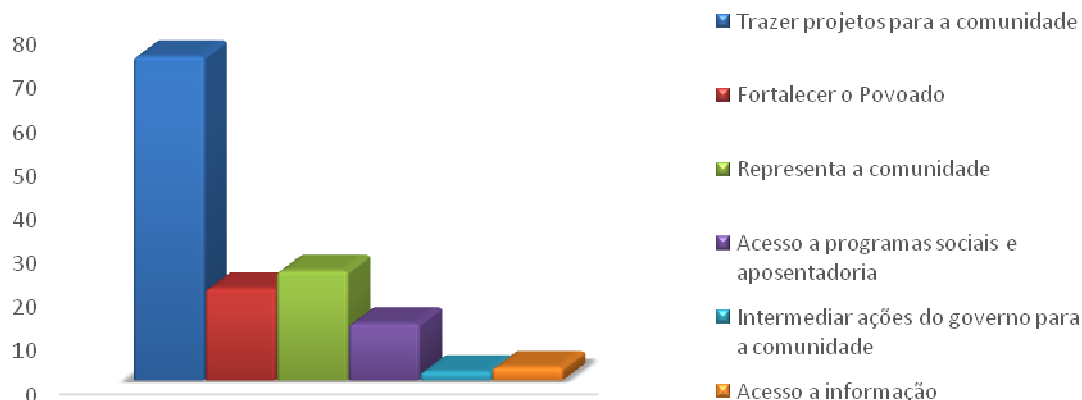
[...] nexos que os coletivos organizados construíram entre si e com o espaço na escala regional, permitindo-lhes uma apropriação e uma significação que os possibilita construir novas formas de reprodução social". (COELHO NETO 2013a, p. 115-116)

De acordo com SACK (2013), a territorialidade é uma poderosa estratégia geográfica que é utilizada tanto em relacionamentos cotidianos da sociedade como em organizações complexas, o que ajuda a entender as relações históricas ao longo do tempo e do espaço. Essa estratégia é materializada em diversas escalas, desde já, salientamos que tomamos como princípio a territorialidade como uma estratégia geográfica, com fortes laços de pertencimentos dos atores sintagmáticos com o seu território, no qual utiliza-se de objetos geográficos para consolidar a territorialidade.

Caminhando nessa perspectiva, podemos averiguar que as associações comunitárias desempenham um papel fundamental na construção de territorialidades estabelecendo um sentimento de pertencimento ao território ao qual se encontra intimamente ligado. Essa apropriação é possível verificar quando fora questionado aos sócios das associações se eles consideravam a entidade como sendo importante para a comunidade, em que 98% dos entrevistados consideraram a entidade como de grande importância para a comunidade.

Solicitando para que justificasse essa importância, é possível notar no gráfico 05, que cerca de 54% dos entrevistados afirmaram que a associação comunitária é importante por trazer projetos para a comunidade, o que denota a necessidade material que se torna prioridade no espaço rural. Já 18,1% dos entrevistados admitem que a associação é importante por proporcionar uma representatividade da comunidade, na qual podem ser vistos e ouvidos pela sociedade em geral. Temos ainda que 15,2% dos associados consideram que a associação é importante para fortalecer a comunidade. Outros 9,4% dos associados, afirmaram que a maior importância da associação é conseguir viabilizar o acesso a programas sociais do governo Federal e Estadual, assim como também a aposentadoria rural, auxílio doença e salário maternidade. Esse dado é importante pois denota a dependência financeira de uma população, mas também se observa que alguns sócios só frequentam e ficam quites com as mensalidades até conseguir o acesso aos benefícios supracitados, como foi relatado pelos próprios afiliados das associações.

GRÁFICO 05
MOTIVOS QUE TORNAM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL
IMPORTANTE PARA A COMUNIDADE, SEGUNDO OS ASSOCIADOS



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Apenas 2,2% dos entrevistados consideram importantes as informações que chegam até a comunidade através da associação, uma vez que muitos não têm o acesso às mesmas. É válido salientar que essas informações a que os associados citaram são advindas do poder público municipal, informações que vão desde a data de vacinação, matrícula escolar até projetos disponíveis para adesão e suas respectivas datas. Diante disso, 1,3% dos entrevistados afirmaram que a importância da associação é realizar a intermediação das ações do poder público (seja ele municipal, estadual ou federal) para a comunidade, o que engloba quase a totalidade das ações citadas anteriormente.

Quando questionamos aos representantes e presidentes das associações sobre a importância da associação, algumas afirmações convergiram para o fortalecimento da comunidade, por meio da associação, para angariar benefícios para a comunidade aglutinando pessoas em torno de objetivos comuns, outras afirmativas vão ao encontro do recebimento de benefícios imediatos para amenizar as necessidades da comunidade como é possível observar nas falas contidas no quadro 06.

QUADRO 06

IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL, SEGUNDO OS SEUS REPRESENTANTES - 2017

<p>Uma forma de conseguir algum benefício, já que antes era tudo mais difícil e hoje com a associação é mais fácil das pessoas conseguirem (Representante da Associação Beneficente da Comunidade de Brasa)²⁸</p>
<p>Ao meu ver é muita, porque acaba ajudando, de uma maneira ou de outra, algumas famílias que precisam. A gente tá sempre fazendo cestas básicas, tentando ajudar de uma forma ou de outra, salário maternidade, tem muita gente que não consegue aí tento correr atrás para eles poderem receber [...] (Representante da Associação Comunitária do Canto)²⁹</p>
<p>[...] é ter uma força maior, a associação transmite uma força para a comunidade no sentido de ter uma representatividade maior. Uma coisa é uma pessoa ir solicitar algo em seu nome, outra coisa é ir como uma pessoa jurídica de uma associação, você tem um peso de 80 famílias, 250 pessoas, você está respondendo ali por um grupo de pessoas, então acho que essa é exatamente a vantagem que tem e representa a associação [...] (Representante da Associação Comunitária dos Agricultores de Gravié)³⁰</p>
<p>Na minha visão é muito importante porque sem a associação eu acho que nada acontece na comunidade. [...] as vezes a gente não tem muita força sem a associação e com a associação as vezes podemos fazer um abaixo assinado, qualquer coisa que quiser conseguir faz um abaixo assinado e resolve, então é de extrema importância. A união de todos, porque uma pessoa só vai lá pede uma coisa, mas nunca é como um grupo de pessoas. Com a união é melhor. (Representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Januária)³¹</p>

Continua...

²⁸ Entrevista concedida a autora em 31 agosto de 2017, no povoado de Brasa.

²⁹ Entrevista concedida a autora em 07 dezembro de 2017, no povoado do Canto.

³⁰ Entrevista concedida a autora em 01 de setembro de 2017, no povoado de Gravié.

³¹ Entrevista concedida a autora em 12 de maio de 2017, no povoado de Januária.

Do encontro com as pessoas, com os sócios, com as famílias. Mas pode fortalecer aí. Tem várias importâncias, uma delas é essa, que passa pelo ser humano, e outra é que fica mais fácil a gente buscar objetivos de forma coletiva. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III)³²

Para a associação o povoado é de grande importância, até porque o que a gente faz é para o desenvolvimento da nossa comunidade, a gente busca ... o que a gente faz é visando bem da comunidade. (Representante da Associação Comunitária da Limeira)³³

[...] a associação ela na verdade toma a frente das comunidades para resolver os problemas da comunidade, e fica até mais fácil porque você representa 300 pessoas, por exemplo: se um sócio for na prefeitura reclamar uma coisa, ele só não vale nada, se eu for é diferente porque eu represento 300 pessoas. Aí por isso eu sempre passo para o pessoal que uma associação organizada e unida, ela tem força de fazer muita coisa. (Representante da Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande)³⁴

É importante porque a gente traz muitas informações, eu acho assim, quase nenhum sócio vai até uma reunião em Teofilândia para ter uma informação [...]. (Representante da Associação Comunitária Nova Esperança)³⁵

É uma importância muito grande porque é quem traz e quem leva conhecimento. É quem fala dos problemas da comunidade, da demanda que tem. Nós tínhamos um lixão aqui na comunidade que existia há muito tempo, e esse lixo chegou ao ponto de vir quase para a praça daqui. E a associação barrou. Nós tivemos o poder de chamar as autoridades, o prefeito, e nós conseguimos, através da associação, mobilizar a população como um todo, educar de uma forma consciente e esse lixão hoje não existe mais. (Representante da Associação Rural dos Trabalhadores do Setor de São

Continua...

³² Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2017, no povoado de Junco III.

³³ Entrevista concedida a autora em 19 de outubro de 2017, no povoado de Limeira.

³⁴ Entrevista concedida a autora em 13 de agosto de 2017, no povoado de Malhada Grande.

³⁵ Entrevista concedida a autora em 16 de setembro de 2017, no povoado de Vargem Velha.

Francisco)³⁶

[...] O intuito da associação é realmente ajudar os agricultores da localidade [...].
(Representante da Associação Beneficente Comunitária de Bola Verde)³⁷

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Diante do que foi observado, é possível destacar que as associações comunitárias de Teofilândia possuem um papel eminente de cobrar ao poder público ações para as suas respectivas comunidades buscando sempre a resolução de problemas diversos. Além disso, como estão inseridas em um contexto social de pobreza e carente da satisfação das necessidades básicas (tais como alimentação, acesso a informações, à sistemas de saúde, etc.), a associação também atua auxiliando os sócios e as pessoas da comunidade de forma geral, com cestas básicas, campanhas para realização de exames médicos, orientações para recebimento de benefícios, dentre outras ações imediatas para com a comunidade.

A renda dos associados (gráfico 06) gira em torno da agricultura familiar, na qual não é expressiva no município uma vez que não há investimentos para este setor da economia conforme podemos observar no gráfico 07, que indica o PIB per capita do município de Teofilândia entre os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

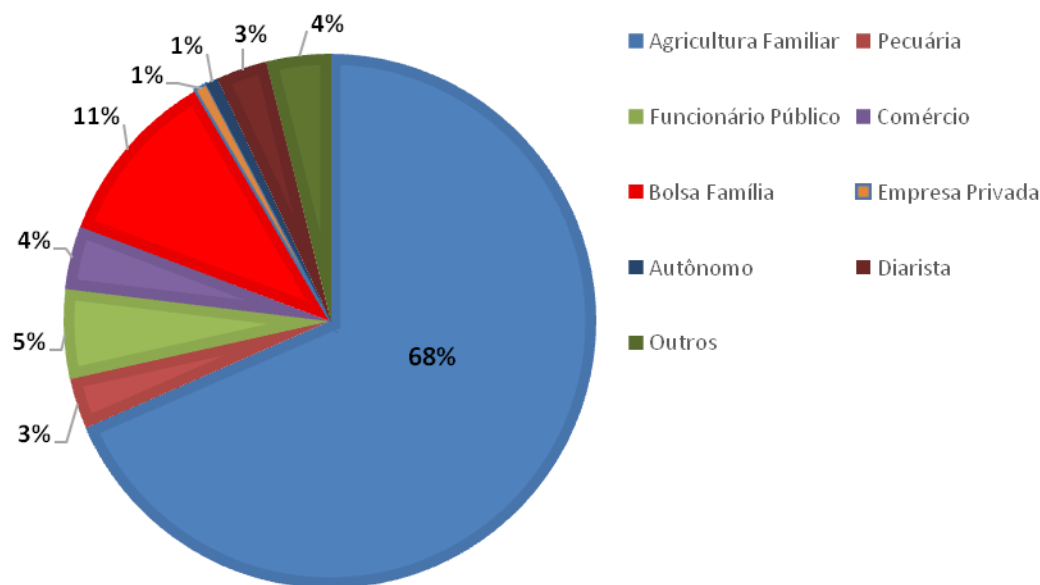
Vale salientar que o setor da indústria aparece em relativo destaque devida a instalação da empresa de mineração próximo ao município, no qual há uma pequena parcela da população que trabalha neste local (sua grande maioria do espaço urbano) e os *royalties* que o município recebe devido a essa exploração de minério, o que não impacta diretamente nas comunidades rurais como um todo. Já o setor de serviços, demonstra a dependência do município pelo serviço público, uma vez que a geração de renda representada nesse gráfico advém de empregos gerados pela prefeitura, o que faz com que perpetue o assistencialismo e o clientelismo moderno, conforme sinalizado no capítulo 1 desse trabalho. Por último, é possível analisar que, apesar de

³⁶ Entrevista concedida a autora em 09 de março de 2017, no povoado de Setor do São Francisco.

³⁷ Entrevista concedida a autora em 23 de setembro de 2017, no povoado de Bola Verde.

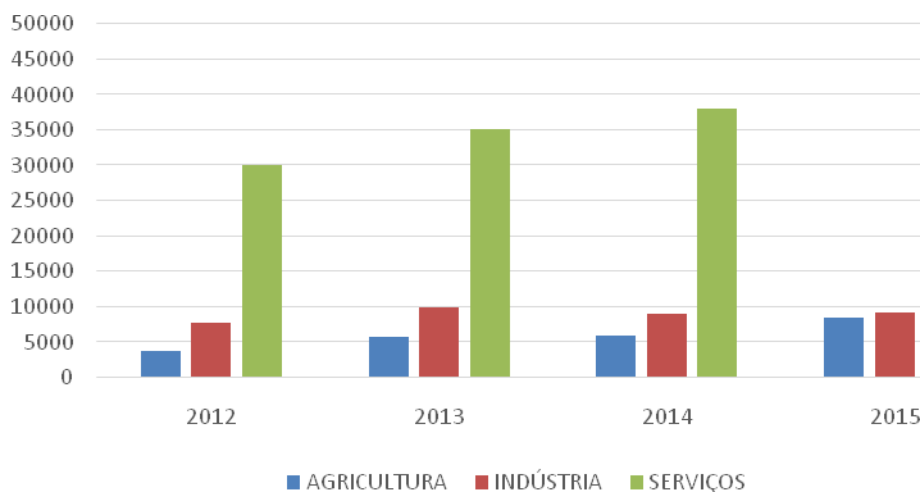
apresentar um crescente, a renda advinda da agricultura é pequena, uma vez que o município de Teofilândia, assim como os demais municípios do Território do Sisal, possui a sua maior parcela da população no espaço rural.

GRÁFICO 06
ORIGEM DA RENDA FAMILIAR DOS FILIADOS DAS ASSOCIAÇÕES
COMUNITÁRIAS RURAIS DE TEOFILÂNDIA (BA)



Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

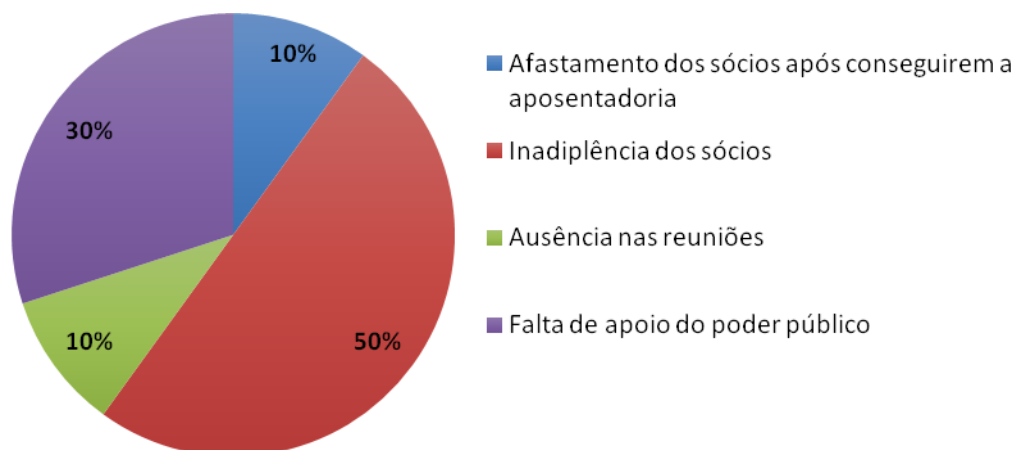
GRÁFICO 07
PIB PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA ENTRE 2012 - 2015



Fonte: IBGE, 2018
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

É possível notar que o poder público não consegue garantir direitos básicos à população rural, que fica à mercê de um assistencialismo praticado pelos políticos. No entanto, mesmo diante de um assistencialismo claro que é exercido, o que importa para esta população é a resolução dos seus problemas de maneira imediata, o que a associação vem conseguindo efetivar, mesmo com dificuldades diversas, tais como a inadimplência dos sócios que é comum na maior parte das associações, conforme demonstra o gráfico 08.

GRÁFICO 08
PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES, SEGUNDO OS REPRESENTANTES - 2017



Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2017
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

Mesmo diante dessas dificuldades supracitadas, as associações comunitárias rurais do município de Teofilândia conquistam diversos benefícios para a comunidade de forma geral e para os sócios, nos quais é possível atender a algumas necessidades da população que anseia por melhoria na condição de vida. Os benefícios adquiridos através das associações são de natureza individual e coletiva. Dentre os benefícios mais ditados pudemos visualizar no quadro 07 os seguintes:

QUADRO 07
BENEFÍCIOS CONQUISTADOS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES
COMUNITÁRIAS RURAIS DE TEOFILÂNDIA – BA ATÉ O ANO DE 2017

<p style="text-align: center;">Benefícios recebidos individualmente e/ou por família</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos; ✓ Aração de terras; ✓ Peixe (páscoa solidária); ✓ Leite e/ou suco; ✓ Cisternas; ✓ Material para o quintal produtivo; ✓ Recebimento de sementes; ✓ Poço artesiano; ✓ Banheiros; ✓ Salário maternidade; ✓ Limpeza de tanques; ✓ Auxílio doença e/ou aposentadorias; ✓ Uso de trator; ✓ Mudas de palmas; ✓ Cartão de desconto em laboratórios; ✓ Baita de feijão; ✓ Gradiação de terras ✓ Consultas médicas; ✓ Construção de barreiro produtivo ✓ Moradia popular rural; ✓ Acesso ao plano SAFRA; ✓ Cesta básica; ✓ Bolsa de estudos; ✓ Limpeza de fossa.
<p style="text-align: center;">Benefícios recebidos para a comunidade como um todo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instalação e melhoramento da rede de água encanada; ✓ Telefone público; ✓ Barreiro comunitário; ✓ Máquina forrageira; ✓ Limpeza de açude; ✓ Horta comunitária; ✓ Sede da associação; ✓ Parcerias com diversas instituições (públicas e privadas); ✓ Computadores, impressoras e projetores; ✓ Moinho; ✓ Cozinha comunitária; ✓ Banco de sementes; ✓ Casa de farinha; ✓ Fortalecimento da cultura local; ✓ Acesso a programas do governo; ✓ Trator; ✓ Cursos; ✓ Palestras; ✓ Energia elétrica;

Continua...

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Batedeira de sisal; ✓ Projeto cabra forte; ✓ Projeto nossa fibra; ✓ Padaria comunitária; ✓ Forno elétrico de beiju; ✓ Prensa elétrica; ✓ Máquinas de costura; ✓ Construção da creche; ✓ Promoção de eventos na comunidade.
--	--

Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2017

Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Os benefícios viabilizados pelas associações, conforme demonstrado no quadro 07, giram em torno das necessidades básicas dos agricultores que é o acesso a água, maquinário para a produção agrícola, qualificação de mão de obra e obtenção de auxílio na alimentação familiar. A análise do quadro 07 permite constatar que os benefícios que as associações têm buscado obter para seus filiados mostram os esforços para o enfrentamento das precárias condições socioespaciais de vida, voltadas para as dificuldades de geração de renda e de sobrevivência em seus espaços. Assim,

Os problemas comuns são compartilhados a partir da coexistência no mesmo espaço vivido (no povoado rural, assentamento ou fazenda), pois o compartilhamento de uma mesma realidade socioespacial oferece os conteúdos para construção de alternativas conjuntas. Os laços de reciprocidade se manifestam na criação de associações de agricultores, de natureza comunitária e/ou produtiva, com as quais se busca construir coletivamente alternativas para enfrentamento de seus problemas. Trata-se da constituição de solidariedades locais e imediatas que objetivam o atendimento de carências básicas de serviços e infraestrutura, deixadas pelas lacunas de atuação do Estado [...]. (COELHO NETO, 2013a, p. 247-248)

Vale salientar que todos esses benefícios adquiridos pelas associações comunitárias rurais em questão, são provenientes de parcerias com entes governamentais, privados e com a sociedade civil de forma geral. Isso se deve ao fato de que,

As associações trabalham para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de sua localidade através de políticas aprovadas pelos seus membros, ou políticas realizadas em parcerias com o governo ou outras entidades. (VEIGA e RECH, 2001, p. 15, 16)

Essas ações implementadas por coletivos associativos, acabam por transformar a vida dos que vivem em torno dessas entidades. As transformações são sutis, mas muito significativas para aqueles que dependem

de toda e qualquer ajuda do próximo, o que por histórico das associações, se configuram como organizações autônomas, mas de mútua ajuda que é controlada pelos seus membros. Essa ajuda mútua é expressa pela reciprocidade que se transfigura em laços de solidariedade entre os associados e extrapolam para a comunidade como um todo.

Destarte, para uma população carente o pouco que é conseguido, torna-se possível fortalecer vínculos de solidariedade e de pertencimento com o espaço habitado, tendo como referência a associação comunitária rural como é possível observar no relato do representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III:

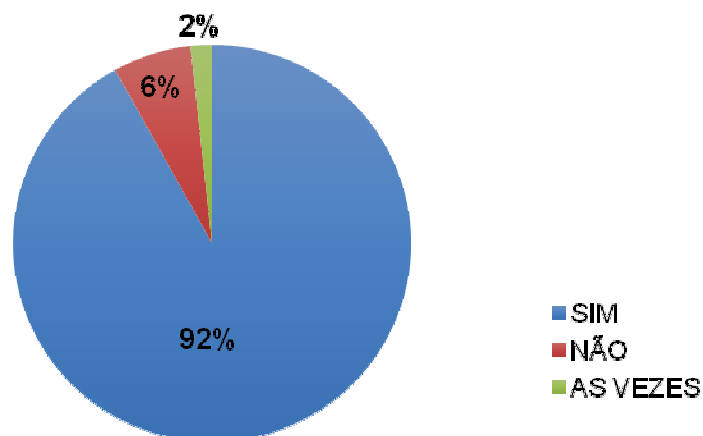
Quando a gente fundou a associação...porque aqui é dividido em três Juncos. O Junco principal é o do Setor, o Junco II ficou na Roça de Baixo e o Junco III aqui. Esse nome é sagrado para nós, é a origem da família [...]. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III)³⁸

Esse depoimento elucida o sentimento de pertencimento que os moradores têm com o lugar de vivência e os laços estabelecidos com o mesmo são fortalecidos à medida em que se aglutinam em torno de objetivos comuns de melhoramento do espaço habitado. Reafirmando esse relato, ao questionar aos associados se a associação comunitária representa efetivamente a população residente por carregar o nome do povoado, podemos verificar que mais de 90% dos entrevistados consideram que a associação é importante e representa de fato os associados e a comunidade envolvida de acordo com o gráfico 09.

Os dados apresentados no gráfico 09 permite analisar o quanto a associação comunitária rural exerce um importante papel de representante de uma sociedade que historicamente é marginalizada. Essa representatividade torna-se o ponto fundamental para a construção de territorialidades a partir de um coletivo associativo que promove um sentimento de pertencimento e valorização do espaço vivido. Essa representatividade é fortalecida cotidianamente no estabelecimento de “[...] relações entre membros de uma comunidade, acabam constituindo espaço-tempo de trocas e interações socioculturais [...]” (COELHO NETO, 2013, p. 251).

³⁸ Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2017, no povoado do Junco III.

GRÁFICO 09
A ASSOCIAÇÃO REPRESENTA A POPULAÇÃO RESIDENTE NO
POVOADO, SEGUNDO OS SEUS ASSOCIADOS?



Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2018
 Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Desta maneira, a associação promove o entrelaçamento e a interação social na comunidade, na qual tende a se fortalecer para buscar suprir as suas necessidades que muitas vezes ultrapassam o interesse por cestas básicas, benefícios sociais, construção de casas de farinhas, etc., e pautam-se em valores de solidariedade que estão implícitos em suas ações, mesmo sem os envolvidos perceberem efetivamente esse processo. Conforme afirma Simmel (1983) citado por Coelho Neto (2013a), os

Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; [...] pois a forma é a mútua determinação e interação dos elementos da associação. É através da forma que constituem uma unidade (SIMMEL, 1983, p. 168-169 apud COELHO NETO, 2013a, p. 252)

Ao solicitarmos aos associados que diferenciasssem o seu povoado ou comunidade antes da presença da associação e depois da mesma, pudemos observar que há um sentimento de pertencimento que predomina na maior parte dos entrevistados que é decisivo para a construção de territorialidades, como é possível observar nas falas destacadas no quadro 08:

QUADRO 08
DEFINIÇÃO DO POVOADO E/OU COMUNIDADE ANTES E DEPOIS DA
PRESENÇA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL, SEGUNDO OS
ASSOCIADOS PESQUISADOS - 2017

Hoje é bem melhor, mais desenvolvido, tem participação com outros órgãos.
<i>Ficou mais conhecido no município.</i>
Antes não tinha informação. Quando a gente tem necessidade resolve. Antes era tudo parado.
Ganhou destaque. A união e a organização do povo para buscar resolver problemas gerais de saúde, educação, benefícios..., mas a união é o principal.
Antes era difícil. Hoje tá melhor, no dia da reunião se vê todos, conta as suas histórias.
Melhorou, não tinha energia, água e resolveu. Aí desenvolveu a localidade.
Antes não tinha projeto. Hoje tem!
<i>Antes o ponto de referência era um campo de bola, ao terminar o campo, ficamos sem referência. Depois a associação é o nosso ponto de referência.</i>
Antes o povoado se encontrava com dificuldades, pois não tinha quem buscar os benefícios e hoje já se desenvolveu muito.
Antes não tinha muitas oportunidades de projetos, e agora tem.
Antes não tinha ninguém lutando pela a comunidade, hoje com a associação temos um presidente que traz projetos e procura solucionar os problemas da comunidade.
<i>A comunidade era esquecida antes e não chegava projetos.</i>
Mais organizada.
<i>Depois da associação cresceu, era um povoado pequeno. E vai cresce muito mais.</i>
<i>Antes tinha umas duas casinhas. Depois trouxe mais gente para a comunidade.</i>
Depois da associação melhorou tudo.
Melhorou, entra em contato com a prefeitura.

Continua...

<i>Hoje somos representados perante a sociedade.</i>
<i>Antes esquecidos pelo poder público, hoje a associação nos representa.</i>
<i>Antes éramos uma comunidade esquecida, hoje temos nome.</i>
Era mais difícil conseguir as coisas, hoje é mais fácil.
Antes da associação a comunidade não participava de projeto algum, sendo que não tínhamos nem conhecimento que existia e que podíamos participar.
<i>Não era comunidade, hoje somos.</i>
Antes não tinha nada, agora tá ótima.
Antes da associação não era tão organizado. Depois que a associação foi criada melhorou bastante, tudo ficou mais fácil para nós através dos projetos que a mesma consegue realizar para todos os associados.
Antes da associação não era boa. Depois da associação conseguimos nos comunicar melhor e temos vários informativos.
Agora se reúne e vê o que tem de ser feito e procura resolver os problemas.

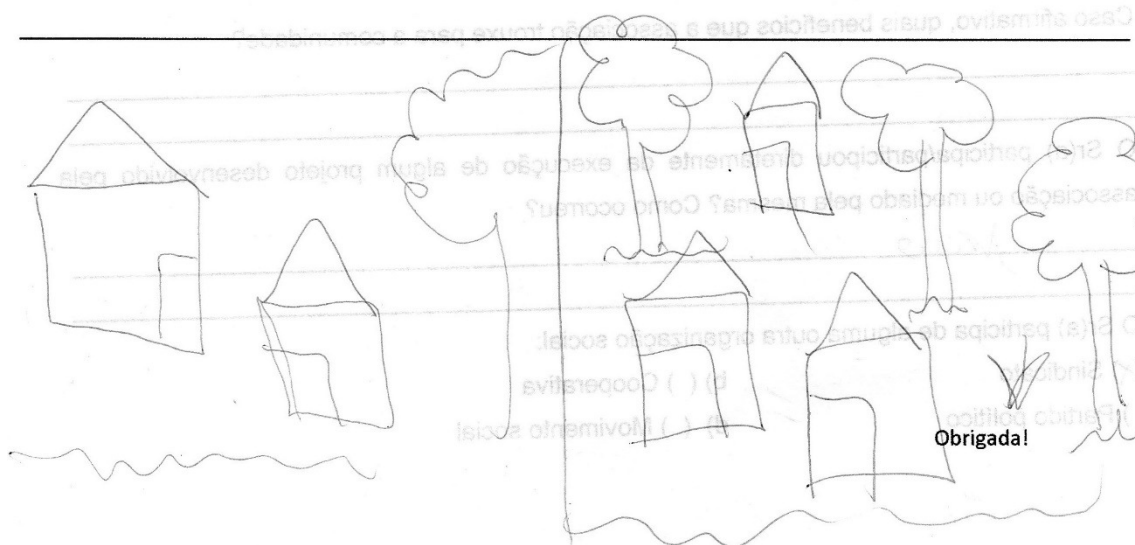
Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2017.

Elaboração: Ariane Matos de Carvalho.

É possível observar nas falas dos associados um sentimento de pertencimento gerado a partir da presença da associação comunitária rural em seu povoado ou comunidade, sendo referência de localização para algumas comunidades, tornando o povoado visível para o município como um todo, viabilizando projetos para a comunidade envolvida e atraindo moradores para as referidas localidades. O que se verifica em um processo migratório da cidade para o campo, em alguns casos, e de povoado para outro povoado por diversos motivos. No entanto, fica claro que a presença da associação foi um fator determinante para a ampliação do número de habitantes nos povoados pesquisados, conforme podemos verificar também na figura 11, que representa a visão do associado antes e depois da presença da associação na comunidade, minimizando, sutilmente, a dispersão espacial de seus moradores, ampliando e aprofundando as relações entre os sujeitos estabelecendo vínculos com o espaço vivenciado.

FIGURA 11
REPRESENTAÇÃO DO POVOADO ANTES E DEPOIS DA PRESENÇA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL, SEGUNDO OS ASSOCIADOS
PESQUISADOS - 2017

18. Em poucas palavras (ou através de uma imagem), como o/a Sr(a) definiria a sua comunidade/povoado antes e depois da presença da associação?



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2017

Há de se observar também que, os moradores das comunidades pesquisadas passam a tomar consciência do poder que possuem por meio da associação comunitária rural quando relatam que agora a comunidade é representada, mais organizada e consegue agregar projetos e sanar as suas necessidades. Sabourin (2009) afirma que:

[...]Uma comunidade só pode existir a partir da tomada de consciência, por seus membros, de sua situação e de sua identidade; isto significa tomar conhecimento dessa situação, algo que depende muitas vezes de um líder local, de uma atuação externa, ou até mesmo de um olhar externo. (2009, p. 53)

Saborin (2009, p. 90) ainda nos afirma que o papel das associações, quando estas tomam para si o papel de liderança coletiva de uma comunidade, atuam como uma administradora da “[...] interface entre o mundo local (a família, a comunidade, etc.) e a sociedade externa [...]”. Essa relação estabelecida, se configuram em presença de redes primárias promovendo o

papel de intermediação das necessidades e pontos de conexões com o mundo externo e interno dessa sociedade, que historicamente foi esquecida e que a presença da associação é um símbolo de resistência social no contexto do capitalismo atual.

5.2 – As redes de solidariedades: contribuições para o processo de territorialidades

O conceito de redes possui várias utilizações em diversos campos das ciências. No entanto, para dar conta do nosso objeto de estudo, optamos por adotar o conceito de redes socioterritoriais de Coelho Neto (2013a) por entender que as redes estabelecidas por e a partir do processo de territorialização produzidas no contexto escalar local são essenciais para que os coletivos associativos possam desempenhar funções estratégicas de práticas sociais, políticas e culturais construindo solidariedades comunitárias. Assim,

[...] as associações de agricultores rurais viabilizam a constituição de solidariedades locais e mediatas, tecidas através da coexistência no mesmo espaço vivido (no povoado rural, assentamento ou fazenda), ou seja, na busca coletiva de alternativas para o enfrentamento dos problemas comuns, próprios do compartilhamento à mesma realidade socioespacial. (COELHO NETO, 2013a, p. 390)

Essa busca por alternativas que viabilizem o enfrentamento dos problemas que o povoado, fomenta o estabelecimento de parcerias com diversas organizações e com outras associações presentes no município, conforme relato dos representantes das associações comunitárias rurais pesquisadas, ao serem questionados sobre quais os parceiros que a associação teve ao longo de sua história no desenvolvimento das atividades da mesma:

Nós temos a APAEB³⁹, o MOC, a FATRES que inclusive estava construindo cisternas em nosso município. Temos a Embasa no município que quando tem qualquer problema na rede de

³⁹O representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Setor de São Francisco refere-se a APAEB Valente.

abastecimento de água a gente pode solicita. Hoje a associação tem parceria com todos os órgãos em círculo, porque na verdade a associação tem um poder muito importante na comunidade. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Setor de São Francisco)⁴⁰

Prefeitura... assim que já veio pela prefeitura foi o peixe, sementes para os agricultores na época do inverno, aragem de terra que a prefeitura libera umas horas de máquina, de trator para tá arando as terras. O sindicato dos Produtores Rurais tem os cursos e o trator foi através dele. [...] acho que a APAEB foi da cisterna de enxurrada com as famílias, aqui foi só a cisterna com a levada de areia e que tem até aquela de calçadão. Aí foi a]com a APAEB⁴¹ que envolveu, que tinha o técnico da APAEB que vinha acompanhar. (Representante da Associação Comunitária Nova Esperança)⁴²

Olha só, da pública a gente tem uma grande contribuição da prefeitura. Da privada a gente teve um projeto, uma época que nós fomos beneficiados com máquinas de costura, as quais estão lá na sede da associação, que houve um projeto a gente trabalhou um tempo e hoje tá lá parado. Mas nós tivemos porque conseguimos pela Yamanna e da sociedade civil, nós temos a participação de todos. [...] algumas pessoas foram inscritas no projeto do Consisal de algumas cisternas, mas até agora nós não fomos contemplados ainda [...] um dos nossos grandes parceiros é o sindicato (STR), o sindicato sempre vem nos dando suporte também. (Representante da Associação Comunitária de Limeira)⁴³

Yamanna, que nós vamos entrar com um projeto de novo esse ano, passamos 2 a 3 anos de fora desses projetos, mas esse ano vamos participar com fé em Deus. A própria Consisal. Tivemos outras associações: Setor, Riachinho, Pedra do Coxo, Cabeça do Boi. Na votação, a gente venceu com o voto da Pedra do Coxo. Na esfera estadual a gente cita a água e a luz. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III)⁴⁴

É possível constatar nos depoimentos que os apoios e parcerias, que se constituem na estrutura de organização de redes, se originam na esfera pública, na iniciativa privada, mas sobretudo, prevalecem as ações solidárias estabelecidas com outras organizações sociais, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) – Serrinha e Valente, do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido Baiano (FATRES), estando esses conectados em organizações-redes que ganham contextos cada vez mais complexos.

⁴⁰ Entrevista concedida a autora em 09 de março de 2018, no povoado de Setor de São Francisco.

⁴¹ A representante da Associação Comunitária Nova Esperança refere-se a APAEB Serrinha.

⁴² Entrevista concedida a autora em 19 de setembro de 2017, no povoado de Vargem Velha.

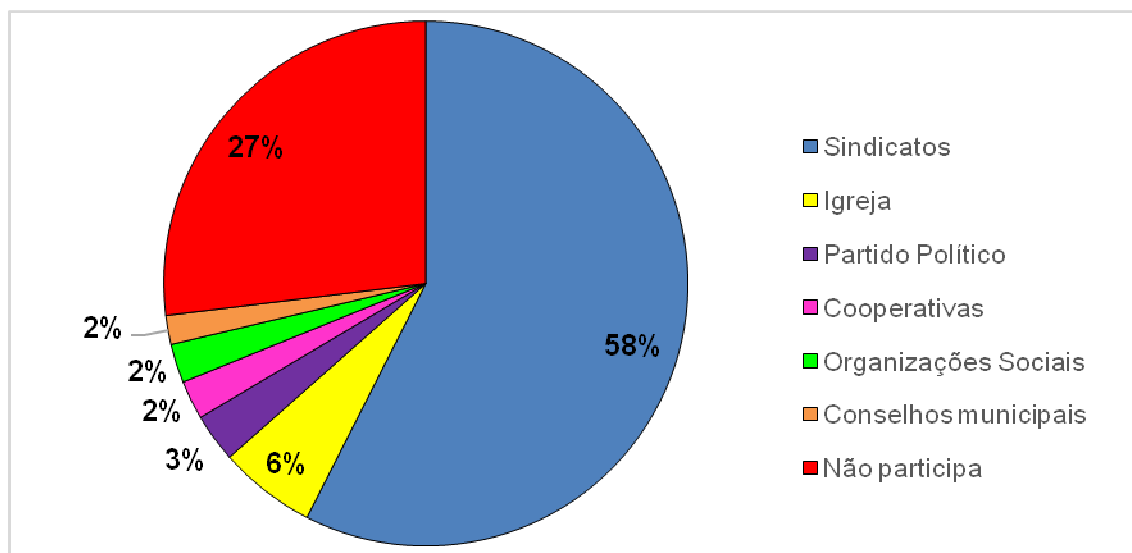
⁴³ Entrevista concedida a autora em 19 de outubro de 2017, no povoado de Limeira.

⁴⁴ Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2017, no povoado de Junco III.

Nesses relatos é possível aferir que há uma reciprocidade entre as associações comunitárias rurais e outras entidades no âmbito municipal, regional, estadual e entre as próprias associações, que resulta em ações direcionadas para tentar minimizar as dificuldades da população que vive nesse espaço. Porém, não podemos ignorar que como sujeitos individuais, os associados também se agrupam em diversas redes que podem contribuir para o desenvolvimento coletivo, como podemos observar no gráfico 10, a participação destes indivíduos em outras organizações sociais. Por ser uma população eminentemente rural, o maior índice de envolvimento com outras organizações sociais ocorre com os Sindicatos, que por sua vez prevalece o STR que muitas vezes é utilizado como comprovação, juntamente com a associação comunitária rural, para o processo de aposentadoria conforme relatado pelos próprios associados. Outros 6% fazem parte de movimentos ligados à Igreja, em sua maior parte referenciando-se a Igreja Católica, movimentos esses que fortalecem a unicidade da associação por incentivar essa prática associativista.

De acordo com o representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Setor de São Francisco (ATRS), a presença da Igreja Católica nas comunidades, facilita o estabelecimento de vínculos com a população, uma vez que funciona também, na comunidade, como um veículo de comunicação com a população local. Outros 3% afirmam pertencer a partidos políticos diversos e os demais 6 % estão vinculados, proporcionalmente a conselhos municipais, cooperativas e demais organizações sociais. O que chama a atenção é que 27% dos entrevistados não estão vinculados a nenhuma outra organização social a não ser a própria associação comunitária, o que ratifica a importância da mesma para esta parcela da população.

GRÁFICO 10
PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM OUTRAS ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS

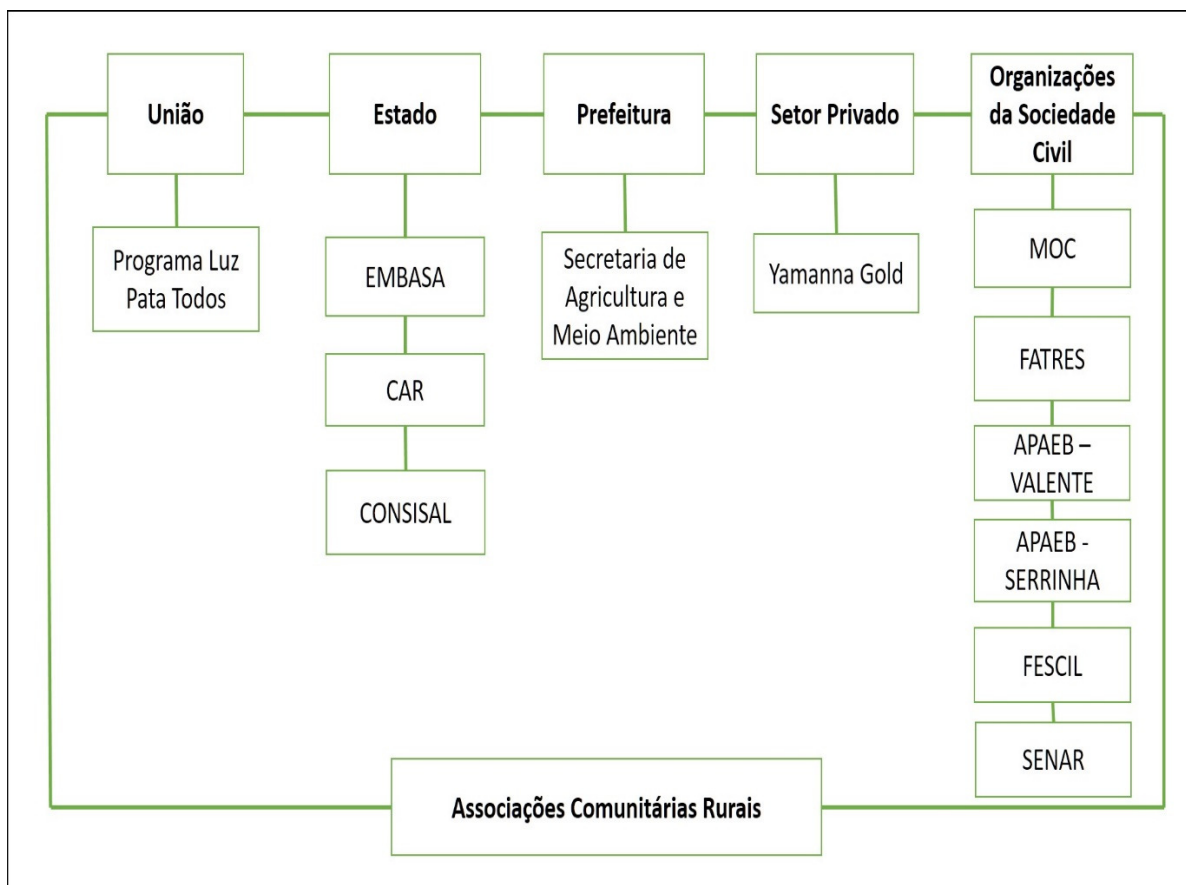


Fonte: Pesquisa de Campo, 2017
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

Diante dos dados e relatos apresentados, podemos então inferir que se as articulações promovidas pela associação comunitária rural enquanto entidade e as ligações de forma individuais que os associados mantêm com outras instituições, trata-se de uma rede primária⁴⁵ em que estabelecem relações de solidariedades que beneficiam um coletivo de pessoas de forma significativa e consistente. Assim, as ligações existentes e que se configuram nós dessa dinâmica pode ser expressa na figura12, perpassando por escalas local, regional e nacional que se conectam e são expressas em ações desenvolvidas no âmbito das associações comunitárias rurais. É válido ressaltar mais uma vez, que todos os benefícios adquiridos por meio das instituições externas são voltadas para sanar as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos envolvidos no processo associativo e que residem nas comunidades atendidas.

FIGURA12
PARCERIAS ESTABELECIDAS COM AS ASSOCIAÇÕES
COMUNITÁRIAS RURAIS DE TEOFILÂNDIA - BA

⁴⁵Coelho Neto (2013a, p. 234) realiza uma sistematização das redes, definindo-as como redes primárias as que são formadas por indivíduos organizados institucionalmente em sindicatos, associações e cooperativas. As redes complexas são as formadas por um ou vários tipos de organizações primárias, tais como associações secundárias, conselhos e federações. Já os coletivos em redes se configuram em conexões estratégicas construídas por indivíduos e organizações, nos quais podemos sintetizar em fóruns, feiras e outras modalidades de redes de articulação que envolvem a participação e a conexão entre os indivíduos, os sindicatos, as ONGs, as cooperativas, as associações e os movimentos sociais em geral.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.
Elaboração: Ariane Matos de Carvalho

As associações comunitárias citam, de forma geral, a empresa Yamanna Gold como uma de suas principais parceiras na realização de projetos. Esse fato ocorre devido ao Projeto de Parcerias estabelecido pela empresa mineradora como uma forma de retorno à comunidade. Entre os anos de 2007 a 2016, foram desenvolvidos 261 projetos entre os municípios de Teofilândia Barrocas e Biritinga pela referida empresa, segundo dados do setor de comunicação da Yamanna Gold. Dentre esses projetos, 97 foram executados no município de Teofilândia o que equivale a aproximadamente 37,2% do montante, totalizando 56 projetos direcionados às associações comunitárias rurais de Teofilândia. Os projetos vão desde a construção da sede de associações, padarias comunitárias, construção de banheiros na comunidade à oferta de cursos desde que a associação ofereça uma contraproposta na

execução dos projetos⁴⁶. A articulação entre essas entidades (governamentais ou não), pode-se analisar como o estabelecimento de uma dinâmica social na qual tende a

[...] tecer a rede a partir das práticas de reciprocidade, reconhecimento mútuo, informação, visibilidade, aprendizado coletivo etc., permitindo que as populações mais excluídas e discriminadas, referências da atuação seja nos fóruns ou redes interorganizacionais, tornam-se sujeitos de seus próprios destinos e, a partir desse empoderamento, venham a se tornar atores ativos para a formulação e a conquista de demandas sociais na esfera das políticas públicas [...]. (SCHERER-WARRWN, 2012, p. 112-113)

Essa reciprocidade torna-se muito clara quando observamos que as associações comunitárias rurais se ajudam mutuamente em práticas de solidariedades que ficam expressas nas falas dos representantes das associações. Ao se referir a votação do Projeto de Parcerias, o representante da ACRPJ III cita que conseguiu o projeto o qual pleiteavam com o voto de outras associações que estavam presentes e concorrendo a aquisição de seus projetos. Além de exercer a articulação política dentro desse ambiente de “disputa”, os associados e representantes demonstram a solidariedade implícita, buscando o bem-estar de uma coletividade, que não necessariamente será a sua, mas que poderá ser beneficiado em ações diversas. Nesse primeiro momento observamos a tessitura das relações interassociativistas como forma de ajuda mútua, isso decorrente de vivenciarem realidades extremamente semelhante de exclusão social em que suas dificuldades se repetem em diferentes localidades.

Foi possível observar também que um dos principais parceiros é a prefeitura municipal, primeiramente por ser o veículo mais próximo das associações comunitárias rurais e também por ser o meio por onde outras instâncias (estadual e federal por exemplo) mantêm o contato diretamente. Com isso, as associações comunitárias passam a ter um contato direto com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, prioritariamente, e caso não estejam bem articuladas e cientes do seu papel e seu poder perante o poder público, pode ser utilizada como “trampolim” para promoção política de quem

⁴⁶ A contraproposta referida pode ser configurada na oferta de mão-de-obra para execução do trabalho ou uma parte do dinheiro para o mesmo, por exemplo: durante a construção de algumas sedes de associações, a empresa Yamanna Gold contribuiu com o material e a associação entrou com os trabalhadores, em que fora realizado mutirões para construção.

esteja na gestão municipal e serem cooptados por uma política clientelista moderna⁴⁷, ou caso não saiba lutar pelos seus direitos, pode ser vítima de perseguição e boicote político. O relato de alguns representantes de associação ilustra muito bem o que foi expresso anteriormente, quando questionados a respeito da relação da associação com a prefeitura municipal e se esta costuma atender as reivindicações locais:

Infelizmente, nós vivemos em um município aonde existe a questão partidária, esta é uma das demandas muito grande das associações, a questão partidária. Infelizmente o pessoal ainda não se deu conta que a associação precisa ser apartidária, ela precisa ser um órgão individual de reivindicar aquilo que precisa a quem tiver ali servindo o município. Mas sempre que precisamos nós fomos atendidos, queda que demore mais um pouco do que o outro, mas nós fomos sempre atendidos [...]. (Representante da Associação Comunitária dos Agricultores de Gravié⁴⁸)

Para dizer a verdade, a gente não sabe se é o primeiro ano, porque mudou a gestão, estão se arrumando, mas esse ano... no passado sim, agora não. Na gestão passada a gente teve muita ajuda da Secretaria de Agricultura, agora esse atual não. (Representante da Associação Beneficente da Comunidade de Bola Verde⁴⁹)

[...] O prefeito que for, a gente tem sempre uma boa relação com a prefeitura. (Representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Junco III⁵⁰)

Considerando o modelo de gestão participativa que vem sendo implementado no Brasil e na Bahia, com mais ênfase com a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), outorga à sociedade civil alguns deveres que antes pertenciam apenas ao Estado, eximindo-o assim de sua única responsabilidade perante a administração pública. Assim, infere-se que

Uma gestão participativa é implementada conferindo autonomia às pessoas para o alcance de metas e cobrando a cooperação, o compartilhamento de informações e a confiança para delegar. Como resposta, as pessoas tomam posse dos desafios e dos processos de trabalho dos quais participam, tomam decisões, criam, inovam e geram um clima organizacional saudável. (BRASIL, 2014, p. 19)

Se de um lado temos o processo de integração e o princípio de empoderamento de uma sociedade, principalmente quando esta se organiza em torno de coletivos associativos, do outro, impõe a esta coletividade um

⁴⁷Conforme fora discutido no capítulo I dessa dissertação.

⁴⁸Entrevista concedida a autora em 01 de setembro de 2017, no povoado de Gravié.

⁴⁹Entrevista concedida a autora em 23 de setembro de 2017, no povoado de Bola Verde.

⁵⁰Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2017, no povoado do Junco III.

papel de gestão na qual, muitas vezes, não possui preparação para tal e continua a ser utilizada como mero instrumento de validação do trabalho da administração pública por meio da formação dos conselhos municipais, que nesse caso, funcionam como “conselhos de papel” (conforme Santos 2010 sinaliza) para muitos representantes, como por exemplo o representante da Associação Comunitária do Canto (ACC) ao relatar que “[...] eu só fui lá uma vez, eu também nem sabia o que era, ninguém tinha me explicado nada ainda e ficaram de me retornar e explicar o que era. Não sei nem de que conselho participo”. O conselho com maior participação dos representantes das associações é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) no qual, segundo os próprios representantes, é o porta voz das informações para que se chegue até as comunidades e povoados, por meio das reuniões mensais.

A multiescalaridade das relações estabelecidas pelas associações comunitárias rurais, inicia-se no âmbito local com as ligações estabelecidas no entorno da comunidade. Posteriormente, a relação mais próxima e que abre o campo para as demais, é com o poder público local. A partir dessa permissão, as associações comunitárias rurais começam a tecer laços com a esfera territorial por meio do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CONSISAL), da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido Baiano (FATRES), da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e outras organizações presentes no Território do Sisal, conforme é possível verificar nas falas dos representantes das associações.

A gente tem o vínculo bastante com outras associações. A gente tem reunião mensal do conselho municipal o CMDs que é com as 45 associações do município, e aí é nela que a gente tem esse vínculo com sindicatos, FATRES, CONSISAL, IBGE, o governo do Estado também vem, o pessoal da CAR que vem, e isso para nós é muito bom. A gente tem essa união, porque com essa união nós discutimos os problemas da comunidade, o que nós acertamos, o que nós não acertamos e tem que acertar. Os nossos objetivos, o que é que a gente tem que apostar de agora para frente, fazer um levantamento do que a gente já fez e do que não fez, porque isso é que vai fazer como que o município cresça, e também manter o equilíbrio de senso

crítico, com a crítica construtiva [...] (Representante da Associação Rural dos Trabalhadores de Setor do São Francisco⁵¹)

Com a CONSISAL tem esse negócio do galpão para criar pintos e galos, mas não foi pela associação não, veio pela secretaria de agricultura do município. (Representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Januária⁵²)

É assim ... todo mês tem uma reunião no conselho, no CMDS, onde participa o pessoal do CONSISAL, IBGE, do MOC, só que assim, os projetos servem para determinadas localidades [...]. Tem vários projetos bons, mas aqui para a Malhada Grande nenhum se encaixa, e eu sempre questionei lá na reunião, que tem vários projetos bacanas, só que para aqui não se encaixava [...]. Por isso eu achei importante participar da Federação⁵³. Por que? Projeto minha casa minha vida já serve, projeto cesta básica, já serve! [...]. (Representante da Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande⁵⁴)

Diante dos relatos, podemos observar a tessitura das redes de solidariedade com outras escalas de atuação, atribuindo-se assim uma maior complexidade nas relações em que se inicia no âmbito municipal por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), juntamente com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município, que através de projetos conseguem minimizar problemas existentes nas comunidades. No entanto, o representante da Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande (ACPMG) cita a ligação com a Federação Estadual da Sociedade Civil da Bahia (FRESCIL), na qual ele é o representante do município e faz a intermediação junto a outras associações comunitárias rurais.

Existe uma confederação que é a CNASC – Confederação Nacional da Sociedade Civil, aonde a sede é em Brasília e o presidente é Wilson Coelho. E você sabe que existe uma confederação e várias federações, cada estado tem uma federação. Tem a federação do Ceará, tem a federação do Pernambuco e tem a federação baiana que é a FESCIL – Federação Estadual da Sociedade Civil, aonde a sua sede é em Queimadas. Por que Queimadas? Essa sede iria ser em Salvador, só que o pessoal achou que essa sede sendo em Salvador iria ficar muito distante da Região Sisaleira aqui. Aí Josy, que é a presidente da federação, ela reside em Queimadas, achou melhor montar a sede em Queimadas. Porque você sabe que em Queimadas é um centro de várias cidades circunvizinhas.

⁵¹Entrevista concedida a autora em 09 de março de 2018, no povoado do Setor de São Francisco.

⁵²Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017, no povoado de Januária.

⁵³ Nesse trecho ele faz referência a Federação Estadual da Sociedade Civil da Bahia – FESCIL.

⁵⁴Entrevista concedida a autora em 23 de setembro de 2017, no povoado de Malhada Grande.

(Representante da Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande⁵⁵)

Esse vínculo e essa representatividade exercida por uma associação dentre as 45 entidades presentes no município, faz com que esta seja considerada por algumas associações, um canal de comunicação das associações com a Federação, em busca de projetos para as suas comunidades. Assim, o próprio representante da ACPMG considera a referida associação como se fosse uma central no município, na qual conta com a parceria de diversas outras. Este dispositivo de agrupamento de várias associações comunitárias rurais com a constituição de uma organização central foi denominado por Coelho Neto (2013a) de estratégias-redes e foi verificada também no município de Santa Luz pelo Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia (CEAIC) que se configura como uma organização-rede complexa, assim como a FESCIL. Essa configuração de relações apresentadas configura-se uma típica reestruturação na relação de poder, o que causa uma fragmentação nas relações de dominação existente, conforme afirma Coelho Neto (2013a)

[...] as redes socioterritoriais reestruturam as relações de poder no Território do Sisal, criando fissuras no clássico esquema de dominação política e subordinação econômica exercida pelos grupos político-empresariais que comandam a produção e a comercialização do sisal. (COELHO NETO, 2013a, p. 391)

No caso específico de Teofilândia, a fissura do esquema de dominação política se configura pela não apropriação dos meios de obtenção de projetos, como no caso da FESCIL. Torna-se claro o incomodo ao poder público, que fora causado pela emancipação e empoderamento das associações comunitárias nesse âmbito de coletividade, na tentativa de romper (ainda que timidamente) vícios de um clientelismo arraigado culturalmente na população local. Isso pode ser evidenciado na fala do representante da ACPMG a seguir, quando este relata a sua maior dificuldade enquanto associação:

A falta de apoio! A falta de apoio, tanto pela prefeitura ... se você vê que eu tava com esses projetos mesmo aí⁵⁶, nem um carro eles podiam dar para a gente? Sabendo que você tava fazendo um bem

⁵⁵Entrevista concedida a autora em 23 de setembro de 2017, no povoado de Malhada Grande.

⁵⁶ Os projetos aos quais o representante da ACPMG se refere são: projeto minha casa minha vida rural, intermediado pela FESCIL e a aquisição de cestas básicas a baixo custo para os associados, também vinculado pela federação.

para as comunidades, levando um projeto às comunidades, você sem apoio de ninguém. Não tem apoio de comércio, de prefeitura, de ninguém [...]. (Representante da Associação Comunitária do Povoado de Malhada Grande⁵⁷)

Desta forma, observamos um processo de consolidação de tensão no cenário político nesse território, em que nos permite identificar em vários aspectos situações de lutas, de resistências sociais e ao mesmo tempo um estabelecimento de reciprocidades que configuram o estabelecimento de transformações sociais por meio de lutas coletivas contínuas. Essa reciprocidade é possível ser verificada nos laços de solidariedade estabelecido entre as associações, conforme mencionado anteriormente e reforçado com as falas dos representantes das associações quando expressam as ligações existentes com outras associações do município.

[...] com a Vargem Velha⁵⁸ a gente tem assim essa união, porque quando a gente entregou para as escolas do PNAE, estavam as duas unidas. A gente entregava hortaliças e elas entregavam bolos, a polpa de fruta e bolo salgado. Então a gente tem esse vínculo com a Vargem Velha. (Representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Januária⁵⁹)

Uma vez foi com a da Januária, aí a daqui a gente só tinha o espaço para fazer, só tinha o grupo informal e utilizava o nome da Associação da Januária, que Vera resolvia sobre os documentos, aí tem essa relação com a Januária. E agora tem a relação através do trator que nós temos entre as comunidades de Vargem Velha, Mirante, Limeira, Pombal e Pedra do Coxo durante cinco anos. Agora a Limeira ganhou um trator através de deputado, então desvinculou [...], aí estamos assim, com o trator ficando na comunidade. A gente tem essa relação de contar para o que vai precisar [...]. (Representante da Associação Comunitária Nova Esperança⁶⁰)

Conseguimos uma máquina de fazer ração animal, a associação daqui com a da Vargem Velha, a máquina de quebrar milho, aí consegui pela Secretaria de Agricultura [...] fica um tempo aqui, se eles precisarem lá, eles vêm buscar. Leva tudo direitinho, funcionando, terminando o serviço deles lá, traz de volta e fica guardada aqui. (Representante da Associação Comunitária Rural do Povoado de Brasa⁶¹)

O conteúdo dos depoimentos acima, informa que estas entidades primárias (as associações) se encontram em um processo contínuo de estabelecimento de uniões se conformando vem diversas modalidades de

⁵⁷Entrevista concedida a autora em 23 de setembro de 2017, no povoado de Malhada Grande.

⁵⁸ Ao citar o povoado de Vargem Velha, lembramos que é a Associação Comunitária Nova Esperança, a única que não carrega o nome do povoado.

⁵⁹Entrevista concedida a autora em 12 de maio de 2017, no povoado de Januária.

⁶⁰Entrevista concedida a autora em 09 de setembro de 2017, no povoado de Vargem Velha.

⁶¹Entrevista concedida a autora em 31 de agosto de 2017, no povoado de Brasa.

redes organizacionais ou de formação de redes complexas e de coletivos em rede nos termos definidos por Coelho Neto (2013a). Assim, as redes tornaram-se uma estratégia cada vez mais “[...] acionada pelas organizações sociais, que se unem, se agregam e começam a formar redes cada vez mais complexas [...]” (COELHO NETO, 2014, p 269). Nesse caso as redes são operacionalizadas em variadas escalas espaciais, o que já fora ressaltado anteriormente nesse capítulo, e atuam como um mecanismo eficaz e estratégico de viabilização dos propósitos dos sujeitos e entidades envolvidas no processo coletivo, utilizando-se do território como palco de manifestação desse processo, no qual aciona-se a territorialidade imbuída na complexidade das relações sociais estabelecidas.

6 – CONSIDERAÇÕES

O processo investigativo realizado até esse momento, nos fez perceber uma realidade muito mais dinâmica, complexa e desafiadora do que imaginávamos no que diz respeito às construções de territorialidades a partir dos coletivos associativista estudados, que representam uma amostra de uma dimensão bem maior. Tomando como base um referencial teórico que fora apresentado nos capítulos 2 e 3, ofereceu-nos uma visão conceitual acerca do associativismo, territorialidade e redes, assim como a pulverização das suas acepções, que foram de extrema importância para a interpretação da realidade local do município de Teofilândia.

Utilizando-se da discussão sobre associativismo apresentada, principalmente, por Santos (2007; 2010), Silva, Santos e Coelho Neto (2011), Ganança (2006), Teixeira (2008) e Veiga e Rech (2001) pudemos compreender que as associações comunitárias rurais de Teofilândia – Ba, não se distanciam da realidade das demais associações do território brasileiro, baiano e por vez sisaleiro, uma vez que se agrupam para tentar sanar as dificuldades, muitas vezes imediatas, de uma população marginalizada do sistema capitalista. Na maioria das vezes, as associações do município de Teofilândia, tiveram a sua criação por indução governamental para poder ter acesso à programas e projetos que antes eram vinculados apenas ao poder público, sem a participação efetiva da sociedade civil. No entanto, esse processo deu lugar a uma tomada de consciência da necessidade e importância das associações para transformação da qualidade de vida da população rural, ampliando assim os objetivos iniciais das associações e desempenhando importante papel nas localidades onde atuam.

Diante desse estudo, pudemos verificar que a atuação das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia possibilita a participação efetiva na sociedade dessa população e promove, ainda que timidamente, a fragilidade de um clientelismo político que está arraigado na sociedade nordestina há décadas, quando estes sujeitos participam efetivamente da sociedade, cobrando uma maior intervenção do Estado nas suas diversas escalas, para sanar problemas históricos das comunidades. Porém, ainda é possível verificar algumas ações ligadas a uma postura política partidária que

outorga vantagens a alguns coletivos associativos que comungam com a opção política que esteja vigente em cada período, o que nos leva a concluir que o processo de autonomia das associações comunitárias rurais do município de Teofilândia ainda é lento, mas já é possível observar avanços nesse processo que efetivamente vão se transformando aos poucos.

No decorrer dessa pesquisa, recorreremos aos conceitos de território e territorialidade para compreender as apropriações simbólicas e materiais que atuam como atores modificadores e de coesão do espaço vivido pelos sujeitos envolvidos nesse processo associativista. Dessa maneira, buscamos articular e apresentar as referidas conceituações apresentadas principalmente por Coelho Neto (2013a, 2013c, 2013d, 2014 e 2016), Dias (2016), Flores (2015), Gottmann (2012), Haesbaert (2006, 2007a, 2007b e 2011), Sack (2013) e Saquet (2015a e 2015b).

A leitura e reflexão do referencial oferecido dos autores supracitados, nos proporcionaram uma visão ampla e desmistificada sobre o território e suas derivações para compreender melhor a realidade do nosso objeto de estudo, colocando-nos como premissa a compreensão de que a territorialidade se manifesta e é produzida segundo o espaço vivido e as relações estabelecidas pela a sociedade com diferentes formas de apropriação, dominação e compartilhamentos sociais. Essa territorialidade é mediada pelas relações de poder estabelecidas no povoado, condicionada pela atuação das associações comunitárias rurais, concomitantemente com os seus respectivos representantes, determinando relações de apropriação e práticas de solidariedades construídas ao longo do tempo e do espaço.

As relações estabelecidas pela sociedade local articulam-se com os benefícios angariados pelas associações comunitárias que modificam o espaço vivido, organizando os sujeitos de forma individual e coletiva a partir do estabelecimento de territorialidades distintas, em que se apropriam de frações do espaço e auxiliam no fortalecimento da identidade local. Dessa forma, diante dos dados apresentados no decorrer desse trabalho e das análises realizadas, consideramos que as associações comunitárias rurais de Teofilândia contribuem e se configuram como elementos essenciais na

conformação de territorialidades concebidas como ligações estabelecidas por grupos sociais que significa a implicação de “[...] uma apropriação material e/ou simbólica, conferindo uma significação que possibilita as redes socioterritoriais constituírem novas formas de reprodução social [...]” (COELHO NETO, 2013a, p. 388). Logo, as entidades associativas aqui estudadas, representam uma base concreta e simbólica para a produção, reprodução e ressignificação do território habitado.

Outro fator de suma importância para o processo de territorialização do espaço vivido pelos sujeitos envolvidos é o estabelecimento de redes de solidariedade comunitárias que permeiam as relações internas e externas das comunidades rurais que utilizam as associações como uma representatividade dos seus anseios e necessidades imediatas e a longo prazo.

A discussão sobre redes é ampla e requer do pesquisador um esforço relevante para tentar compreender a vasta aplicabilidade desse conceito com o cuidado necessário para não adentrar no “modismo” acadêmico, e utilizar-se do termo para todas as relações materiais e imateriais que possam ser discutidas, sem um critério rigoroso para tal. Diante dessa aceção, empreendemos as nossas reflexões sobre o conceito utilizando o referencial teórico de Castells (2016), Coelho Neto (2010, 2012, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b) Dias (2005), Matos (2013), Randolph (1994), Sherer-Warren (2012) e Souza (2003).

No decorrer desse estudo, pudemos perceber que as associações comunitárias rurais do município de Teofilândia estabelecem ligações com diversas outras entidades governamentais e privadas nas quais se tornam importantes para o desenvolvimento da associação em si e, principalmente, para atender os anseios da população envolvida nesse processo. Assim, nasce a princípio, uma rede primária na qual estabelece-se elos entre as associações comunitárias locais, com o compartilhamento de ações, projetos, maquinários e ideais giram em torno de objetivos comuns e que atendem a ambas demandas contribuindo para o fortalecimento dos atores sintagmáticos, criando laços de solidariedades entre os mesmos.

Em segundo momento, e não menos importante, observamos que as referidas associações possuem diversas parcerias com o poder público municipal, já que é a ligação imediata com os outros órgãos para o angariamento de benefícios para a comunidade. A partir desse viés da aproximação com a prefeitura, as associações comunitárias começam a reestruturar as relações de poder com outras esferas administrativas (públicas e privadas) criando algumas fissuras no modelo de dominação política que historicamente sempre foi exercido. Não queremos dizer com isso que não há os “apadrinhamentos”, como já citamos anteriormente, mas que se começa a alargar os horizontes para outras possibilidades de emancipação social dessa parcela significativa da população.

Portanto, o caminho até aqui percorrido nos ofereceu ferramentas e condições para afirmar que as associações comunitárias rurais exercem um papel fundamental na construção de territorialidades quando reorganizam a estrutura territorial do espaço em que encontram-se inseridas por meio das seguintes ações:

- ✓ Estabelecendo relações sociais entre os membros da comunidade;
- ✓ Contribuindo para a permanência desses sujeitos no espaço rural a partir de um processo contínuo de tensão e reciprocidades;
- ✓ Melhorando o espaço de vivência dessa população por meio dos projetos e benefícios adquiridos, o que contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e valorização da comunidade.

Todas essas ações só se tornaram possíveis por meio do estabelecimento de redes de solidariedades impressas no cotidiano dessa população que hoje, conseguem sentir-se como atores sintagmáticos efetivos de um projeto de melhorias sociais. Essas redes podem ser evidenciadas cotidianamente quando:

- ✓ Os associados se unem em mutirões de auxílio nas construções das sedes das associações ou na confecção de cestas básicas para auxiliar os membros da comunidade que estejam precisando;
- ✓ Parcerias estabelecidas com a prefeitura e com o Governo estadual por meio de convênios e suas respectivas secretarias;
- ✓ Parcerias firmadas com a empresa mineradora presente no município;
- ✓ Parcerias efetivadas com entidades do Território do Sisal;
- ✓ Participação e representação das associações na Fescil;
- ✓ Cooperação e articulação entre as associações comunitárias do próprio município.

De forma geral, a organização social presente no município de Teofilândia estabelecida pelas associações comunitárias rurais, contribui significativamente para um processo de resistência do homem no campo e a consolidação de sua territorialidade acionada pelas redes de solidariedades pertinentes a cada coletivo, cumprindo sempre o papel de porta voz dos excluídos. No entanto, apesar dessas constatações, no que se refere a ampliação e consolidação dessas redes, faz-se necessário que as associações se apropriem das suas possibilidades de articulação e se emancipem cada vez mais dos “apadrinhamentos” políticos, buscando sempre a melhoria e o desenvolvimento das comunidades rurais como uma ferramenta de resistência ao sistema perverso e hostil vigente.

A presente pesquisa se apresenta como um passo inicial para futuros aprofundamentos acadêmicos, na busca por tentar compreender a realidade, e assim agir sobre a mesma, no intuito de contribuir para uma sociedade mais igualitária. Portanto, podemos identificar alguns temas para esse aprofundamento, no desejo para que possam gerar outros trabalhos que venham a ampliar o conhecimento adquirido, tais como:

- ✓ Investigar a efetividade da participação social no cenário político após a consolidação dos consórcios públicos;

- ✓ Aprofundamento da investigação sobre a parceria público – privado no terceiro setor, com destaque para as associações comunitárias;
- ✓ Investigar como acontece a formação política das lideranças comunitárias e seus impactos nos coletivos dos quais fazem parte.

Estas e outras questões, permearam o nosso imaginário durante a escrita desse trabalho, mas que pela sua amplitude possuem a característica de um trabalho mais amplo e detalhado. Assim, esperamos que essa pesquisa não se limite aos muros da academia, podendo ser utilizado para as reflexões dos sujeitos que estão diretamente envolvidos nas diversas associações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo. Editora Ática S. A., 1989.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Lis Gráfica, nº 38, pp. 225 – 240, 1994.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *In: Opinião pública*. Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.

BAHIA. Governador (2008-2011: Jaques Wagner). **Plano plurianual 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/i_plano_plurianual_2008_2011.htm>. Acesso em: 03 de março de 2017.

BARÓN. J. A. **El nuevo clientelismo político em el siglo XXI: Colombia y Venezuela 1998 – 2010**. Desafios, 27(II), 253-289. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)** Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRITO, Cristóvão. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador:EDUFBA, 2008. 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed., revisada e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2016. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1)

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no território do sisal. *in (Geo)grafias dos movimentos sociais*. COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. Editora UEFS, Feira de Santana, 2010.

COELHO NETO, A. S.. **Da amplitude de usos e significações do conceito de rede na ciência contemporânea**. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 131, p. 181-189, 2012.

COELHO NETO, Agripino Souza. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. Niterói, 2013a. 426 f. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal Fluminense.

COELHO NETO, A. S. **Redes e territórios**. Mercator. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013b.

COELHO NETO, A. S. **Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder**. GEOgraphia (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013c.

COELHO NETO, A. S. **Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais**. Campo - Território, v. 8, p. 152-169, 2013d.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componentes de democratização do Ordenamento Territorial. *In: SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. (Org.). Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

COELHO NETO, A. S. **A formação de redes de organizações sociais no espaço sisaleiro da Bahia**: processos, escalas e temporalidades. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales, 2014, São Paulo. VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales e Ambientales. São Paulo: USP, 2014b. v. 1. p. 258-277.

COELHO NETO, A. S. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: Ana Silva; Ivonete Amorim; Selma Castro. (Org.). **Educação, Territorialidade e Formação Docente**: contextualizando pesquisas. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 15-29.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da. SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. COELHO NETO, Agripino Souza. (Org.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. **Território de Identidade e políticas públicas na Bahia**: gênese, resultados, reflexões e desafios. Feira de Santana. Zarte Editora, 2016.

DUQUE, Eduardo; CALHEIROS, António. O associativismo e os novos desafios da glocalidade. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, UEFS Editora, 2010.

FERREIRA, Hercules de Oliveira. **Produção e reorganização espacial**: o caso do bairro da Vila na cidade de Teofilândia. 2009. 90 fl. (Monografia de Graduação) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia**: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. Salvador, 2015. 162 fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Brasília, 2006. F.: 139 (Dissertação de mestrado) – Universidade de Brasília.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**. v.2, n. 3, 2012, pp 523-545.

GUIMARÃES, Marcelo Ducan Alencar. **Desenvolvimento rural**: territórios e redes. Seropédica. Rio de Janeiro. 2013. 278fls. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. Contexto. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** – Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 19 – 45. 2007a.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007b. pp. 43 –71.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Série Relatórios Metodológicos, v. 41.

LOWY, Michel. **O catolicismo latino-americano radicalizado**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.5, pp.50-59. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000100005>.

MATOS, Ralfo. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. *In*: DIAS, Leila Christina.; FERRARI, Maristela. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. ver., 2013.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, 2001.

MORAES. Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo. Editora Ática. 1990.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 14.ed. Brasiliense. São Paulo, 2006.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

RANDOLPH, R. **Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais**. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 1, Abr. 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. 1. ed. Ática. São Paulo, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: AURIAC F. BRUNET R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris : Fayard & Fondation Diderot, 1986. p. 175-185

ROCHA, José Carlos. **Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço, território, e paisagem**. Caminhos de geografia – revista online. Uberlândia. v. 9, n. 27. Set/2008. p. 128-142. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>ISSN 1678-6343. Acesso em 21 de out. de 2016.

ROCHA, Aline Pereira. **Uma análise da integração em rede: os transportes aéreos no Estado da Bahia**. Salvador, 2005.184 f.: il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: Relações com o Desenvolvimento**. Aracaju/SE. 2007. 295fls. (Tese – Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe – UFS.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento: o caso da região Sisaleira da Bahia**. Feira de Santana – Bahia: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, Ednusia Moreira C.; COELHO NETO, Agripino Souza.; SILVA, Onildo Araújo da. **Gente ajudando gente: o tecido associativista do território do sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Chistina. FERRARI, Maristela. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. Ver., 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015a.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4. ed. São Paulo – Outras Expressões, 2015b.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SILVA, Deise Maria Melo da. **Desafios e limites da prática política do sindicalismo rural: um estudo de caso em São Paulo do POTENGI/RN**. 2006. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SILVA, Janderson Oliveira. **Avaliação da qualidade da água no Território de Identidade do Sisal: um estudo de caso nos principais açudes públicos do**

município de Teofilândia – Ba. Feira de Santana, 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) – universidade Estadual de Feira de Santana.

SHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Appris, 2012.

SOUSA, João Morais. Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. **Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco** (Recife/PE), Recife/PE, v. 11, pp. 321-335, 1995. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/sociologia/souza2.pdf>. Acesso em 02 out. 2015.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **A importância histórico-social das Redes**. 2ª versão. Revista do Terceiro Setor (RETS), RETS/ área de redes, 15 jan. 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de Castro. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 7ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso (Coordenador). **Sociedade civil na Bahia papel político das organizações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VEIGA, S. M; RECH, D. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VELHO, Ana Paula Machado; VERMELHO, Sônia Cristina Soares Dias; BERTONCELO, V. **Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores**. Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 41, p. 863-881, 2015.

SITES CONSULTADOS

<<https://geografar.ufba.br>>. Acesso em 10. Ago. 18

<<https://dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em 01. jun.17

<<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 2017

<<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 2017

<<http://sudene.gov.br>>. Acesso em 2018

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADA: ARIANE MATOS DE CARVALHO**

APÊNDICE A⁶²

ENTREVISTAS: ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Data de Aplicação da entrevista: ___/___/_____

Associação: _____ Sigla: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Entrevistado: _____

Telefone: _____ E-mail (entrevistado): _____

SOBRE O ENTREVISTADO

1. Gostaria que o Sr(a) falasse um pouco sobre a sua profissão, onde nasceu, e que falasse um pouco da sua trajetória nesta associação (funções exercidas ao longo do tempo e tempo de filiação)?
2. O Sr(a) participa de alguma outra organização social?
 - a) () partido político
 - b) () cooperativa
 - c) () sindicato
 - d) () conselhos municipais
 - e) () movimento social
 - f) Outra _____

HISTÓRICO/CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

3. Quando, como e porque foi fundada esta associação (breve descrição do processo de criação, das motivações originais, propósitos gerais e objetivos)?
4. Quais as pessoas ou instituições/organizações que contribuíram para a criação da associação? De que forma contribuíram?
5. Qual a origem dos recursos que mantém a associação?
 - a) () Contribuição dos filiados
 - b) () Venda de produtos
 - c) () Recursos públicos (quais?) _____
 - d) () Recursos privados (quais?) _____

⁶² Roteiro de entrevista elaborado com base no Apêndice de COELHO NETO (2013).

6. Quantos filiados a associação possuía no momento da fundação? Quantos possui atualmente?
7. Todos os filiados são oriundos do povoado onde se localiza a sede da associação? Caso negativo, de quais povoados advém os filiados?
8. Qual a frequência da participação dos filiados nas reuniões?
9. Quais as estratégias costumam adotar para atrair os filiados a participarem das reuniões?
10. O que vocês costumam discutir nas reuniões das associações?
11. Quais as principais atividades que a associação desenvolve?
12. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação?
13. Qual a importância da associação para a comunidade? E o significado do povoado para a associação?
14. Quais benefícios esta associação trouxe para a comunidade?

ATUAÇÃO EM REDES

15. Das atividades desenvolvidas pela associação, quais foram os parceiros ao longo do processo?
 - a) () Esfera pública (municipal, estadual e federal): quais? _____
 - b) () Esfera privada: quais? _____
 - c) () Sociedade civil (associações, cooperativas, sindicatos, ONGs): quais?

 - d) () Outros: quais? _____
16. A associação possui projetos e/ou ações desenvolvidas em conjunto com outras entidades do Território do Sisal? Quais? Como ocorre/ocorreu o desenvolvimento? Como avalia os resultados obtidos?
17. Qual a relação da associação com o STR do município?
18. Qual a relação desta associação com a prefeitura municipal? A prefeitura costuma atender as reivindicações locais?
19. De quais outras organizações esta associação participa?
 - a) () Associações (quais?) _____
 - b) () Cooperativas (quais?) _____
 - c) () Conselhos – políticas públicas (municipal, estadual, territorial) quais?

d) () Outros (quais?) _____

20. A associação participa/participou de algum programa de governo? Quais?

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO: FILIADOS AS ASSOCIAÇÕES**

IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR

Data de Aplicação da entrevista: ___/___/_____

Nome:

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

1. O/A Sr(a) é filiado a associação comunitária local?
a) () Sim b) () Não
2. Caso afirmativo, qual a frequência que o Sr(a) participa das reuniões da associação?
3. O/A Sr(a) considera a atuação da associação comunitária como:
a) () Péssima b) () Ruim c) () Regular
d) () Boa e) () Ótima f) () Não sabe responder
4. Qual a origem da renda familiar do Sr(a)?
a) () Agricultura familiar b) () Pecuária
c) () Comércio d) () Funcionário público
e) Outro _____
5. O/A Sr(a) já foi beneficiado pelas ações da associação?
a) () Sim b) () Não
6. Caso afirmativo, qual/quais benefício/s recebeu?
7. Quais benefícios que a associação trouxe para a comunidade?
8. O Sr(a) participa/participou diretamente da execução de algum projeto?
Como ocorreu?
9. O Sr(a) participa de alguma outra organização social:
a) () Sindicato b) () Cooperativa
c) () Partido político d) () Movimento social
e) () Conselho municipal f) Outra _____
8. Qual a importância da associação para a comunidade?

9. . Na sua opinião, quais são os pontos fortes da presença da associação nesta comunidade?
10. E quais são as fragilidades apresentadas pela associação perante esta comunidade?
11. Por carregar o nome do povoado/comunidade, a associação representa efetivamente o povo que ai reside?
12. A associação atende as necessidades do povoado/comunidade?
13. Caso afirmativo, de qual maneira?
14. Em poucas palavras (ou através de uma imagem), como o/a Sr(a) definiria a sua comunidade/povoado antes e depois da presença da associação?



**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL -
PLANTERR**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa de campo com as associações comunitárias rurais do município de Teofilândia – Ba, com o intuito de averiguar as territorialidades decorrentes da atuação das associações nas suas respectivas comunidades/povoados. A presente pesquisa faz parte da produção de dissertação orientada pelo professor Agripino Souza Coelho Neto, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Desta forma, convidamos a sua entidade para participar deste estudo. Caso alguma questão lhe cause constrangimento, você tem o direito de não respondê-la. É importante ressaltar que estas informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa. Caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja algum tipo de consequência. Os depoimentos dados, após serem utilizados, ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, armazenados em sistema computacional próprio e de uso restrito, sob a guarda da UEFS. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados sob a forma de dissertação, além da divulgação em sites institucionais. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato através do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (UEFS), que fica na Avenida Transnordestina, s/n, Novo Horizonte, Módulo 7 – Campus Universitário, Feira de Santana–BA; telefones: (075) 3161-8990.

Agradecemos sua colaboração.

Feira de Santana, __ de _____ de 2017

Agripino Souza Coelho Neto
PLANTERR/UEFS

Ariane Matos de Carvalho
PLANTERR/UEFS
(75) 99112-1571
arianemcarvalho1@gmail.com

Entrevistado/a